

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente

Dinair Ferreira Machado

Tese Doutorado

**São Carlos
2011**

DINAIR FERREIRA MACHADO

Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Inês Rauter Mancuso

**São Carlos
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M149tj

Machado, Dinair Ferreira.

Trajetórias de jovens em conflito com a lei : passado e presente / Dinair Ferreira Machado. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

172 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Jovens. 2. Família. 3. Exclusão social. 4. Desigualdade social. 5. Violência. I. Título.

CDD: 305.235 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Dinair Ferreira Machado

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 29 de agosto de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Umaia El Khatib
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Margareth Aparecida S. de Almeida
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Prof. Dr. André Luis Faisting
Universidade Federal Grande Dourados

Para uso da CPG

Homologado na 24.^a Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 21/08/2011

Prof. Dr. Válder Roberto Silveira
Coordenador do PPGS



AGRADECIMENTOS

A Deus

Agradeço pela presença viva, representada nas pessoas com as quais convivi e que me auxiliaram nos momentos de alegria e principalmente de dificuldades. Tenho certeza de que não teria conseguido sozinha.

Ao meu marido Deny Antunes Geronutti

a você que sempre acreditou e me incentivou nessa luta. Agradeço de todo coração por todas as vezes em que leu meus textos, auxiliou nas planilhas, me acompanhou até São Carlos. Agradeço pela compreensão nos longos momentos de ausência, pelos almoços, jantares, cafezinhos e por tanto carinho e dedicação. Te amo!

À minha mãe Maria de Jesus Machado

a senhora, que apesar de não saber ler, nem escrever, é sem sombra de dúvida a pessoa mais sábia que já conheci. Foi com você que aprendi a ter fé em Deus, na vida, a lutar, perseverar e trabalhar honesta e arduamente para alcançar meus objetivos. Sinto orgulho de ser sua filha. Te amo por toda eternidade.

Ao meu pai Manoel Ferreira Machado

pelo carinho e incentivo, pela preocupação e as palavras que sempre me impulsionaram a seguir em frente.

A todos meus irmãos, em especial a minha irmã Maria José e Marcos

que sempre me motivaram e acreditaram em mim.

Ao meu irmão José Maria Machado (in memoriam)

por todo carinho, por ter acreditado em mim mesmo quando tudo ainda era um sonho de cursar a faculdade. Onde estiver, sei que está orgulhoso de mim. Eterna saudade.

Aos meus Padrinhos, Dianny e Gabriel

pela paciência, palavra amiga e pela disponibilidade em viajar comigo a São Carlos. Muito obrigada por tudo.

A amiga Silmara

por toda colaboração, pela amizade e por estar presente em minha vida.

Minha orientadora Maria Inês Rauter Mancuso

pela acolhida e todo conhecimento transmitido, pela paciência nas orientações, palavra amiga, sábia e confortante e principalmente por entender o meu tempo de aprendizado. Agradeço pelos momentos de aprendizagem profissional e pessoal. A forma com que conduziu as orientações contribuiu não só para o meu crescimento profissional, como também para minha transformação pessoal. Admiro sua humanidade, simplicidade e inteligência. Muito obrigada por tudo.

À professora Margareth Aparecida Santini de Almeida

A você que fez e faz parte da minha vida profissional, sempre humana. Minha mestra desde a época do aprimoramento, mestrado e pelas contribuições no exame de qualificação e por aceitar fazer parte da banca de defesa.

Ao Professor Rodrigo Constante Martins

pela valiosa contribuição e orientação no exame de qualificação e por ter aceitado participar da banca de defesa.

Aos professores André Luis Faisting e Umaia El-Khatib

por terem aceitado compor a banca de defesa.

Élen Rose Ladeira Castanheira

pela leitura do projeto, contribuição e carinho com que sempre me acolheu.

Aos jovens e familiares entrevistados

pela disponibilidade em me acolher em suas casas, falar sobre suas vidas, compartilhar comigo os momentos tristes e felizes, sonhos e expectativas para o futuro. Agradeço pelo carinho e principalmente pela confiança. Sem vocês, este trabalho não se concretizaria.

Ana Maria Suficiel Bertolo

pela disponibilidade, amizade, carinho e competência presente nos atendimentos frente à secretaria de Pós-Graduação em Sociologia.

Fernando Ramalho Martins

pela amizade, conversas e paciência nas caronas. Obrigada!

À Silvana (CREAS)

pela amizade, acolhimento e palavra amiga.

Secretária da Assistência Social de Botucatu Maria Della Coleta

pelo compromisso ético com a formação profissional, pessoa com personalidade ímpar a qual aprendi admirar. Só tenho que agradecer pela amizade e confiança depositada.

À assessora da Secretária de Assistência Social Silvia Fumes

pela competência e sensibilidade com que resolve os conflitos. Pela Felicidade que contagia e atrai a presença de todos. Minha admiração por você vem desde a época da graduação.

Vitória Zamperim Losi

pela amizade, acolhida e carinho com que me recebeu. Pelos momentos prazerosos de trabalho e de aprendizado. Pela confiança que transmite toda vez que são apresentadas novas propostas. Sou privilegiada em poder trabalhar com você.

Equipe do CREAS

que colaboraram e resolveram os problemas na minha ausência para os estudos. Sua colaboração e amizade foram imprescindíveis.

Lia – Agente comunitária de Saúde

pelo auxílio na localização das famílias.

Camila Francisco- Psicóloga Saúde Mental

pela companhia e auxílio na busca pelos endereços dos jovens.

Rosemary Cristina da Silva/Biblioteca UNESP/Botucatu

pela amizade, carinho e solidariedade na qualificação e pelo auxílio na revisão bibliográfica. Obrigada por tudo.

Paula Varoli

pela formatação da Tese.

Professora Sueli Terezinha Ferreira Martins

pelo carinho e pela prontidão quando a procurei, sua contribuição foi valiosíssima.



*"Quem sabe direito o que uma pessoa é?
Antes sendo: julgamento é sempre defeituoso,
porque o que a gente julga é o passado"*

Guimarães Rosa

RESUMO

A frequência de jovens em conflito com a lei se configura como um problema social, cuja solução é pensada costumeiramente somente a partir de um processo de educação no âmbito familiar. Na contemporaneidade, essa responsabilidade, porém, passou a ser compartilhada com o Estado. A presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer, de acordo com a percepção dos jovens investigados, as disposições e as propriedades que levaram alguns a cometer atos infracionais e outros a não os cometerem. O estudo comparou um grupo de jovens que relatou ter tido conflito com a lei com outros que, na mesma pesquisa, informou o não cometimento de tal conflito, reconstruindo suas trajetórias de vida e seu ambiente de socialização. Esses jovens fizeram parte de uma pesquisa anterior realizada em 2002 no município de Botucatu, pelo Departamento de Saúde Pública da UNESP/Botucatu. As entrevistas no trabalho atual foram realizadas no molde da história de vida com os jovens e com seus respectivos familiares, os quais foram indicados por eles como de maior vínculo afetivo, pai ou mãe. Buscou-se perceber o que diferenciou os dois grupos do ponto de vista de suas propriedades e disposições. É importante ressaltar que as narrativas foram iluminadas pelo distanciamento de oito anos do momento da primeira pesquisa, isto é, o passado foi atualizado e reconstruído segundo as novas experiências. Dos 15 jovens entrevistados, 11 eram do sexo masculino e 4, do feminino; dois estavam presos e um havia sido assassinado, sendo que a história de vida destes foi reconstruída com base no relato dos familiares, mãe ou madrasta. A maioria deles estava trabalhando - 10 - e apenas três não haviam concluído o ensino médio. Dos oito jovens que relataram o conflito na primeira pesquisa, quatro deixaram de tê-lo e quatro continuaram tendo. Desses, um estava preso na época da atual pesquisa e um havia sido assassinado. Dos sete jovens que não relataram o conflito, quatro permaneceram nessa situação e três passaram a tê-lo e um desses encontrava-se preso. As trajetórias de vida dos jovens foram marcadas por situações que, para uns, serviu de proteção e para outros foi fator de vulnerabilidade, como por exemplo: a família, a escola, a religião e os amigos. O que diferenciou as escolhas dos jovens foi o significado dado por eles para as experiências vividas.

Palavras-chave: família, jovens, conflito com a lei, exclusão social, desigualdade social, violência.

ABSTRACT

The frequency of young in conflict with the law sets up with a social problem, whose solution is usually thought only from a process of education at the familiar scope. In the modernity, therefore, this responsibility turned out to be shared with the State. This research had, as general goal, to know according to the investigated youngster's perception, the reasons and effects that took them to commit some infraction acts and others not to commit them. The study compared a group of young people that reported they had conflicts with the law with the other ones that, in the same research, reported not to commit this conflict, rebuilding their trajectory of life in their environment of socialization. These young people made part of a previous research made in the municipality of Botucatu in 2002, over the Public Health Department of Unesp / Botucatu. The interviews at the current job were made according to the young people's history of life and their familiar, who were indicated by them like the biggest affective link: mother or father. It was tried to realize what differed the two groups from the point of view of the effects and dispositions. This is important to verge that the narratives were illuminated by a detachment of eight years from the moment of the first research, that is, the past was updated and rebuilt according to the new experiences. From the fifteen young people who were interviewed, eleven were male and four were female; two were at the prison and one had been murdered (these people's histories of life were rebuilt based on the testimony of the family: mother or stepmother). Most of them were working (ten) and only three hadn't concluded high school. From eight youngsters who related the conflict in the first interview, four didn't have it anymore and the other four still had the conflict; from these, one was at the prison at the epoch of the current research and one had been murdered. From the seven youngsters who didn't relate the conflict, four kept in this situation, three started having the conflict and one was at the prison. The trajectory of life of the youngsters was marked by situations that, for ones, had the role of protection and for others was factor of vulnerability, for example: the family, school, religion and friends. What differed the youngster's choices was the meaning given by them for the experiences that they had lived.

Key Words: family, young, conflict with the law, social exclusion, social inequality, violence.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Informações sobre território e população, município de Botucatu, Região de Governo Sorocaba, Estado de São Paulo, 2011.....	77
TABELA 2	Estatísticas vitais e de saúde, município de Botucatu, Região de Governo Sorocaba, Estado de São Paulo, 2009.....	77
TABELA 3	Informações sobre as condições de vida segundo as dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade para o município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2004 e 2006.....	78
TABELA 4	Informações sobre escolarização, município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2000.....	78
TABELA 5	Informações sobre vínculos empregatícios, município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2009.....	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Distribuição dos jovens de acordo com a composição dos grupos, Botucatu, 2009.....	85
QUADRO 2	Caracterização atual do grupo dos jovens investigados, Botucatu, 2009	89
QUADRO 3	Caracterização atual dos familiares dos Jovens investigados, Botucatu, 2009.....	90
QUADRO 4	Reincidência de conflito com a lei, entre os dois momentos de pesquisa dos jovens que relataram o conflito na primeira pesquisa, Botucatu, 2009.....	91
QUADRO 5	Incidência de conflito com a lei, entre os dois momentos de pesquisa dos jovens que não relataram o conflito na primeira pesquisa, Botucatu, 2009.....	91
QUADRO 6	Síntese do conflito com a lei nos dois momentos das pesquisas, primeira e segunda, Botucatu, 2009.....	91

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE QUADROS	10
SUMÁRIO.....	10
APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	17
2.1 A família: contexto social e histórico	17
2.2. A construção social da juventude	28
2.3 Violência: relações com a família e a juventude	51
3 A PESQUISA DE CAMPO.....	65
3.1 Objetivos, procedimentos de observação e de análise.....	65
3.2 O local da pesquisa	75
3.3 O percurso da pesquisa	82
4 REVENDO A PRÓPRIA VIDA: AS NARRATIVAS DOS JOVENS	94
4.1 A infância	94
4.2 A adolescência.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
6 REFERÊNCIAS	159
ANEXO I.....	167
ANEXO II	169
ANEXO III.....	170
ANEXO IV	171

APRESENTAÇÃO

O presente estudo busca dar continuidade ao meu trabalho de Mestrado intitulado “A experiência com a violência urbana entre adolescentes de Botucatu/SP”, o qual se inseriu no subprojeto Saúde Reprodutiva e Violência, vinculado ao projeto multicêntrico em Políticas Públicas da FAPESP (processo 98/14099-7), denominado “Inquérito domiciliar de saúde”.

O multicêntrico teve como objetivo analisar as condições de vida, a situação de saúde e o uso de serviços de saúde, por meio de inquérito de base populacional, e foi realizado em seis municípios do Estado de São Paulo (Botucatu, Campinas, Embu, Taboão da Serra e São Paulo, Distrito da Administração Regional do Butantã). Os sujeitos entrevistados no multicêntrico foram definidos a partir da amostragem da população, a qual foi realizada de forma estratificada segundo o nível socioeconômico, usando-se sorteio dos setores censitários do Censo realizado em 2000. Foram, ainda, definidos grupos de idade e sexo (domínios amostrais), para os quais foram garantidos números mínimos na amostra que permitissem análises posteriores, em cada uma das áreas de estudo.

O subprojeto foi realizado somente no município de Botucatu. No inquérito multicêntrico, foi incluído o questionário do subprojeto, aplicado a todos os indivíduos de 12 a 19 anos, no período de abril de 2001 a abril de 2002, de uma amostra representativa da população de Botucatu nessa faixa etária.¹ A amostra final da pesquisa compreendeu 399 adolescentes de 12 a 19 anos, pertencentes a 320 famílias, ou seja, em alguns domicílios mais de um adolescente participou da amostra². As entrevistas foram domiciliares, mediante termo de consentimento, e realizadas com os próprios adolescentes por entrevistadoras previamente treinadas. Inicialmente, era aplicado o questionário do projeto multicêntrico e, depois, aplicado o questionário do subprojeto, com perguntas abertas e fechadas referentes a: namoro/união, comportamento reprodutivo (atividade sexual, prevenção, uso de anticoncepção, conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis), experiência com alguma forma de transgressão de leis, maus-tratos e violência.

¹ Por uma restrição amostral, não foram incorporados os adolescentes de 10 e 11 anos.

² O sorteio foi realizado tendo como referência os domicílios; quando era encontrado mais de um adolescente que residisse no domicílio, todos eram entrevistados.

A minha dissertação de mestrado investigou a amostra total do subprojeto, ou seja, os 399 adolescentes pertencentes a 320 famílias. Além disso, baseou-se em alguns dados do subprojeto e do multicêntrico, tais como: a experiência dos adolescentes com alguma forma de violência, como autor ou vítima de práticas violentas (questões do subprojeto); organização familiar (número de pessoas na casa, posição na família); características socioeconômicas (renda familiar); características do adolescente (idade, escolaridade, ocupação e estado conjugal), características da família e do domicílio (condição do domicílio). Entre outros resultados, despertou atenção o fato de que os adolescentes foram não somente vítimas de violência, mas sujeitos ativos de atos infracionais.

Esse fato e as relações entre as experiências individuais e o ambiente familiar levantaram inquietações e fortaleceu-me o desejo de continuação do estudo por meio de um aprofundamento qualitativo, tarefa a qual me propus nesta pesquisa de doutorado.

Duas questões contidas no questionário utilizado no trabalho de mestrado foram fundamentais para a proposta de continuidade da atual pesquisa: a primeira remetia a uma infração cometida e formalizada, desde que, após o acontecimento, o adolescente tivesse contato com autoridade policial, sendo ou não lavrado um Boletim de Ocorrência³. Nesse caso, dos 399 adolescentes entrevistados, 20 responderam ‘sim’ a essa questão, sendo que 16 desses apontaram como motivos, do mais para o menos frequente: roubo, bagunça, espancamento, uso de drogas e abordagem policial. Dos 20 adolescentes que tiveram conflito com a lei, apenas 6 foram acompanhados pelo Conselho Tutelar e 13 foram internados. O roubo aparece predominantemente, inclusive, levando à detenção em 75% dos casos (MACHADO, 2005). A segunda questão não predeterminava a formalidade do acontecimento, e teve aproximadamente 20% de respostas afirmativas. As agressões apontadas por eles foram: brigas, acidente, agressão verbal, agressão física, provocação de queda e agressão sentimental (MACHADO, 2005). Optou-se então por trabalhar com o grupo que respondeu afirmativamente à questão formal, ou seja, a amostra trabalhada na tese de doutoramento foi composta pelo grupo de jovens que respondeu “sim” à questão de prática infracional.

³ O termo conflito com a lei foi utilizado ao longo do estudo devido a conotação jurídica, viés que motivou a pesquisa de campo, e possibilitou a distinção dos grupos. O conflito com a lei, caracteriza-se quando o adolescente (com idade entre 12 e 18 anos) pratica conduta contrária a lei penal, e responde a um procedimento para apuração do ato infracional, sendo posteriormente aplicada uma medida socioeducativa, se comprovada a materialidade do ato.

A formalização pode indicar o reconhecimento da sociedade pelo ato infracional e, além disso, “rotula” o adolescente como sujeito ativo de infrações perante a sociedade. Portanto, uma das preocupações é saber o “peso” e a continuidade ou não desse “rótulo” ao longo da vida.

1 INTRODUÇÃO

A violência praticada por jovens é um tema que desperta interesse na comunidade científica, assim como preocupa os profissionais que trabalham com esse segmento e a população em geral. Notícias sobre jovens que planejaram e realizaram roubos, espancamentos e, até mesmo, mortes são cada vez mais frequentes na mídia. Em geral, os assassinatos comovem a sociedade devido à crueldade com que são praticados. Não há uma tendência na escolha das vítimas que podem ir desde as crianças até aos idosos, sendo, em muitos casos, membros da própria família. Causam comoção não apenas os requintes de crueldades, mas também a idade das pessoas envolvidas. As explicações para tais práticas variam: desigualdades sociais, condição socioeconômica, nível de escolaridade dos jovens e de seus pais, desemprego, competitividade do mercado de trabalho, consumismo exacerbado, entre outras.

Essas situações fortalecem na sociedade um sentimento de insegurança e medo em relação aos jovens, sendo esses, muitas vezes, vistos como um grupo em constantes desvios que precisam de ações preventivas e/ou punitivas a fim de proteger os outros indefesos, os quais já não conseguem controlar a fúria juvenil (PERALVA, 1997).

As notícias sobre a prática de atos violentos pelos jovens fazem, portanto, refletir sobre as razões ou os determinantes externos para o ingresso dos jovens no mundo das transgressões, e as motivações ou as disposições interiores que os conduzem a tanta agressividade.

Nesse período da vida, os jovens estão se preparando para a vida adulta, e esse período de preparação varia de acordo com o contexto familiar, social e histórico de cada um. Assim como a juventude, a instituição familiar também deve ser abordada de acordo com seu contexto social, histórico e cultural, pois essa instituição passou por inúmeras transformações sociais ao longo da história (MELUCCI, 1997; PERALVA, 1997; ROSEMBERG, 1995; DUARTE, 1995; BILAC, 1995; SARTI, 1995). Portanto, os estudos sobre família e juventude devem focar as particularidades e singularidades da situação de vida, social e familiar das pessoas estudadas.

Entre as inúmeras propostas de análise do fenômeno, a família é a instituição apontada como o elemento-chave, à medida que a sua contribuição não é apenas para a sobrevivência do indivíduo, mas também de proteção e socialização dos jovens, representando, assim, uma forma tradicional de vivência e uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade.

Essa lógica de pensamento se baseia na ideia da juventude como categoria geracional que tem como objetivo substituir a atual. Deste modo, a mesma passa a ser vista na projeção da sociedade como no seu futuro que acentua os medos e angústias relacionados aos acontecimentos atuais tendo em vista as incertezas do rumo que tomarão. Em parte, a onda de preocupação com o comportamento e a socialização dos jovens representa o receio da ruptura e da continuidade das gerações vindouras (ABRAMO, 1997).

Ao se desviar do caminho traçado pela família e romper com a herança cultural, o jovem é tido como um problema que precisa de intervenção para se reintegrar socialmente. Porém, muitas vezes essa preocupação com os jovens e seus relacionamentos intrafamiliares acaba por homogeneizar a instituição familiar e a juventude como processos naturais.

Esse movimento impulsionou a comunidade científica, principalmente na contemporaneidade caracterizada pela diversidade nas transformações sociais, econômicas e culturais, à realização de reflexões teóricas e estudos sobre a não linearidade na transição da juventude para vida adulta, bem como sobre os diferentes arranjos e organizações familiares existentes na atualidade. (ABRAMO, 1997; BILAC, 1995; LASCH, 1991; SARTI, 1995a; FONSECA, 1995; MELUCCI, 1997; LECCARDI, 2005; PERALVA, 1997).

Estudos que abordam o fenômeno da violência na juventude sob a perspectiva de fatores de risco são comuns na literatura, principalmente os que relacionam a temática à origem em famílias pobres, à residência em bairros periféricos e/ou em favelas e aos conflitos familiares e/ou vínculos familiares rompidos. (ASSIS, 1999; MELO et al., 2005; SCHENKER; MINAYO, 2005; FEIJÓ; ASSIS, 2004).

O conceito de fatores de risco se contrapõe ao de vulnerabilidade que não se reduz a grupos específicos e considera a indissociabilidade das dimensões sociais, culturais, psicológicas, entre outras. O conceito de vulnerabilidade amplia o olhar para a totalidade da população e não somente para alguns grupos e não incorre no erro de priorizar determinado grupo em detrimento de outro por características específicas e rótulos sociais. Nessa lógica, todos os jovens estariam suscetíveis a práticas de violência, sendo que o grau de suscetibilidade só poderá ser mensurado conforme o “conjunto formado por certas características individuais e sociais de seu cotidiano, julgadas relevantes para a maior exposição ou menor chance de proteção diante do problema”. (AYRES, 1998, p.18).

De acordo com a Fundação SEADE (SÃO PAULO, 2010), as questões que podem aumentar o grau de vulnerabilidade dos jovens utilizadas na construção do índice de vulnerabilidade juvenil⁴, se concentram em três dimensões: as exposições do contingente juvenil à violência urbana, o nível educacional e a gravidez na adolescência. Outros fatores também são apontados como determinantes no grau de exposição dos jovens, tais como: a pobreza, as condições de vida e o ambiente social em que vivem.

A vulnerabilidade da família conduzindo à vulnerabilidade dos jovens é destacada em documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social, fato esse que pode ser observado pela inclusão da família como unidade de tratamento, nas Políticas de Saúde e da Assistência Social, por meio do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 1994; VASCONCELLOS, 1999; BRASIL, 2004).

É em um contexto dinâmico de transformações e mudanças que afetam o ambiente familiar e conseqüentemente o comportamento da juventude em que se questiona o papel da “família” como principal instituição socializadora. A saída da mulher para o mercado de trabalho, a inserção das crianças cada vez mais cedo em novas agências de socialização (creches, escolas) ou a socialização realizada pela família ampliada, a interação dos jovens com o grupo de amigos e a influência deles nas atitudes e comportamentos desses põem em xeque a ideia da família como principal e única fonte socializadora. (FONSECA, 1995; LASCH, 1991).

Diante desse contexto e da complexidade desses processos, pode-se avaliar a importância da realização de estudos e pesquisas que abordem a dinâmica e a totalidade das trajetórias de vida dos jovens, em seu contexto familiar, social e cultural. Deste modo, o presente estudo parte do pressuposto de que essas experiências começam na interação desses jovens com a família e seus valores sociais e culturais e se estende ao longo da vida. Investigar a família de origem e as trajetórias de vida dos jovens adolescentes possibilitará identificar em que contexto se deu a construção da identidade deles, as diferenças de motivações e de propriedades que fundamentaram as escolhas, as decisões e as ações, justifica-se assim, a realização da presente pesquisa.

⁴ A operacionalização da noção de vulnerabilidade juvenil considera indicadores socioeconômicos e demográficos.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2.1 A família: contexto social e histórico

O termo família possui diferentes significados segundo as distintas perspectivas teóricas, tempos sociais e históricos. Os estudiosos da família consideram-na uma instituição em transformação constante. Desse modo, para entendê-la contemporaneamente, é preciso realizar um resgate histórico das transformações pelas quais ela passou ao longo do tempo. Outro desafio colocado pela literatura é a não homogeneização dessas transformações na sociedade como um todo, dadas as diferenças socioculturais existentes, principalmente na sociedade brasileira.

Segundo Pôster (1979, p. 185), a literatura aponta quatro modelos de estrutura familiar que influenciaram nas atuais configurações familiares. São eles: família aristocrática/patriarcal e família camponesa, na Idade Média dos séculos XVI e XVII; família nuclear/burguesa, em meados do século XIX; família proletária, na Idade Moderna, início da Revolução Industrial.

O modelo aristocrático/patriarcal é marcado pela desvinculação da mulher da responsabilidade pelo lar e pela educação dos filhos, os quais eram cuidados por terceiros, com quem os vínculos afetivos eram construídos. O espaço era ocupado por servos e senhores, sem divisão e sem qualquer tipo de privacidade. Em geral, esse modelo era composto por um número de, aproximadamente, 200 pessoas, entre clientes, parentes e dependentes, e as relações eram pautadas na hierarquia, devendo as tradições ser seguidas ao pé da letra.

No modelo de família camponesa, a mulher trabalhava fora com algum destaque. O patriarcalismo permanecia, porém menos rigoroso. A educação dos filhos era realizada na comunidade, resguardando-se suas tradições. As famílias não eram tão extensas, mas havia algumas com mais de duas gerações convivendo sob o mesmo teto. A privacidade também não fazia parte desse modelo e a autoridade social era exercida pela aldeia, ou seja, a sobrevivência dependia única e exclusivamente da aldeia. (BORBA; CORREIA, 2006).

A formação do modelo de família nuclear burguesa se consolidou após a transição do sistema feudal para o capitalista e teve, como principal característica, a privacidade no lar, com foco para a maternidade, a domesticidade, o dever paterno, as relações afetivas e de proteção e o sentimento de amor, que incluíam, nessa configuração, uma nova moral familiar.

O modelo denominado “família proletária” surgiu em meio ao processo de intensificação do sistema capitalista em consequência da Revolução Industrial. Esse se distinguiu pela inserção, no mercado de trabalho, de homens, mulheres e crianças, os quais se submetiam aos baixos salários e péssimas condições de vida. Nesse modelo de família, por questão de sobrevivência, todos os membros tinham de trabalhar; as mulheres exerciam dupla função de trabalhadora, dentro e fora de casa; as crianças eram criadas sem nenhuma forma de acompanhamento ou controle. Nesse modelo de família proletária, os vínculos familiares enfraqueceram-se e fortaleceram os vínculos com os patrões. Ao mesmo tempo, essa família sofreu influências da família nuclear burguesa, a qual acabou se tornando padrão enquanto estrutura familiar.

O modelo familiar contemporâneo tem como foco as relações familiares, as quais são baseadas: no amor romântico, no dever de proteção para com os filhos, na definição de papéis familiares, nas relações conjugais, na privacidade do lar. A família passou a ser considerada a “célula-mater” da sociedade, ao ponto que as famílias que se distanciam desse modelo geralmente são chamadas de desestruturadas, ficando nítida a valorização da estrutura familiar em detrimento da qualidade nas relações intrafamiliares. Isso acontece porque o modelo de família nuclear passou a ser visto como norma, como um “dever ser” e não como um modelo socialmente construído ou simplesmente “como se é”. (SZYMANSKI, 1995).

Segundo Ariès (1981, p. 231), até o século XV,

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso das famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um ambiente mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio dos amos e senhores, onde passam mais tempo do que em suas casas, e em muitos casos não tinham nem casa para morar. Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome.

Os sentimentos de “amor e felicidade” passaram a ser o ponto central das relações. Na contemporaneidade, esse novo pensamento possibilitou aos jovens o poder de escolherem seus próprios parceiros, com base em seus sentimentos, e não no patrimônio.

O casamento por amor só foi defendido abertamente no século XIX, quando o essencial do capital herdado passou a ser o capital cultural: as transformações econômicas, advindas da Revolução Industrial, permitiram as condições materiais necessárias para uma liberação da escolha conjugal, que não ameaçava mais o patrimônio familiar. (PONCIANO; FERES-CARNEIRO, 2003, p.4).

As crianças também adquiriram lugar privilegiado, sendo o “sentimento da infância” uma fase considerada especial, com direito a receber cuidados diferenciados,

carinho, educação e proteção integral, tendo em vista a fase de desenvolvimento. Se antes a relação mãe-bebê se baseava na indiferença, o amor maternal se formou uma das características predominantes no modelo de família nuclear (ARIÈS, 1981). A construção social da família acontece no contexto do processo de individualização e racionalização da sociedade. Segundo Ariès (1981, p. 279) “o sentimento da família, o sentimento de classe e talvez, em outra área o sentimento de raça surgem, portanto, como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade”.

A ênfase dada aos sentimentos, nessa época, foi denominada por Shorter (1995) como um “surto de sentimentos” que, segundo ele, está acontecendo desde o século XVIII em três áreas: no namoro, marcado pela busca constante do par ideal em prol da felicidade e do desenvolvimento individual; na relação mãe-bebê, a qual tem como base a construção dos vínculos mãe filho e o bem-estar da criança acima de tudo; na relação da família com a comunidade, marcada pela privacidade familiar, fugindo ao controle da comunidade, caracterizando a “domesticidade”, definida “como uma unidade emocional, constituída pela privacidade e isolamento da família” (SHORTER, 1995, p. 244). A família passou a ser vista, “como um lugar privado onde há uma moralidade própria, exclusiva e independente do domínio público, sendo um refúgio idealizado por seus membros” (SENNETT, 1993, p. 35). Se, do ponto de vista sociológico, a essência da família está nas relações de parentesco, aliança, gênero e idade, como essas distintas relações podem ser definidas, articuladas e organizadas entre si, se em geral são analisadas enquanto fruto das relações entre família e sociedade? (BILAC, 1995).

Segundo Bilac (1995, p. 44),

quanto mais nitidamente se constata, em termos históricos, a crescente diferenciação da família enquanto esfera distinta e específica da vida social, mais a análise se volta para outras esferas da vida em sociedade, para nelas buscar o princípio da explicação da sua estruturação e de sua variabilidade regional, étnica ou social.

Essa linha de pensamento da família enquanto um lugar de convivência privada, ternura e de compaixão, refúgio das relações capitalistas de competitividade, do trabalho rotineiro e desgastante, também foi questionada por Lasch (1991), que a contextualizou com a evolução das estruturas familiares e ressaltou ainda que:

Os mesmos acontecimentos históricos que tornaram necessários estabelecer uma vida privada, especialmente a família, como um refúgio do mundo cruel da política e do trabalho, como um santuário emocional, invadiram esse santuário e o submeteram ao controle externo. (LASCH, 1991, p. 24).

Essa afirmação possibilita dois destaques: o primeiro trata da real existência da privacidade familiar no decorrer da história; o segundo confirma essas mudanças sociais como produtos da intervenção humana. De acordo com Bilac (1995, p. 44).

Na explicação sociológica, quanto mais a família se “privatiza”, menor autonomia parece ter em relação à sociedade inclusiva, ou seja, a família, estudada a partir das classes dominantes, projeta-se na sociedade; seus valores e padrões constituem um núcleo a partir do qual se desenvolve a sociabilidade destas classes na esfera público – política e na esfera econômica.

Nesse sentido, a análise das famílias parte das classes dominantes, sendo essas as responsáveis por transmitir os modelos culturais que informam as configurações familiares. Mesmo no contexto de uma família singular, é preciso tê-la como estruturada em relações diferentes. A família é constituída, segundo Durkheim (2005), por tipos diferentes de relações sociais. A relação estabelecida entre marido e mulher é contratual, portanto, societária. Por outro lado, as relações entre mãe e filho, entre pai e filho, e entre irmãos são comunitárias, especificamente de sangue. Isto leva a não olhar a família como unidade homogênea da perspectiva das relações sociais envolvidas.

Esse processo social e histórico proporcionou uma intensa reforma cultural na concepção da função social da família, tais como: a proteção e educação dos filhos, o bem-estar dos membros, a subsistência e o cuidado mútuo. Na intimidade do lar, a família passou a exercer seu papel de transmissor de cultura e valores, bem como o de consolidar a personalidade das crianças e adolescentes (LASCH, 1991), continuou a se transformar.

O ideário do sistema familiar burguês baseado no companheirismo do casamento, educação doméstica das crianças, emancipação da mulher, bem como no isolamento estrutural da família nuclear em relação aos outros tipos de parentesco e da sociedade como um todo, começou a se enfraquecer a partir do século XIX. Surgiram, no final do século XIX, as crises no casamento e na família, indicadas por quatro acontecimentos significativos: o aumento do número de divórcios; a queda da natalidade entre as pessoas de nível econômico mais elevado; a instabilidade da posição da mulher, e a revolução na moral. A preocupação com o futuro e com situação financeira impulsionou a redução no número de filhos, passando as famílias a adotarem o planejamento familiar. Ao mesmo tempo, aumentou o número de mulheres chefes de família, que passaram a integrar a força de trabalho fora de casa deixando os filhos sob a responsabilidade de terceiros, creches, escolas, entre outros. (LASCH, 1991).

Tais crises criaram a necessidade de intervenção profissional na instituição familiar, tanto por parte da sociedade quanto do poder público, buscando amenizar e/ou sanar os conflitos. Deu-se, então, a invasão, na família, das chamadas profissões assistenciais - processo denominado por Lasch de socialização da reprodução, à maneira da socialização da produção. A socialização da produção expropriou o saber dos trabalhadores e o transferiu para a gerência. A socialização da reprodução, por seu lado, expropriou as famílias do saber e dos cuidados com seus filhos e os transferiu para os profissionais especializados. Segundo Lasch (1991, p. 22-23), a própria Ciência Social,

falseia a socialização da reprodução, a expropriação dos cuidados com a criança por parte do Estado e das profissões com a saúde e o bem-estar, como um processo social abstrato e impessoal descrito de diversas maneiras como a “decadência da família numerosa”, “transferência de funções”, “diferenciação” e estrutura funcional.

Foi incluído, na agenda das fábricas, por exemplo, treinamento para as famílias, as quais deveriam reproduzir, com os filhos, a socialização que recebiam nas fábricas, e, quando os conflitos surgiam, julgava-se que a mesma não era capaz de exercer tal tarefa, necessitando, assim, de intervenção profissional e especializada para auxiliá-la nessa função (POSTER, 1979). Segundo Lasch (1991, p. 21), esse processo “tornou as pessoas mais dependentes das classes dirigentes, dos profissionais e do Estado, corroendo a capacidade de iniciativa própria e invenção social”.

A socialização da reprodução proposta pelo autor deve ser considerada à luz da diversidade de modelos familiares, levando em consideração o caráter dinâmico e heterogêneo pelos quais passam os mesmos diante dos contextos socioculturais e regionais. Nesse sentido, a falta de organização e a indefinição do trabalho no Brasil tornaram frágeis suas fronteiras entre as diferentes relações do trabalho e os diferentes segmentos do mercado, assim como dificultou a definição de um conjunto de posições fora do mercado, por exemplo, dona de casa, estudantes, aposentados, que são reconhecidas socialmente. (BILAC, 1995). A autora também contesta a suposta dependência das famílias das classes dirigentes e do Estado. Bilac (1995) defende que a fragilidade na demarcação das fronteiras entre trabalho e não trabalho, trabalho e consumo, cidadania e exclusão, propicia nas famílias, a criação e elaboração de práticas familiares cotidianas que revelam certa organicidade à luz da lógica da solidariedade, informando assim, segundo ela,

a interdependência dos atores dos atores e a articulação de práticas variadas de trabalho/não trabalho, reivindicações/manipulações, estabelecendo pontes entre as três esferas, não pela ótica da produção, mas pela ótica do consumo baseada na ética do provedor. (BILAC, 1995, p. 49).

De acordo com Bilac (1995, p. 50)

Se o trabalho, inorgânico, não consegue determinar completamente a família, a não ser por sua inorganicidade, o Estado, baldados seus esforços recentes, tampouco consegue a “socialização da reprodução” nos níveis supostos por alguns autores para outros países, conforme a proposta de Lasch.

A rearticulação das famílias frente às demandas sociais impostas, tendo como base a lógica da solidariedade em que as realizações frente às necessidades do grupo são priorizadas em detrimento das pessoais, pode causar alterações nas distribuições internas, tais como sobre a autoridade familiar. Podemos citar como exemplo: famílias em que a mulher e os filhos contribuem para a manutenção do lar, nos quais a autoridade paterna poderá ser colocada em cheque.

É importante ressaltar que nem sempre a autoridade está relacionada ao papel de provedor e sim à figura masculina. Nas famílias matrifocais, o padrão autoridade muitas vezes não é alterado, mas se estende aos consanguíneos, como pai e irmão, os quais se tornam extremamente importantes frente ao rompimento de vínculos conjugais (FONSECA, 1995). Afirma Sarti (1995b, p.138) que “mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora dos recursos econômicos da família, a identificação do homem com a figura da autoridade não obrigatoriamente se altera em todas as dimensões”. Pode se dizer que, nesses casos, a autoridade está sendo definida em relação ao mundo externo. Sendo assim, o papel do homem é representar a imagem da família perante a sociedade. Portanto, a autoridade masculina não está necessariamente ligada ao controle dos recursos internos da família, mas sim ao papel intermediário, ao elo entre família e sociedade: o homem é quem garante o respeito da família frente à sociedade. Segundo Sarti (1995b, p. 138), “o fundamento deste papel está numa representação social dos gêneros, que identifica o homem com a figura da autoridade, que engloba a mulher, e não no controle dos recursos internos da família”.

Embora o papel de provedor e a autoridade masculina não tenham uma ligação direta conforme já foi dito, se o homem não consegue desempenhar sua função masculina de garantir alimentação e moradia à sua família, sua autoridade com certeza será abalada, pois são essas funções que reforçam e consolidam de maneira decisiva esse papel.

É importante ressaltar que esse processo em que as funções passam a se dissolver dada à diversidade de demandas e o contexto social e econômico, repercute tanto nos papéis masculinos quanto nos femininos, pois, à medida que a mulher apresenta dificuldades em desenvolver suas funções de esposa e dona de casa, essas atribuições são transferidas para outras mulheres da família, que podem ser mães, irmãs, tias e primas. Sendo

assim, os papéis familiares de gênero se mantêm recíprocos e complementares, sem se confundirem ou se tornarem homogêneos e a família continua a responder a uma estrutura hierárquica na qual as regras de convivência cotidiana demarcam e reafirmam essa diferença. (SARTI, 1995b).

Contudo, esse procedimento não é homogêneo e não é regra para todas as famílias, até porque as relações e a dinâmica familiar tendem a variar de acordo com o contexto social, econômico e cultural. Nesse sentido, faz-se necessário trazer para o cenário de discussão o Movimento Feminista enquanto um fato social e histórico, que também influenciou as distintas inserções sociais das mulheres e conseqüentemente as relações familiares. Conforme afirma Barsted (1995, p. 151), o movimento surgiu a partir do: “desejo de superação das hierarquias socialmente construídas entre homens e mulheres, que o Movimento Feminista deflagrou a sua denúncia contra a discriminação e contra a opressão e definiu como meta a luta pela igualdade nas relações sociais, em geral, e nas relações com os homens, em particular”.

Os efeitos do Movimento Feminista foram mais perceptíveis nas famílias de nível socioeconômico mais elevado, em que a mulher possui maior nível de escolaridade e, ao entrar no mercado de trabalho, concorre praticamente em pé de igualdade com o homem. É justamente o desejo de igualdade entre homens e mulheres, tão idealizada pelo Movimento Feminista, que está em pauta na agenda dos estudiosos a partir da década de 80. A igualdade pressupõe homogeneidade, um padrão único de mulher. Esse contexto denunciou e colocou em cena as distintas inserções sociais das mulheres, bem como a diversidade de raça, classe, cultura, nível de escolaridade, faixa etária, entre outros. (BARSTED, 1995). De acordo com Barsted (1995, p. 152), “Ao lado das assimetrias entre homens e mulheres a ênfase na diferença destacou as assimetrias entre as mulheres”. A autora afirma ainda que “para avaliarmos atualmente as permanências e as mudanças na inserção social das mulheres, necessitamos, em primeiro lugar, analisar a designação no plural, para depois, a partir dessa pluralidade, entender as heterogeneidades que se apresentam”. Deste modo, conclui que são os modelos culturais que informam as estruturas de reprodução. O ingresso da mulher no mercado de trabalho é um exemplo dessas alterações. As famílias chefiadas por mulheres trazem à tona um modelo alternativo de relações familiares, frente à dificuldade da realização do modelo preferencial: mãe em casa, pai no trabalho e filhos na escola. (BILAC, 1995).

É preciso se atentar para não cair nas armadilhas do processo social e histórico pelo qual passou a família ao longo do tempo. Fonseca (2005) chama atenção para a tendência à naturalização do modelo de família conjugal o qual pode levar à reedição do mito da

“família unida” de antigamente. Para a autora, “a família extensa teria se transformado na família conjugal contemporânea, em que um grupo de parentes, formado em torno do casal e seus filhos, mora harmoniosamente sob o mesmo teto.” (FONSECA, 1995, p. 70).

Essa linha de pensamento leva à conclusão de que o ideal de família feliz corresponde ao modelo de família conjugal, presente nas camadas médias que reedita o mito das “famílias unidas” de antigamente. Ao mesmo tempo em que a história contribui para a construção desse pensamento sobre a família conjugal, a própria história acaba por denunciá-lo. Conforme alguns estudiosos sobre alguns segmentos sociais da Europa pré-contemporânea, grande parte dos adultos viviam solteiros, sendo o casamento um privilégio da minoria. (ARIÈS, 1981).

Deste modo, a família conjugal passa a ser um dos modelos existentes na sociedade, o qual concorre com famílias chefiadas por mulheres. A supervalorização dos laços conjugais nas relações intrafamiliares também está em questão, uma vez que está havendo mais investimentos por parte do governo em infraestrutura e apoio na socialização de crianças e adolescentes. Por outro lado, o aumento no número de divórcios pode incentivar a rede de ajuda mútua, reatando os laços entre os parentes (avós, tios, primos, entre outros). (FONSECA, 1995).

Para Fonseca (1995, p. 73)

Na primeira forma de organização, haveria enorme ênfase no laço conjugal; na segunda, pais, tios, primos e irmãos assumem, em longo prazo, importância prioritária. As sociedades tenderiam a oscilar historicamente entre a conjugalidade e a consanguinidade, um modelo afirmando-se à custa do outro.

Se alguns autores acreditaram que essas mudanças eram apropriadas, outros as criticaram. Segundo Duarte (1995), a ideologia do “amor conjugal” se configura como um novo mecanismo social, sendo essa uma forma positiva de permitir e assumir o parentesco como socialmente determinado.

Uma aparente contradição preside essa cruzada, já que a nova família parece ao mesmo tempo ser “naturalizada” e “sacralizada”. Naturalizada porque se vai considerar seu desenho como o mais puro e primitivo, mesmo que deformado como todas as outras instituições humanas pelas vicissitudes da história. Sacralizada porque se vai considerar que sob tal forma ela expressa a essência do humano e garante sua reprodução fidedigna ad aeternitatem. (DUARTE, 1995, p. 29)

Sendo assim, ao se isolar da sociedade, as relações intrafamiliares se transformaram e o ambiente familiar tornou-se lugar de mais afetividade, com vínculos fortes

e melhores relações, mas, também surgiram conflitos, pois a mulher passou a desempenhar outro papel na sociedade: o de trabalhadora.

A família contemporânea sofreu os impactos das transformações sociais e econômicas ocorridas no decorrer da história. Os avanços no sistema capitalista, a partir do século XX e a constituição do modelo da família nuclear burguesa, que tirou o foco da manutenção das tradições e a redirecionou para a acumulação do capital, passaram a valorizar as escolhas e conquistas, incentivando, assim, a competitividade e a busca desenfreada por sucesso e felicidade individual (POSTER, 1979; ABEICHE; RODRIGUES, 2010). A necessidade de garantir aos filhos uma vida confortável contribuiu, também, para a criação de novas configurações familiares expressas em diferentes arranjos, tais como: as famílias monoparentais, compostas por um pai ou uma mãe e o (os) filho (os); as famílias constituídas por segundo casamento; casais de homossexuais, casais com filhos adotivos; famílias matrifocais, nas quais a mãe exerce o papel de chefe de família, entre outros. Ainda assim, o modelo de família nuclear é predominante, mesmo com as mudanças.

Ainda há, entretanto, uma ideia de família determinada por valores, os quais pautam as relações, como: o sentimento de amor, a realização pessoal na convivência com o outro significativo, e por consequência a formação da identidade humana por meio da filiação e da transmissão intergeracional (PONCIANO; FERES-CARNEIRO, 2003, p. 63).

Observa-se, além disso, que as transformações econômicas e sociais contribuíram para uma mudança de mentalidade nas relações familiares. Se, antes, na família patriarcal, os pais exerciam poder absoluto sobre os filhos, sendo eles sua propriedade plena, a sobrevivência e o cuidado dos filhos passaram a ser deveres dos pais, ou seja, eles possuem mais deveres para com os filhos, do que direitos propriamente ditos (FLANDRIN, 1995, p. 147).

Essas transformações nas estruturas e na mentalidade familiar não ocorreram e não ocorrem de forma homogênea em todas as famílias, ou seja, esse modelo foi se adaptando aos diversos contextos da cultura ocidental (DUARTE, 1995). Em se tratando das famílias brasileiras, Ribeiro (1995, p.16) enfatiza a necessidade de refletir sobre “a significação social mais ampla das inovações culturais que envolvem a família, e que está em franca expansão durante as últimas décadas na sociedade brasileira”. Frente a essas inovações, alguns desafios são apontados, como: a perda da centralidade de matrizes historicamente normatizadoras; as intensas mudanças nos papéis familiares; existência de formatos heterogêneos de relações familiares e a incapacidade de afirmação de projetos consistentes na socialização das futuras gerações. (RIBEIRO; DUARTE; RIBEIRO, 1995).

A criação e socialização dos filhos, particularmente os pequenos, é um tema que merece atenção especial e que também suscita ambiguidades na contemporaneidade.

A preocupação sobre a socialização das crianças não é um tema atual. Observa-se uma constante inquietação posta pela literatura sobre as transformações no padrão de criação dos filhos, em especial a que acontece fora do espaço doméstico e do convívio familiar. Aliás, esse processo é visto atualmente como uma novidade, mas Ariès (1981), em seu estudo, demonstra que a prática de aprendizagem fora do ambiente familiar começou a acontecer já no século XV em alguns países e de lá para cá vem tendo avanços e retrocessos.

Diferentemente de hoje em dia em que a socialização das crianças foi institucionalizada por creches e/ou instituições escolares, na Inglaterra, no final do Século XV, as crianças, a partir dos sete anos, eram enviadas por suas famílias às outras famílias para que fossem socializadas em um ambiente familiar que não era o dela, e essas famílias, com ou sem contrato, deveriam ensinar boas maneiras às crianças. Segundo Ariès (1981, p.228), as pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e comesçassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavalheiro.

Afirma ainda que

Não havia lugar para escola nessa transmissão, através da aprendizagem direta de uma geração para a outra, a escola era na realidade uma exceção, e o fato de mais tarde ela ter-se estendido a toda sociedade não justifica descrever através dela a educação medieval: seria considerar a educação como a regra. A regra comum a todos era a aprendizagem (ARIÈS, 1981, p.229).

Observa-se que nessa época a educação que acontecia no ambiente familiar estava mais focada nos níveis civis e sociais. Já a incorporação e a institucionalização da educação pelas escolas e creches baseavam-se nos níveis instrucionais. A presença de várias instituições no processo de educação faz com que alguns autores se dediquem a perceber as diferenças no processo formal e informal, por exemplo.

Entende-se por educação formal aquela organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto a designação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Enfim, a educação não formal, embora obedeça também à estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação de conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (VON SIMSON, 2001, p.9).

A divisão na forma de educar as crianças entre família (níveis sociais e civis) e escola (nível instrucional) possibilita visualizar contemporaneamente as funções esperadas de cada esfera, embora muitas vezes essas responsabilidades se confundam e/ou entrem em atritos. Para Peralva (1997, p. 16-17)

Escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família; por outro, essa separação necessária é contraditória com o sentimento de família nascente e com a nova importância assumida pelo vínculos afetivos na estruturação das relações familiares.

Bilac (1995, p. 32), ao abordar a família como responsável pela reprodução social, afirma:

Haverá sociedades e momentos em que a reprodução humana estará profundamente “colada” às outras instâncias da vida social, no sentido de que uma mesma instituição se responsabiliza, por exemplo, pela reprodução, ao mesmo tempo em que se responsabiliza, também, pela política e pela economia, organizando, assim, a participação dos membros da sociedade ou dos diferentes grupos nas relações de reprodução e produção.

Na medida em que a sociedade se complexificou, houve um crescente aumento das especializações institucionais e a reprodução passou a ter sua organização orientada por instituições específicas. Para a família, ficou a responsabilidade pela reprodução diária e geracional dos seres humanos. A sociedade como um todo, passou a corresponsabilizar a família, por sua função de mediadora entre as esferas privada e pública. Ficou como regra geral, a socialização na primeira infância como responsabilidade da mãe, sendo que em algumas famílias as responsabilidades são divididas com instituições especializadas.

Todo esse processo gerou ambiguidades quanto ao papel a ser desempenhado pela família, que em um momento foi corresponsabilizada pela socialização dos filhos e em outro foi destituída desse papel devido ao aumento no número das profissões assistenciais. Lasch (1991, p. 32) chega a afirmar que “o crescimento das profissões assistenciais, educacionais e de saúde termina por tirar dos pais e da família qualquer autoridade na reprodução. Os pais abdicam de seu juízo e emoções em prol do conhecimento técnico dos especialistas”. Questiona-se então se a família enquanto instituição não estaria perdendo sua função e importância social diante da visível fragmentação da socialização entre as agências sociais. (BILAC, 1995).

Por outro lado, as transformações nos papéis de gênero advindas não somente da inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também “das várias correntes feministas que questionaram e deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram

novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade” (ROMANELLI, 1995, p. 77), também contribuíram para a difusão das agências socializadoras. As referidas transformações no papel feminino exigiram reposicionamento do papel masculino que, em algumas famílias, passou a ser co-responsabilizado pela socialização dos filhos tanto quanto as mulheres, tendo que exercer o papel de provedor e de “pai”. Para Sarti (1995a, p.46),

Em um projeto igualitário de relacionamento entre o homem e a mulher, a questão decisiva é, portanto, a da autonomia que envolve tanto o sentido de si como o sentido do outro, ou seja, a definição dos limites pessoais e a atenção às necessidades do outro.

Esse novo cenário de transformações e mudanças no papel feminino trouxe à tona o aumento no número de crianças que passaram a ser socializadas fora do ambiente familiar: sem ter com quem deixar os filhos pequenos, as mães que trabalham fora, cada vez mais recorrem a creches e escolas. Outro motivo que justifica esse aumento se refere às necessidades coletivas e competências a serem adquiridas pelas crianças. Mesmo as mães que não trabalham fora passaram a procurar outras instituições para complementar a socialização dos filhos que é uma maneira de buscar um ideal de socialização das crianças. Essa tendência está sendo interpretada por alguns autores como uma forma de terceirização da socialização, ou seja, ao compartilhar a educação dos filhos com outras instituições, a família estaria se livrando de algumas tarefas indesejadas. (ROSEMBERG, 1995).

A autoridade do pai no papel da socialização e transmissão de aprendizado às gerações futuras também sofreu alterações diante das rápidas transformações ocorridas na sociedade, as quais tornaram o saber acumulado do pai inadequado perante as outras interações que os jovens passaram a ter com o mundo.

Porém essas alterações não são homogêneas nas diferentes camadas sociais e tendem a acontecer com maior frequência nos segmentos médios e entre as famílias em que os membros possuem maior grau de escolarização e sejam flexíveis às inovações culturais.

2.2. A construção social da juventude

Os conceitos de juventude e adolescência, por vezes, são abordados como sinônimos. Portanto, faz-se necessário debater suas aproximações e distanciamento, quando se opta por estudar uma dessas fases.

Em geral, essas concepções não são esclarecidas: ora são abordadas com distinção, ora como complementares e, em alguns casos, são cenários de disputas. Uma forma de distinção entre os conceitos refere-se às áreas de estudo. Segundo Silva e Lopes (2009, p.88):

O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece.

Adiante, afirma a autora que a juventude “só pode ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história” (SILVA; LOPES, 2009, p.88)

A adolescência é vista como um processo essencialmente biológico que tem, como foco, o desenvolvimento das características sexuais, evolução dos padrões psicológicos e a construção da identidade (OPAS/OMS, 1985; ALMEIDA, 2001). Para a Organização Pan-Americana da Saúde, essa fase é subdividida em dois períodos: dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos. O primeiro é denominado pré-adolescência e, o segundo, a adolescência. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente essa fase é dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 1990).

Pela Organização Pan-Americana da Saúde, a juventude é abordada no período compreendido entre 15 e 24 anos, no qual os jovens se assumem enquanto seres capazes de constituírem família e de se inserirem profissionalmente. Esta fase geralmente é caracterizada pela inserção no mundo do trabalho e independência financeira dos jovens em relação aos familiares (OPAS/OMS, 1985). Cronologicamente falando é dividida, por Madeira e Bercovich (1992), em dois grupos: de 15 a 19 anos, e jovens de 20 a 24 anos. Para a UNESCO (2004), essa fase se dá dos 15 aos 29 anos, sendo a transitoriedade a sua principal característica, ou seja, a juventude deve ser vista como uma passagem e não uma condição permanente.

Embora o enfoque sociológico seja atribuído ao conceito de juventude, alguns autores também o adotam quando discutem a questão da adolescência. São essas aproximações que, por vezes, entrelaçam os conceitos. (CABRAL, 2002; MADEIRA, 1998).

A juventude é considerada a fase em que os jovens estão se preparando para a vida adulta, e esse período varia de acordo com o contexto familiar, social e histórico. Bourdieu (1983) nos lembra que “as divisões entre as idades são arbitrarias”. Isso é, os cortes entre os jovens “são objetos de manipulações”.

Para Bourdieu, “cada campo⁵ possui suas leis específicas de envelhecimento”.

Ao explicar as leis específicas de envelhecimento, Bourdieu (1983, p. 113) exemplifica que “para saber como se recortam as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas, por esta luta “novo romance”, “novos filósofos”, “novos juízes”. Mais adiante contrapõe sua afirmação dizendo que,

Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes (BOURDIEU, 1983, p. 113)

De acordo com Bourdieu, a constituição dos sujeitos, bem como o sentido dessa constituição, se dá do social para o individual, sendo assim,

Os sujeitos são formados pela incorporação de disposições produzidas por regularidades objetivas, situadas dentro da lógica de um campo determinado (ciência, religião, mídia, família, classe social etc), mas que são redimensionadas em razão da trajetória individual e da posição ocupada pelo sujeito nesse campo (GRILLO, 2005, p.6).

Bourdieu (1983) aponta dois caminhos de busca pelas distinções, títulos, aspirações e poderes: a escola e o trabalho. Nesse sentido, um grupo de jovens aspira às distinções pelo trabalho e o outro pela escolarização que posterga melhores posições no trabalho.

Juventudes distintas são predispostas por condições distintas de vida: os jovens que trabalham são diferentes dos jovens que apenas estudam. A escolaridade é um marco decisivo para os cortes que são objetos de manipulação. “Adolescente”, em determinadas condições sociais, querem, com urgência, títulos, porque isso significa entrar no mundo dos adultos e lhes conferir mais poder. Para outros, a escola é uma fase necessária para a imersão no mundo do trabalho, pois ela é, além de um lugar onde se aprendem coisas, uma instituição

⁵ Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1983). O campo é uma rede de relações objetivas entre posições e se constitui em um espaço de lutas, onde os agentes assumem posições segundo quatro coerções: a relação entre o habitus – ou seja, as disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, preferências, gostos, capacidade de compreensão das regras do jogo etc -, o capital simbólico - decorrente da posição ocupada no campo e do conseqüente reconhecimento pelos pares - e econômico - proveniente sobretudo da herança e da renda - e as possibilidades e as impossibilidades oferecidas por um campo aos seus agentes, segundo as disposições por eles incorporadas (GRILLO, 2005, p. 15.).

que concede títulos, e direitos e, ao mesmo tempo, confere aspirações. Mesmo nessa rede de diferenciação, afirma Bourdieu (1983, p.120), “os jovens tem interesses coletivos de geração”. Mas na verdade é o pertencimento escolar que vai conceder sua marca a essa “homogeneidade” bem como a possibilidade de se relacionar com os diferentes estratos da sociedade.

A educação é tida como uma forma de proporcionar mobilidade social tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Essa dinâmica educacional trouxe para o cenário acadêmico o estudante enquanto uma categoria social. Para refletir sobre esse tema se faz necessário abordar o jovem em seu contexto familiar e as relações estabelecidas. A reciprocidade é uma forma de distinguir os vínculos e definir os papéis familiares, os quais servem para ajustar as relações e propiciar a tolerância mútua. A maneira como foi construída a reciprocidade na família definirá a condição dos jovens estudantes; pode se dizer então, que há famílias que assumem o papel de provedora enquanto uma obrigação, e delegam ao jovem a tarefa de estudar e manter a posição social, corresponsabilizando-o pelo seu futuro pessoal e familiar, ou seja, o objetivo fundamental é que esse jovem seja “alguém no futuro” (FORACCHI, 1965).

Essa situação serve também de privilégios para os jovens nessa condição, pois, ao se desligarem das preocupações com o sustento próprio e das de ter que auxiliar a família, podem alçar novos voos, mas, por outro lado, exige-se deles responsabilidade em agir conforme as expectativas formadas pela família (AUGUSTO, 2005). Já, o jovem que estuda e trabalha, além de não poder contar com o auxílio financeiro da família, tem que a ajudar a se manter. Dessa forma, o trabalho não é uma escolha e sim uma imposição, o qual acaba limitando a emancipação do jovem, que se vê num beco sem saída e sem poder arriscar novos caminhos. As escolhas desse jovem também são limitadas conforme seu contexto familiar; o trabalho é o que mantém o vínculo entre ele e a família, portanto, trabalho e estudo são momentos sociais distintos e não de transição.

A carreira e o futuro profissional não são uma escolha. Dadas essas distinções, a competitividade entre esses grupos torna-se cada vez menos justa. (FORACHI, 1965). Segundo Foracchi (1965, p. 302-304).

A juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal.

A partir dessa reflexão, é possível decifrar as diversas facetas da fase denominada “juventude”, tendo em vista que a mesma é vivida de forma diferente pelos jovens conforme a sua posição e inserção, bem como da sua apropriação de seus hábitos e valores e do significado destas para os mesmos.

Bourdieu (1983) afirma que a escola e o trabalho são os caminhos socialmente aceitáveis para os que os jovens consigam poder e status. Merton (1968c) afirma que a impossibilidade de obter ascensão por esses caminhos pode levá-los a burlar o sistema.

Nessa linha de pensamento, Merton (1968c) tentou explicar a origem do comportamento divergente conforme a produção e distribuição e consumo de bens e serviços. Para o autor, dois elementos das estruturas social e cultural são imprescindíveis para tal explicação: 1) objetivos culturalmente definidos, quer dizer, propósitos e interesses mantidos como objetivos legítimos para todos; 2) modos aceitáveis para alcançar esses objetivos, ou seja, cada grupo social, articula seus objetivos culturais a regulamentos, enraizados nos costumes ou nas instituições de procedimentos legalmente permitidos para tais objetivos. Daí ocorre que o comportamento divergente, segundo Merton (1968c, p. 207), “pode ser considerado sociologicamente como um sintoma de dissociação entre as aspirações culturalmente prescritas e as vias socialmente estruturadas para realizar essas aspirações”. Para atingir os objetivos, é possível que um determinado grupo de jovens priorize os objetivos culturais em detrimento dos meios para consegui-los. Seguindo esse raciocínio, os fins justificariam os meios.

Cabe destacar que o padrão culturalmente imposto pela sociedade contemporânea em que há a individualização dos problemas sociais, ou seja, a culpa pelo fracasso e a falta de sucesso na busca da ascensão profissional é destinada exclusivamente aos indivíduos e não à estrutura social, assim como a forma utilizada para mensurar o sucesso dos indivíduos é a acumulação de riquezas e de bens materiais. Quem não consegue atingir as metas está à margem da sociedade.

Para Merton (1968c, p. 207), a cultura pode ser tal que induza os indivíduos a centralizarem suas convicções emocionais sobre o complexo de fins culturalmente aplaudidos, com muito menos apoio emocional sobre os métodos prescritos para alcançarem essas finalidades.

O comportamento divergente seria então, impulsionado pela falta de entrosamento entre os alvos propostos pelo ambiente cultural e as possibilidades oferecidas pela estrutura social. Desta maneira, a ambição é tida como uma das principais alavancas desencadeadoras do desvio do comportamento, pois a riqueza alcançou alto valor simbólico

nas sociedades contemporâneas. Além disso, homogeneizou os indivíduos e desconsiderou as diferenças existentes nos grupos, bem como as histórias de vida de cada um.

O referido autor defende que os comportamentos desviantes se dão conforme as adaptações individuais à estrutura social. Aponta cinco tipos de adaptação, entre os quais a forma de comportamento desviante, sendo eles: conformidade, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião. 1) A conformidade acontece quando há estabilidade entre os objetivos culturais e os meios, ou seja, os jovens se conformam com a realidade dada. 2) Na inovação, há rejeição das normas institucionais e aceitação dos padrões culturais, por exemplo: roubos e assaltos para se ter o que se alcança. 3) O ritualismo ocorre quando há uma supervalorização das normas impostas e a não crença no futuro e em inovações, podendo o jovem reduzir ou até mesmo abandonar seus objetivos de ascensão ao ponto em que possa ter suas aspirações satisfeitas nas condições mais desfavoráveis. 4) O retraimento, quando há a apatia cultural e social, o não posicionamento frente à realidade social imposta. Ao mesmo tempo em que os indivíduos renunciam aos desejos culturalmente prescritos, eles também não se ajustam às normas institucionais, por exemplo: moradores de rua. 5) A rebelião, quando há o questionamento e a quebra de paradigmas sociais, que são substituídos por outros. A inconformidade com os modelos impostos leva à luta pela mudança e transformação.

Ao se investigar o comportamento divergente é preciso tomar cuidado com as classificações, tendo em vista que nem todas as normas sociais estão necessariamente previstas em lei e que, com o processo contínuo e acelerado das mudanças sociais, comportamentos que antes eram tidos como divergentes hoje não o são e vice-versa. (MERTON, 1968c).

O conceito de anomia também foi abordado na discussão sobre o comportamento divergente. Segundo Merton (1968a, p. 237),

A anomia é concebida como uma ruptura na estrutura cultural, ocorrendo, particularmente, quando há uma disjunção aguda entre as normas e metas culturais e as capacidades socialmente estruturadas nos membros dos grupos em agir de acordo com as primeiras.

De acordo com esse conceito, os próprios valores culturais produzem comportamento que se opõe a esses valores. O autor acredita que os padrões culturais impostos tendem a produzir a anomia, mas que esta, por sua vez, não atua em todos os segmentos da sociedade. Os estratos que estão mais vulneráveis seriam aqueles que estão mais distantes de alcançar os objetivos pelos meios socialmente aceitos. Portanto, segundo Merton (1968a, p. 268), “correlativamente, à medida que ocorrerem mudanças significativas

na estrutura dos objetivos, deveremos esperar mudanças correspondentes nos setores da população mais diretamente expostas a essas pressões”.

É importante ressaltar o caráter dinâmico dessas adaptações culturais, que passaram a ser mais evidentes com o decorrer do tempo e das transformações sociais. Atualmente essa problemática está intrinsecamente ligada à fase da juventude, a qual, por sua vez, também passou por transformações sociais e se configura como um importante tema de investigações.

Segundo Ariès (1981), as idades da vida não correspondem apenas às etapas biológicas, mas às funções sociais; e a importância das diversas fases da vida varia de um século para o outro, dependendo das estruturas demográficas de cada época. “Juventude” é a idade privilegiada do século XVII; a ‘infância’, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX (ARIÈS, 1986). De alguma forma, Ariès se reporta à época da construção social desses termos e dessas fases.

Para Mannheim (1982), o problema sociológico das gerações aparece quando é descoberta a relevância sociológica dos fatores biológicos em especial do reconhecimento do seu ritmo biológico na vida humana do nascimento à morte. Para isso se faz necessário entender a geração como um tipo particular de situação social, como também o é a situação de classe. Segundo Mannheim (1982, p. 72),

O fato de pertencer à mesma classe e o de pertencer à mesma geração ou grupo etário tem em comum que ambos proporcionam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante.

Do ponto de vista demográfico, observa-se um aumento expressivo de jovens e adolescentes na sociedade, no Brasil, após a década de 70 do século XX. Esse fato foi denominado de “Onda Jovem” (MADEIRA; BERCOVICH, 1992). Esse fenômeno se deu principalmente devido à queda da alta taxa de natalidade vigente até a segunda metade do século XX - fato que pode ser percebido por intermédio da análise das discontinuidades demográficas, ou seja, análise prospectiva de tendências, que enfatiza grupos etários específicos. As alterações dos diversos fatores que intervêm na dinâmica demográfica (como a fecundidade, mortalidade e migrações), por meio da intensidade com que os mesmos acontecem, podem acarretar alargamentos ou estreitamentos na pirâmide etária. O que aconteceu no Brasil foi o alargamento da faixa etária dos adolescentes, ao final do século XX. (BERCOVICH; MADEIRA; TORRES, 1998).

Esse processo aconteceu na mesma época em que o desenvolvimento econômico e tecnológico do país passava por mudanças e reestruturação do mercado de trabalho, com busca acentuada por mais qualificação e maior nível de escolaridade por parte dos trabalhadores, sendo esses pré-requisitos, conseqüentemente, estendidos à juventude (MADEIRA, 1998). Esses dois processos se juntaram para intensificar a importância e a visibilidade dos jovens: de um lado o processo demográfico e do outro o mercado de trabalho, exigindo maior nível de escolaridade o que, segundo Bourdieu, colocou a escola como marco no corte geracional entre jovens e adultos.

A maneira com que os jovens concebem e vivenciam o tempo é um dado social e histórico. Dessa forma, quanto mais ocorrem transformações na sociedade, mais suscetível a alterações estará a juventude. O tempo, enquanto categoria básica da construção de experiências individuais e coletivas, passou a ser o foco nos conflitos sociais, principalmente nas questões que relacionam a temática da juventude do ponto de vista biológico e cultural (MELUCCI, 1997). De acordo com o capitalismo industrial, duas características fundamentais são utilizadas para contextualizar a problemática do tempo nas sociedades modernas: a primeira se refere ao tempo medido pela máquina, exemplo relógios, a qual recria a dimensão do tempo, não mais o natural, que era marcado pelos ciclos noite/dia, nascimento/morte, e não subjetivo o qual ligava as experiências dos atores humanos. A segunda experiência de tempo está relacionada a uma orientação finalista: o tempo passa a ter sentido a partir do fim da história, ou seja, só é possível entendê-lo a partir de um ponto final. Para Melucci (1997, p. 7), “a própria ideia de um curso da história, a ênfase com que a sociedade industrial tratou a história, deriva de um modelo de tempo que pressupõe uma orientação para um fim: progresso, revolução, riqueza das nações ou a salvação para a humanidade”.

Prossegue o autor afirmando que “existe então uma unidade e uma orientação linear do tempo; e o que ocorre nele, o que o indivíduo experimenta, adquire sentido em relação ao ponto final: todas as passagens intermediárias são medidas em relação com o final do tempo”. (MELUCCI, 1997, p. 7).

Porém, tendo em vista a diversidade das experiências vividas, nem sempre esse modelo de tempo se reproduz no cotidiano dos jovens. Portanto, os tempos experimentados diferem-se um dos outros e, por vezes, se opõem, tornando-se cada vez mais difícil mensurá-lo de maneira homogênea na sociedade.

Outra característica do “tempo” que afeta a juventude é a separação entre tempos interiores (a forma de vivenciar a experiência interna, emoções, sentimentos, desejos) e tempos exteriores distinguidos pelos diferentes ritmos e regulados pelas diversas formas de

pertencimento de cada jovem. Pode se dizer que, na juventude moderna, cada vez mais se distanciam as experiências subjetivas dos tempos sociais, tornando a descontinuidade do tempo comum para esses grupos. (MELUCCI, 1997).

Segundo Melucci (1997, p. 8), “uma análise em termos de perspectiva temporal considera o tempo como um horizonte no qual o indivíduo ordena suas escolhas e comportamento, construindo um complexo de pontos de referência para suas ações”. Mais adiante o autor afirma que “a organização de eventos e sua sequência, a relação entre eventos externos e internos, o grau de investimento emocional em várias situações, tudo se torna meio de organizar a própria biografia e definir a própria identidade” (MELUCCI, 1997, p. 9).

Nessa linha de raciocínio, cada vez mais os projetos de vida estão sob a responsabilidade única, autônoma e exclusiva dos indivíduos, que dimensionarão o futuro por meio das escolhas atuais. Para Melucci (1997, p. 9), a organização de eventos e sua sequência, a relação entre eventos externos e internos, o grau de investimento emocional em várias situações, tudo se torna meio de organizar a própria biografia e definir a própria identidade.

O termo “diferimento das recompensas” é bastante utilizado quando se abordam esses processos modernos de socialização. Segundo Leccardi (2005, p.35), essa fase é vista “em virtude da capacidade de viver o presente em função do futuro. O presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que prepara o futuro”. Ainda, segundo a autora:

A identidade pessoal, conseqüentemente, constrói-se em relação a uma projeção de si no tempo vindouro (o que quero ser?), graças à qual não apenas o passado adquire sentido, mas também é tolerada uma eventual frustração que pode acompanhar as experiências do presente. Portanto, se o futuro é considerado a dimensão depositária do sentido do agir; se for representado como o tempo estratégico na definição de si, o veículo pelo qual, em direta ligação com o passado, a narração biográfica toma forma, o diferimento da recompensa pode, então, ser aceito.

Ao projetarem e definirem como querem viver o futuro, os jovens programariam o momento presente com vistas às expectativas futuras, construindo, assim, sua identidade e o seu projeto de vida. Segundo alguns autores, apesar de ser essa a expectativa da sociedade em relação aos jovens, pode acontecer o inverso, pois os jovens contemporâneos, diante das incertezas sobre o futuro, comumente querem vivenciar o prazer e a satisfação imediatas, a busca da felicidade a qualquer preço, tanto que adiar a satisfação é significado de insensatez. Diante desse contexto, “o próprio significado da idade juvenil se transforma, à medida que, quem a vivencia tende a apreciá-la mais por aquilo que pode oferecer no presente do que pelo tempo futuro que ela virtualmente descortina” (LECCARDI, 2005, p. 37).

Por outro lado, a perspectiva temporal acrescenta à reflexão a definição simbólica de juventude do ponto de vista cultural, ou seja, a desvinculação da juventude da idade cronológica e sua relação com as características e os estilos atribuídos aos jovens.

Outro fator relevante diz respeito à linearidade na transição para a vida adulta, pela qual passavam os jovens, em especial os do sexo masculino. Esses tinham o percurso da vida direcionado pela preparação para o trabalho, alguns por meio da escolarização, a inserção no mercado formal de trabalho - principal símbolo da idade adulta - e, finalmente, a aposentadoria. Hoje em dia, não existe mais essa previsibilidade. De acordo com Pollock (2002, p. 59),

Para os jovens, o processo de desinstitucionalização do curso da vida, que arrasta consigo igualmente o conceito de “biografia normal”, comporta o desaparecimento de um aspecto até aqui determinante na reflexão sobre a condição juvenil: a identificação da juventude como um conjunto de etapas, socialmente normativas, que conduzem progressivamente em direção ao mundo adulto.

A escolarização é tida como uma importante etapa na preparação do jovem para a vida adulta, assim como na contribuição para a divisão das idades da vida, conforme já foi discutido utilizando como referencial Bourdieu. As escolas se difundiram a partir da era Industrial, mais precisamente no século XIX, época em que a educação passou a ser obrigatória e universal tornando clara a relação entre educação e modernidade. Esse movimento aconteceu no momento em que o Estado tomou para si de forma sistemática e voluntária, diversas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas a educação a qual abrangeu também as classes populares.

Esse período é visto como fator crucial na cristalização social das idades da vida enquanto um fenômeno do pensamento moderno. A escolarização tornou-se o divisor de águas entre as fases consideradas adultas e as destinadas à formação, ou seja, a fase da transição para a vida adulta.

As referidas transformações impactaram diretamente na esfera do trabalho, pois as crianças foram progressivamente sendo afastadas dessa atividade. O trabalho que antes demarcava o fim da infância e o início da vida adulta foi retardado quando entrou em cena a escolarização, a qual redimensionou também as fases da vida (PERALVA, 1997). O trabalho infantil passou a ser limitado a partir dessa época, ocupando espaços importantes de discussões nas elites e nos movimentos sociais, fato que consolidou essa fase como a de preparação e de formação. Segundo Peralva (1997, p. 17), “a escolarização avança contra o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida”.

Observa-se que a escolarização se tornou principal elemento para a constituição e modulação das denominadas “idades da vida”, assim como contribuiu para a fragmentação dos processos de socialização, bem como para a separação das faixas etárias conforme a lógica racional. Deste modo, os indivíduos em determinada idade necessitam desvincular-se da família, primeiro para estudar, depois para trabalhar, remetendo ao pensamento de que experimentar e vivenciar duas fases dessas ao mesmo tempo prejudica o indivíduo e sua formação.

Nessa linha de pensamento, foram instituídas leis para garantir que cada fase seja respeitada pela sociedade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), conhecido popularmente como ECA é um exemplo delas (BRASIL, 1990).

O capítulo V do Estatuto discorre sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho, sendo proibido, entre outros, qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz os quais, estando nessa condição, devem receber bolsa aprendizagem; aos adolescentes maiores de 14 anos devem ser assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. Qualquer atividade realizada por adolescentes deve levar em consideração o seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Deve ser garantida frequência obrigatória ao ensino regular e não se devem trabalhar em lugares insalubres nem em horário noturno, além de se respeitar o direito peculiar de pessoa em desenvolvimento⁶.

Não se pode negar a importância do Estatuto para o país. Contudo, notam-se algumas ambiguidades em sua redação, a qual ao mesmo tempo em que propõe a visão de um indivíduo como um ser em desenvolvimento, demarca e separa a idade seguindo o raciocínio cronológico, conforme a redação do art. 2º; “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. É importante ressaltar que há uma gama de adolescentes nessas faixas etárias, principalmente, entre os 15 e 18 anos, que, socialmente falando, estão vivenciando a fase adulta, seja na constituição de uma nova família, no papel de provedor e até mesmo como responsáveis na socialização e criação de irmãos mais novos.

O trabalho é outro ponto de conflito que pode interferir no conceito de juventude. Ao considerar que a inserção no mercado de trabalho marca a entrada do jovem no universo dos adultos, esse pode ou não delimitar a fase de transição, prolongando-a ou antecipando-a, dependendo do contexto social, econômico, cultural e familiar do indivíduo.

⁶ Para maior aprofundamento ver Lei 8.069/90, promulgada em 13/07/1990 que discorre sobre o Estatuto da Criança e do adolescente.

Para Chiesi e Martinelli (1997, p. 110), ser jovem é cada vez menos um processo direcionado para uma finalidade, isto é, a meta de se tornar adulto, começar a trabalhar e assumir as responsabilidades da idade adulta e é cada vez mais uma condição social que pode durar vários anos.

Por outro lado, o aumento na procura por mão de obra qualificada juntamente com a necessidade de maior qualificação profissional e a diminuição dos postos de trabalhos substituídos pelas inovações tecnológicas tornaram a conquista do primeiro emprego um desafio a ser superado a longo prazo para os jovens que buscam reconhecimento profissional em cargos que lhes garantam e preservem seus direitos trabalhistas. Na contramão desse movimento, os jovens das camadas pobres com baixa escolaridade, sem qualificação profissional e nenhuma condição de competir no mercado de trabalho se inserem precocemente no mercado de trabalho informal com péssimas condições de empregos e sem nenhuma garantia trabalhista a fim de sobreviverem. (CHIESI; MARTINELLI, 1997).

A ampliação de perspectivas e possibilidades sociais, bem como os diversos cenários, contribuiu para a ruptura nas etapas de transição para a fase adulta, tão nítida e perceptível em anos anteriores. Diante de tais diversidades, os jovens se percebem incapazes de atribuir sentido a suas ações, bem como de articular as conexões entre os diferentes tempos e a fragilidade das experiências vividas. Pode se dizer que os jovens percebem e vivenciam o tempo de maneira diferente dos adultos.

Ao trabalhar com a temática juventude, o pesquisador precisa estar atento à qual juventude está se referindo. Segundo Esteves e Abramovay (2008, p.4), “a realidade demonstra, no entanto, que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades”. Prosseguem as autoras enfatizando que:

Embora essas duas visões impliquem diferentes abordagens, elas não se anulam. Isto porque, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando a comparamos com outras gerações; no segundo, quando analisada como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008, p. 4).

De acordo com Pais (2007, p.7), “nenhum jovem é integralmente igual a outro jovem. O conceito de jovem é formado por uma abstração arbitrária de diferenças individuais. Essa abstração dá origem à ideia de que para além de jovens existirá “o jovem””. Adiante, o autor discorre que “quando falamos de juventude estamos profunda e comprometedoramente emaranhados numa complexa teia de representações sociais que se vão construindo e

modificando no decurso do tempo e das circunstâncias históricas”. Contudo, existem algumas características que são comuns aos grupos de jovens e independem de suas condições socioeconômicas e culturais, tais como: a busca pelo novo; a procura de respostas para situações e contextos antes desconhecidos; o jogo com o sonho e a esperança; a insegurança diante dos desafios, entre outros.

Outro tema importante a ser destacado é a influência que a cultura possui sobre o comportamento dos jovens. As discussões sobre cultura juvenil permeiam duas frentes de reflexão: a primeira diz respeito à socialização pela qual passam os jovens com suas normas, regras e controle, a segunda aborda suas expressividades e está relacionada ao caos, ou seja, aos conflitos existentes no cotidiano dos jovens e a sua forma de se rebelar contra a cultura prescritiva, muitas vezes imposta pela sociedade. Portanto, comportamento agressivo e os desvios em que os jovens se envolvem muitas vezes são tidos como uma fuga ou mesmo protesto contra a cultura prescritiva da sociedade (PAIS, 2006).

O fato de se ter nascido em tempos diferentes também pode levar a conflitos entre as gerações, pois as aspirações das sucessivas gerações de pais e filhos são constituídas em estados diferentes da estrutura e da distribuição de bens e de oportunidades de acesso a diferentes bens. Nesse caso, a confusão está entre os sistemas de aspirações construídos nas diferentes épocas. Deste modo, o sonho e os objetivos de uma geração são dados à outra desde o nascimento.

Segundo Bourdieu (1983, p.118), “a defasagem é particularmente forte no caso das classes em declínio que não têm mais nem mesmo aquilo que tinham há vinte anos, e isto numa época em que todos os privilégios de seus vinte anos se tornaram comuns”.

Diante desse processo, há um movimento antijuventude na sociedade, em especial por parte de alguns grupos pertencentes à população mais velha. Por outro lado, a velhice também é considerada uma fase em declínio social com perdas de poder social. Para Bourdieu (1983, p. 118-119), “os velhos em declínio são contra tudo aquilo que muda, tudo aquilo que se move, justamente porque eles deixaram o futuro para trás, enquanto os jovens definem como tendo futuro, como seres que definem o futuro”.

O nível de escolarização também pode ser um desencadeador de conflito entre as gerações, pois se pode encontrar em um mesmo local de trabalho pessoas com cinquenta anos ou mais que há tempos iniciaram o emprego apenas com o ensino fundamental e alcançaram posições que hoje em dia só seria possível com nível superior e pós-graduação, justamente porque, na época dessas pessoas, a escolarização era uma raridade disponível apenas a alguns grupos. Nesse sentido, ressalta Bourdieu (1983, p. 119),

não são jovens e velhos que opõem, mas praticamente dois estados do sistema escolar, dois estados de raridade diferencial dos títulos e esta oposição objetiva se retraduz nas lutas de classificação: não podemos dizer que são chefes porque são antigos, os velhos invocarão a experiência associada à Antiguidade, enquanto os jovens invocarão a competência garantida pelos títulos.

Sendo assim, pode-se dizer que os conflitos vividos enquanto conflitos de gerações poderão ser constituídos por meio de pessoas ou grupos etários e da forma como esses se relacionam com o sistema escolar. Frente a essa diversidade de relações entre as gerações e o sistema escolar, é preciso buscar princípios unificadores da geração em questão, ou seja, investigar o que é comum ao grupo de jovens, ou ao menos os que se beneficiaram um pouco do sistema escolar, que tenham uma qualificação mínima (BOURDIEU, 1983).

É certo que, para além de todas as diferenças de classe, os jovens têm interesses coletivos de geração, porque independente do efeito da discriminação “anti-jovens”, o simples fato de se relacionarem com diferentes estados do sistema escolar, faz com que sempre venham a obter menos de seus títulos de que a geração precedente (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Desta forma, uma nova geração tende a empurrar a anterior para o passado, ou seja, para o ultrapassado, para a morte social, e nesse processo os conflitos entre as gerações se intensificam, pois os jovens estão antecipando sua sucessão. Bourdieu (1983, p.121) termina a reflexão enfatizando que “quando o sentido dos limites se perde, veem-se aparecer os conflitos a respeito dos limites de idade, dos limites entre as idades, que têm como objeto de disputa a transmissão do poder e dos privilégios entre as gerações”.

Alguns autores defendem que a linearidade na passagem da juventude para a fase adulta, existente há algumas décadas, não permitia mudanças e conflitos nessa fase, a qual, devido a essa característica, foi considerada uma fase natural pela qual passava o ser humano. Por outro lado, as incertezas e transformações societárias atuais não permitem tamanha certeza nessa transição, fato que acaba por deixar perdidos e confusos os jovens que estão vivenciando esse momento.

Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para retomá-los tempos depois; encontram um emprego e em qualquer momento se veem sem ele; suas paixões são como “voos de borboleta”, sem pouso certo; casam-se, não é certo que seja para toda a vida (PAIS, 2006, p.6).

Para Melucci (1997, p.3), “as atuais tendências emergentes no âmbito da cultura e da ação juvenil têm que ser entendidas a partir de uma perspectiva

macrossociológica e, simultaneamente, através da consideração de experiências individuais na vida diária”. As consequências dessas transformações são os rótulos e as etiquetas construídos pela mídia e a sociedade em torno da juventude, certas atitudes podem acabar gerando preconceitos para com alguns grupos, que por vezes são denominados de “tribos” e “gangues”. Pode-se dizer que os jovens são o que são e o que pensamos que eles sejam; todo esse processo se torna possível frente aos mitos criados em torno deles (PAIS, 2007).

O estilo dos jovens também contribui para suas próprias representações, em geral se diferenciam pelas roupas, gel no cabelo, o batom, a marca e/ou modelo do tênis, tudo isso tem um significado para os mesmos. Segundo Pais (2007, p. 19), só é possível interpretar esses significados,

Através da contextualização desses estilos e da relação de uso que os jovens têm com eles. Ao fornecer aproximações à realidade social que revelam a forma como esta é socialmente construída, a perspectiva do cotidiano toma por base de incidência os contextos vivenciais dos indivíduos que, por sua vez, iluminam ou informam os contextos sociológicos (analíticos, interpretativos, explicativos) usados pela teoria.

Portanto, conclui-se que há um significado simbólico implícito na maneira com que um jovem se veste. Para Pais (2007, p. 20), “a descoberta dos significados dos símbolos passa pela compreensão dos significados que esses símbolos têm para os jovens, mas vai mais longe do que isso: passa também pela compreensão do uso que eles fazem desses símbolos”. Ainda, segundo o autor,

Como vemos, os estilos aparecem frequentemente como máscaras cujo significado depende dos contextos cotidianos de uso. Os mesmos símbolos culturais podem ter significados distintos. O que importa é decifrá-los, tendo presente que se são pouco transparentes para o investigador muito mais o são para os comuns portadores desses signos (PAIS, 2007, p. 23).

Melucci (1997, p. 9) afirma que “estilos de roupas, gêneros musicais, participação em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para outros”. A oscilação na maneira de se comportar e de participar na sociedade é um elemento que faz parte desse movimento. Ao longo dos últimos 30 anos, a juventude já teve vários rótulos, da juventude politizada e revolucionária dos anos 60; despolidizada e estagnada nos anos 70; realista, pragmática (MUXEL, 1997) e, por que não delinquente, nos dias atuais.

Foi na década de 40 que Mannheim (1973) escreveu os primeiros ensaios que culminaram na publicação do livro “Diagnóstico do nosso tempo”. As inquietações desse período de guerra na Grã-Bretanha levaram o autor a defender a importância da aplicação do

conhecimento acumulado da sociologia científica à realidade visando à transformação dessa. Segundo Mannheim, naquela época a Grã-Bretanha teve a oportunidade de criar um novo modelo de sociedade.

O papel transformador da juventude foi um dos pontos centrais do livro. Para Mannheim (1973), por um bom tempo, as sociedades enalteciam as experiências dos indivíduos mais velhos e deixaram de lado a dos jovens, característica atribuída às sociedades estáticas; por outro lado, em contrapartida, as sociedades dinâmicas tendem a confiar veemente na cooperação dos jovens, independentemente de sua filosofia social ou política. Em relação a esse movimento, diferem apenas os recursos utilizados para a transformação: revolução ou reforma. Afirma Mannheim (1973, p. 50) que,

Em ambos os casos, desde que haja vontade de dar uma nova saída, isto terá de ser feito por intermédio da juventude. As gerações mais velhas e intermediárias talvez possam prever a natureza das futuras mudanças e sua imaginação criadora pode ser empregada para formular novas diretrizes, porém a nova vida só será vivida por gerações mais moças. Elas viverão os novos valores que os mais velhos professam teoricamente.

Para a efetivação desse processo, é importante que os sentimentos, emoções e pensamentos estejam integrados, pois isolados não têm poder de transformação e não exercem função social. Ainda segundo Mannheim (1973, p. 53),

A juventude é parte importante das reservas latentes que se acham presentes em toda sociedade. O fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nova arrancada de uma sociedade é ele não aceitar como natural a ordem estabelecida nem possuir direitos adquiridos de ordem econômica ou espiritual.

A forma com que acontece a evolução desta sociedade, estática ou dinâmica possibilitará ou não a integração desses recursos. Enquanto as sociedades estáticas dispensarão a mobilização e integração dos recursos, as sociedades dinâmicas aderirão e as organizarão efetivamente. Conclui Mannheim (1973, p. 65)

Uma sociedade estática pode dar-se ao luxo de deixar passar despercebida a puberdade, sem realmente conseguir a integração por meio de uma finalidade unificadora e sem lhe atribuir uma função histórica. Mas uma sociedade dinâmica não pode passar sem essa grande riqueza na espiritualização de seus objetivos.

Contudo, para que esse processo se efetive é necessário, segundo Mannheim (1973) que os jovens sejam vistos enquanto protagonistas na reconstrução social, sejam integrados à sociedade, às questões sociais, que possam repensar suas filosofias de vida no contexto de uma sociedade dinâmica. Além disso, deve ser utilizado o método de

transformação reformista e não o revolucionário, mas, acima de tudo, esse processo deve ser trabalhado desde a infância, considerando-se os graus e os níveis de educação, família, escola, entre outros. Esta potencialidade revolucionária da juventude observada por Mannheim (1973) realiza-se, em especial, na segunda metade da década de 60 do século XX, com os movimentos sociais da juventude, que questionaram as estruturas sociais hierárquicas.

Os escritos de Lasch (1991) sobre a juventude e seu papel revolucionário datam da década de 70, mais especificamente com a publicação do livro “Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?” publicado em 1977, o livro aborda as influências da família na construção da personalidade das crianças e jovens, bem como as consequências da invasão das famílias pelas profissões assistenciais. O foco da reflexão é a família americana de classe média, sendo que o estudo foi realizado entre fins do século XIX até os anos 70.

Neste livro, o autor questiona a ideia da família enquanto instituição de privacidade, proteção e refúgio contra as relações sociais competitivas e selvagens. Além disso, Lasch acredita que a invasão da família pelo Estado e pelas políticas rompeu com o ideário da privacidade preconizado pelo modelo nuclear de família do mundo moderno, sendo justamente este que, ao infiltrar-se na família, impossibilita a privacidade.

Diante desse contexto, a família não pode mais proteger seus membros do controle externo e dos perigos das relações extrafamiliares. Seguindo esse raciocínio, o Estado e as grandes corporações, por meio do controle social, tomaram para si as atividades que antes eram exercidas pelas famílias e indivíduos. Segundo Lasch, a juventude em especial, foi o grupo que mais sofreu o impacto desse processo e progressivamente passou a priorizar o grupo de pares em suas relações, enfraquecendo assim os laços familiares.

Segundo Lasch (1991), os jovens “recusam” o papel revolucionário, aceitam a sociedade tal como se apresenta e deixam de ter o pai como referência de autoridade. Pode-se dizer, que os conflitos com os pais se dão porque estes representam a sociedade das normas, regras e moralidades, mas os jovens querem a sociedade. Deste modo criticam os pais porque eles estão “fora” “ultrapassado” e passam a ter os pares como grupo de referência (LASCH, 1991)

O distanciamento dos jovens em relação à política continua sendo inquietação. É comum encontrarmos na literatura estudos que abordem essa crise de representação política entre o grupo juvenil. Em geral, as causas da não participação são atribuídas ao aumento do

individualismo e da competitividade, bem como à inversão de valores dos jovens contemporâneos que priorizam o ter ao ser (GONÇALVES, 2005). A falta de idealismo, o descrédito, bem como a dificuldade de compreender a situação política e seus emaranhados, também fazem parte da lista das possíveis causas configurando assim, o pragmatismo juvenil atual. Afirma Muxel (1997, p.3) que “os jovens têm o sentimento de dispor de poucas chaves para compreender a atual situação política. A sofisticação dos debates e das clivagens políticas, cultivada pela mediatização dos shows políticos, mantém uma impressão de confusão”.

As críticas constantes à desmobilização juvenil devem levar em consideração o atual contexto de ambiguidades que permeiam essa relação, pois a sociedade ora acredita e cobra dos jovens responsabilidades política e social e ora os desacredita e os desresponsabiliza. Dificilmente os jovens são reconhecidos como protagonistas de suas ações. Aliás, é recente na literatura o debate sobre o protagonismo juvenil, Melucci (1997, p. 13) aprofunda tal noção ao enfatizar que “os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da “natureza interna”.

Em geral, as intervenções e ações programadas para os jovens são concebidas sob dois prismas: os programas de ressocialização que visam integrar os mesmos à sociedade e os programas de capacitação profissional que buscam qualificar o jovem para o mercado de trabalho.

Contudo, afirma Abramo (1997, p.26)

A grosso modo, pode-se dizer que a maioria desses programas está centrada na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude, cuja culpa recai sobre a família ou o próprio jovem, mas no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

O protagonismo juvenil que tem como foco a formação integral dos jovens para o exercício da cidadania é um assunto recente, mas que está tomando a cena de muitos textos científicos e enquanto questão política. O protagonismo juvenil tem como foco principal a noção dos jovens enquanto sujeitos na construção e no desenvolvimento de processos educativos (ABRAMO, 1997). É importante destacar que, apesar do crescimento dessas ações, ainda existem projetos que priorizam a lógica que traz os jovens como problemas sociais. Segundo Abramo (1997, p.28)

Existe uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção; salvo raras exceções, há uma dificuldade em ir além de suas considerações como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Ainda segundo a autora, “os jovens só estão relacionados ao tema cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca ou quase nunca como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos” (ABRAMO, 1997, p.28).

Do ponto do processo de socialização, além das questões sobre o que a sociedade espera da juventude, outra questão que se impõe é sobre a identidade. A unificação da identidade é outro entrave que permeia essa discussão, tendo em vista a multiplicidade de papéis desenvolvidos e que envolvem a sua existência concreta. Ainda segundo Ciampa (1986, p. 67),

Em cada momento de minha existência, embora seja uma totalidade, manifesta uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho. Contudo meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai me vê apenas como filho, nem eu compareço frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como o representante de mim, com todas minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto.

A complexidade dessas relações torna o indivíduo portador de múltiplas identidades as quais estão diretamente ligadas à rede de representações estabelecida nessas relações.

Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantida pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela conservando-a ou transformando-a (CIAMPA, 1986, p.67).

Com objetivo de explicar esse fenômeno, Strauss (1999, p.15) propôs “uma visão dinâmica de transformação de identidade, através do desempenho de papéis, dentro de um quadro histórico”. A ideia da identidade dinâmica enfatiza a socialização da vida adulta e de certa forma questiona a análise de Freud que ressalta os primeiros anos de vida como sendo únicos e fundamentais para a construção da identidade.

Essa perspectiva teórica, portanto, trouxe para o cenário a preocupação em estabelecer as relações existentes entre trajetórias individuais e estrutura social diante de um

contexto social histórico mais amplo em que os indivíduos são vistos enquanto sujeitos e objetos nesse processo. A relação e reciprocidade entre identidade individual e coletiva constituem temas centrais da discussão e são explicadas a partir das interações com a estrutura social. Afirma Strauss (1999, p. 27) que,

A estrutura social e a interação estão intimamente associadas, e também afetam reciprocamente uma à outra no tempo. Trata-se de uma concepção temporal não só da interação, mas também da própria estrutura, sendo essa última moldada pelos atores por meio da interação.

Nesse mesmo raciocínio, há também quem defenda que houve um declínio das velhas identidades, as quais estabilizavam o mundo social, surgindo assim novas identidades que acabaram fragmentando os indivíduos antes vistos como unificados. Para Hall (2006, p.7), “a chamada crise de identidade é vista como um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

As mudanças estruturais que vêm acontecendo a partir do final do século XX abalaram a ideia de indivíduos integrados, bem como contribuíram para a fragmentação destes e de suas culturas. Assim, a ideia concreta que se tinha dos indivíduos sociais deu lugar à divisão de gênero, sexualidade, raça, etnia e até nacionalidade. Esse deslocamento do indivíduo do mundo social do cultural e de si mesmo constitui a “crise de identidade” (HALL, 2006).

Portanto, diante desse cenário, as definições de identidade devem ser analisadas à luz da modernidade tardia. Para isso se faz necessário distinguir suas concepções ao longo da história. Hall (2006) enfatiza três concepções de identidade no decorrer do tempo. São elas: 1) sujeito iluminismo, a qual se baseou na ideia do sujeito unificado, centrado, que detinha a capacidade da razão, consciência e ação, sendo essas características pertencentes a um núcleo interior que emergia desde o nascimento e que, apesar de se desenvolver, permanecia idêntico e contínuo durante a existência dele. 2) sujeito sociológico, que incorporou a complexidade do mundo moderno e questionou a autonomia e autossuficiência do núcleo interior do sujeito. Essa concepção defendia que a identidade era formada na relação com outras pessoas, sendo que essas eram responsáveis e contribuíam na mediação dos valores, sentidos e símbolos, na própria cultura do mundo em que habitavam. Na concepção do sujeito sociológico, o núcleo interior passa a ser formado e modificado no momento em que há o diálogo e a interação dos mundos culturais exteriores, ou seja, a constante relação entre os ambientes interiores e exteriores preenchem a identidade. Ao

projetar-se nas identidades culturais e internalizar seus significados e valores, o sujeito contribui para integrar os sentimentos subjetivos com o lugar objetivo ocupado tanto no mundo social quanto no cultural, ligando assim, o sujeito à estrutura. 3) Sujeito pós-moderno, que foca o processo de fragmentação da identidade unificada e estável do sujeito. Nessa conceitualização, o indivíduo não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, formando e se transformando em relação às formas nas quais os indivíduos se representam, bem como os sistemas sociais que os rodeiam. Desta forma, a identidade seria definida histórica e não biologicamente, assim como, a multiplicidade dos sistemas de representação cultural contribui para maior diversidade de identificação possível.

O fenômeno da globalização, segundo Hall (2006, p.14) impactou significativamente sobre a identidade cultural. “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas”. Para o autor, diante deste contexto de descontinuidade, fragmentação, ruptura e deslocamento, nenhuma identidade pode ser considerada como unificadora. É preciso compreender as situações e a realidade estudada, para, enfim, perceber qual identidade prevalece para determinado grupo ou indivíduo: a étnica, a racial, a de gênero, entre outras. Mais adiante, afirma Hall (2006, p. 75) que,

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas, de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós) dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribui para esse efeito de supermercado cultural.

Essa gama de possibilidades culturais possibilita aos jovens distinguir e escolher o seu grupo de relações o que remete à teoria de grupo de referência, discutida por Merton (1968b, p. 312-314) que “almeja sistematizar as determinantes e as consequências daqueles processos da avaliação e autoestimativa, nos quais o indivíduo toma os valores ou padrões de outros indivíduos e grupos como sistema comparativo de referência”.

Para o autor, o que de fato serve de base para a autorreferência é,

A presença de relações sociais constantes entre o indivíduo e aqueles tomados como base de comparação, que indica que eles pertencem neste grau, a um grupo ou intragrupo comum. Por outro lado, a ausência das relações indica que não pertencem ao grupo ou que estão num extragrupo (MERTON, 1968b, p. 312-314).

Os indivíduos que servirão de base de comparação podem pertencer à mesma categoria social e até mesmo a situações ou *status* sociais diferentes.

Na discussão da teoria do grupo de referência, Merton (1968b, p. 309-310) utilizou os conceitos de privação relativa e de estrutura de referências. A privação relativa é um conceito utilizado para trabalhar a teoria do grupo de referência e, segundo o autor, “tem a função de interpretação provisória depois do fato, ou seja, será sempre utilizada como mesmo propósito teórico, o de variável interpretativa interveniente”.

Apesar da ausência de uma definição formal da privação relativa, Merton (1968b, p. 308), a fim de contextualizar o conceito, reuniu uma lista de situações em que o conceito tem sido posto em uso, como por exemplo,

com referência ao homem casado, convocado para o exército, comparando com seus companheiros solteiros do exército, ele podia sentir que a convocação exigia dele um sacrifício maior que os solteiros; e comparando-se com seus amigos civis, casados e não convocados, ele podia sentir que tinha sido chamado a fazer sacrifícios dos quais os outros estavam escapando inteiramente.

As estruturas de referência dividem-se em três tipos: 1) Associação real, quando se compara com outros indivíduos que estavam na mesma condição, mas em situação diferente; 2) Quando a comparação é feita com pessoas pertencentes ao mesmo *status* ou à mesma condição em situações iguais; 3) Situações diferentes, quando a comparação é feita com indivíduos em situações diferentes. As atitudes dos indivíduos variam conforme os tipos de estrutura de referência; para isso, é necessário levar em conta as variáveis dependentes e as independentes que podem interferir no comportamento destes.

Isso sugere a hipótese geral de que se deve imaginar ou perceber alguma semelhança nos atributos de *status* entre o indivíduo e ou grupo de referência, a fim de que a comparação ocorra a todos. Uma vez que se obtenha esse mínimo de semelhança, outras similaridades e diferenças pertinentes à situação proporcionarão o contexto para se formarem avaliações. Consequentemente, isto logo focaliza a atenção do pesquisador sobre os fatores que produzem uma sensação de analogia entre posições, já que eles ajudarão a determinar quais grupos entram em jogo como contextos comparativos. (MERTON, 1968b, p. 323)

Pertencer ou não a um grupo significa separar critérios de afiliação, sendo essa uma das funções do grupo de referência, ou seja, estabelecer critérios de afiliação a um grupo. Portanto, para distinguir o grupo a que o indivíduo pertence (intragrupo) ao que ele não pertence (extragrupo) pressupõe-se primeiro, interação constante de um número de pessoas de acordo com padrões estabelecidos entre elas; segundo, que essas pessoas devem ter padronizadas suas formas de interação, reconhecendo-se como membros do grupo e, terceiro,

que as mesmas terão que ser definidas por outras, como pertencentes a esse grupo, incluindo-se, nesse reconhecimento, os membros e não membros do grupo.

Assim, o supermercado cultural identificado por Hall (2006) pode ser percebido como o de mercado não só de identidade como também de grupos de referência.

Nesse sentido, os jovens, atualmente, quando comparados ao grupo de referência familiar, estão sob as mesmas condições socioeconômicas, culturais, mas, por outro lado, pertencem à situação diferente, trilham outros caminhos e possuem novas formas de ver a vida. Neste caso, se identificam com os amigos, grupo de pares com os quais muitas vezes estão em interação constante e se identificam na forma de vivenciar e ver o mundo. Para Merton (1968d, p. 388)

A identificação com os grupos e com os indivíduos que ocupam determinados status não ocorre ao acaso, mas tende a ser moldada pela estrutura ambiental das relações sociais estabelecidas e pelas definições culturais predominantes. A pessoa que se identifica com um indivíduo de referência procurará aproximar-se do comportamento e dos valores daquele indivíduo em seus diversos papéis. Assim como os papéis podem ser segregados um do outro, no curso da interação social também podem ser separados, na forma de orientações de referência.

É preciso levar em consideração que há variações nos padrões concretos de comportamento de grupos de referência, sendo essas de acordo com tipos de personalidade, situações sociais daqueles que demonstram tal comportamento, bem como o contexto estrutural no qual ocorre o comportamento. Além disso, afirma Merton (1968d, p. 398)

Numa sociedade complexa, o indivíduo é normalmente envolvido numa grande variedade de papéis distintos, cada um dos quais pode engajar apenas uma pequena parte de sua personalidade total; em sociedades menos diferenciadas, a afiliação ao grupo tende a afetar uma porção consideravelmente maior da personalidade de cada membro. Parece provável que tanto maior for o grau culturalmente definido de entrosamento num grupo, tanto maior a probabilidade de que ele sirva como grupo de referência a respeito de avaliações e comportamentos vários.

Para entender a trama que permeia a juventude e sua complexidade de relações, é importante partir da perspectiva do cotidiano dos jovens; esse processo pode ajudar-nos a desenterrar esses significados ocultos, escondidos sob máscaras estilizadas. Isto apesar de o próprio cotidiano pode usar a máscara da rotina para ocultar a sua capacidade de resistência e transformação. Portanto, para se entenderem as características socioculturais que permeiam essas fases da vida, é necessário descrever e contextualizar a maneira com que os jovens veem o mundo, e como estes são vistos pela sociedade, buscando, dessa forma, direcionar os caminhos a serem trilhados por investimentos em políticas públicas para a juventude.

Sob a perspectiva cronológica no presente estudo, a reflexão privilegiará o recorte de juventude adotado pela UNESCO (2004), dos 15 aos 29 anos, tendo em vista que os jovens entrevistados anteriormente estão nessa faixa etária. No entanto, cabe ressaltar que serão considerados para a definição de juventude os contextos sociais, culturais e familiares em que os jovens se situarem.

2.3 Violência: relações com a família e a juventude

A associação entre violência na juventude e família é um tema recorrente, quer nos meios acadêmicos, quer nas representações da população em geral. O uso de drogas lícitas e/ ou ilícitas por jovens e a importância da instituição familiar no tratamento do ou como fator desencadeante do uso é um recorte significativo realizado atualmente pelos pesquisadores. Em geral, esses estudos seguem três linhas de investigação: 1) análise das influências entre o contexto sociofamiliar e o uso das drogas; 2) discussão da importância da inclusão da família no tratamento de jovens usuários de drogas e; 3) fatores de risco e proteção para o envolvimento ou não no uso de drogas e a motivação dos jovens para sair do narcotráfico.

Melo et al. (2005), Shenker e Minayo (2003) seguiram a primeira e a segunda linha de investigação. Embora haja diferenças nos métodos de realização do estudo, Melo et al. (2005) realizaram pesquisa empírica com famílias de uma comunidade de baixa renda do Recife, Shenker e Minayo (2003) fez uma revisão crítica da literatura sobre o assunto. Foram encontrados pontos em comum nas discussões tais como: a família como principal fonte socializadora e, portanto, a importância das relações e dos vínculos familiares, na transmissão de valores socioculturais às crianças e adolescentes e a importância do envolvimento da família no tratamento dos filhos usuários de drogas.

Shenker e Minayo (2003) amplia o repertório de explicações sobre o problema, pois abrange, além das influências da família, as dos pais no comportamento dos jovens. Defende ainda que o período da juventude também é uma fase diferenciada que desperta curiosidade por experiências novas, sendo fundamentais a troca e a influência do grupo de amigos. Nesse caso, o uso de drogas seria uma fonte de socialização “uma linguagem do adolescer que, quando acontece de forma abusiva, constitui-se num problema que pode repercutir em todo o processo posterior de vida do jovem” (SCHENKER; MINAYO, 2003, p. 300). Os conflitos familiares também são frequentes nessa fase, pois os jovens costumam se perder em meio ao processo biopsicossocial pelo qual estão passando e tendem a questionar

os valores e opiniões impostas pelos pais, sendo os amigos o refúgio ideal nessas horas. Segundo Lasch (1991), como se viu, na contemporaneidade os jovens repudiam os pais e escolhem os amigos como referência, pois aqueles estariam “fora” da sociedade. Mesmo assim os estudos priorizam a importância da família na transmissão de valores e limites aos jovens. A família ainda ocuparia um lugar privilegiado de socialização que, se estiver protegido e estruturado, poderá impedir a influência dos pais.

Pesquisas (MELO et al., 2005; SHENKER; MINAYO, 2003) concluíram que há uma relação de circularidade entre essas esferas (drogadição, violência, juventude e família) tornando-se necessário trabalhar as relações familiares para dar suporte aos padrões que se desajustam socialmente. Outro ponto que tem sido apontado é a falta de habilidades das famílias na transmissão de normas e imposição de limites aos filhos, sendo que os pais costumam “terceirizar” a educação e socialização dos mesmos. Enfim, a falta de diálogo e confiança entre pais e filhos afeta diretamente a relação e socialização dos mesmos. Particularmente Schenker e Minayo (2003, p.305) enfatizam essas dificuldades ao afirmar que as famílias, cultivam um tipo de comportamento irresponsável, como se o dever de monitorar e supervisionar o comportamento dos adolescentes fosse algo mecânico, robótico, sem a necessidade de construção prévia da relação de confiança.

Diante do contexto, as autoras defendem que é cada vez mais importante trabalhar as interações familiares, ou seja, a dinâmica familiar do jovem usuário de drogas, de forma que os vínculos sejam construídos cotidianamente, baseados no diálogo e na reciprocidade.

Os pesquisadores Ferreira e Sousa Filho (2007) fizeram o caminho inverso, ou seja, estudaram as transformações externas que passaram a influenciar nas relações familiares. Para eles, a Revolução Industrial e a divisão social do trabalho impulsionaram o surgimento de diferentes categorias sociais que quebraram o monopólio da vida privada familiar. Para eles, esses fatores possibilitaram uma invasão de valores e normas impostas pela sociedade na instituição familiar, exigindo assim, maior preparo por parte das famílias na socialização dos filhos. O estudo buscou investigar o significado do uso da droga em um determinado contexto familiar, histórico e cultural focando estudantes de uma universidade do Rio de Janeiro. O resultado da pesquisa indicou algumas diferenças entre os modelos familiares dos usuários de drogas e dos não usuários: o modelo familiar dos usuários era focado na autoridade controladora, o que justificava o sigilo do uso entre os jovens e a família para não gerar conflitos e rompimento de vínculos. Em geral, os jovens usuários e os não usuários conviviam em famílias com perfil tradicional, mas com características diferentes: para os não usuários, a

família era centrada nas necessidades básicas do indivíduo, com predominância de práticas de cuidado e proteção dedicadas a filhos e netos, chamando atenção para os preceitos morais e éticos. A autoridade também esteve presente nesse grupo, mas em menor grau, diluída provavelmente pela presença de outros familiares citados por eles, como irmãos, o que pode favorecer as interações, partilhas e companheirismo. Nas famílias dos usuários, predominou o modelo de organização familiar com autoridade controladora, sem que houvesse questionamentos. A família era pensada como um lugar de idealização, mesmo assim ela foi qualificada por eles como democrática. Para os autores, o uso de drogas configura, por parte dos jovens, como uma forma de buscar emancipação na sociedade.

Outra dimensão dos conflitos entre pais e filhos, apontada pela pesquisa, foi a relação com os amigos. Em geral, eles foram responsabilizados pelos comportamentos rebeldes dos jovens frente à família, talvez pela influência e contribuição deles na independência e questionamento às normas e regras familiares.

Ainda nessa lógica de raciocínio, juventude e drogadição, Meirelles e Gómez (2009) investigaram as circunstâncias e condições específicas que impulsionam os jovens a abandonarem o narcotráfico. A pesquisa foi realizada com 30 jovens com faixa etária entre 16 e 24 anos, residentes em sete favelas do RJ. O texto traz para reflexão as prováveis motivações que levam os jovens que passam pelas mudanças biopsicossociais da adolescência a ingressarem no narcotráfico. Entre elas, citam-se: a fascinação pelo clima de aventura e perigo que as atividades com o narcotráfico trazem; a procura de uma identidade social, a busca de status e de reconhecimento na comunidade e entre os pares, a sensação de invisibilidade social pelos quais passam. Entretanto, ao decidirem abandonar o narcotráfico, os jovens defrontam-se com as seguintes dificuldades: falta de suporte e de apoio social e familiar, sentimento de solidão, fragilidade em tomar e manter a decisão, processo de desligamento e de negociação com os “chefes”, perda da identidade e, finalmente, o recomeço com a busca por emprego. As motivações apontadas pelos jovens para sair do tráfico foram: apoio de grupos religiosos, deficiências físicas decorrentes de acidentes com armas de fogo, problemas de saúde mental, torturas e traição. Para os que haviam saído na época da pesquisa, os motivos citados foram: medo de morrer; tensões físicas e emocionais por conta de constantes conflitos com armas; ameaça de tortura, castigos, e a frustração por não obterem ganhos econômicos rápidos.

A maioria dos jovens encontrava-se com os vínculos familiares preservados. O envolvimento com o tráfico se dava na favela em que os mesmos residiam, tanto que 18 dos 30 jovens entrevistados que abandonaram as atividades com o tráfico voltaram a conviver

regulamente com sua família de origem. É importante ressaltar que a maioria desses jovens, antes de entrar para o movimento, morava em famílias matrifocais e a ausência do pai foi apontada por eles como sendo uma perda significativa.

Na ocasião da pesquisa, a maioria dos jovens estava afastada do tráfico entre um e três anos. Chamam atenção no estudo as dificuldades apontadas pelos jovens quando decidem deixar as atividades no tráfico. Em geral, eles se sentem sozinhos e fragilizados para tomar e manter essa importante decisão; muitas vezes, buscam por ajuda de alguém da própria comunidade para intermediar e auxiliar na decisão. Optar pelo abandono dessa atividade tem um sentido maior que o financeiro: significa perder o status, o poder e o reconhecimento da comunidade.

Observa-se, no estudo, a preocupação com a multicausalidade da violência, bem como a importância da família para o desligamento de atividades ilícitas por parte dos jovens envolvidos com narcotráfico.

É nessa mesma lógica de diversidade que Shenker e Minayo (2005) trabalham as relações jovens, violência e drogas sob a perspectiva de fatores de risco e proteção. Nesse sentido, as temáticas adolescência, família, escola, grupo de pares e comunidade, fizeram parte do estudo como prováveis fatores de risco ou de proteção. A investigação não focou somente a família ou as relações familiares. A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão da literatura sobre o assunto, sendo fator de risco definido como,

uma consequência da livre e consciente decisão de se expor a uma situação, na qual se busca a realização de um bem ou de um desejo, em cujo percurso se inclui a possibilidade de perda ou ferimento físico, material ou psicológico (SCHENKER; MINAYO, 2005, p. 708).

Os fatores de proteção utilizados basearam-se no conceito de resiliência, entendido como a maneira com que uma pessoa reage e sobressai frente a acontecimentos traumáticos. Quanto mais fatores de proteção a pessoa vivenciar, mais tendência terá de desenvolver a resiliência. Portanto, essa concepção também abrangeu os três níveis de fatores de proteção em crianças e adolescentes resilientes: 1) Individuais: autoestima elevada, habilidades sociais e interpessoais, controle emocional, sentimentos de empatia, entre outros. 2) Familiares: vínculos fortalecidos, suporte familiar; 3) Extrafamiliares e/ou ambientais: suporte de pessoas significativas e experiências escolares positivas (SCHENKER; MINAYO, 2005). Assim como nos outros estudos, a família foi apontada como principal fonte de prevenção na construção da resiliência, assim como a construção de planos para o futuro.

Como fatores de risco para o uso de drogas por parte dos adolescentes foram apontados: a comunidade, a convivência com os pares usuários de drogas, a facilidade do acesso, entre outros. Observou-se que o risco aumenta de acordo com as associações entre eles. Portanto, esse processo deve ser visto de forma dinâmica, no contexto das interações sociais. O estudo concluiu que o uso de drogas é um tema amplo que perpassa diversos campos da sociedade. O uso ou não das drogas, por parte dos adolescentes depende das representações sociais e do contexto sociocultural em que vivem. Portanto, é necessário conhecer o contexto social e a rede de significado que envolve cada grupo de usuários, para se planejar algum tipo de ação.

Nota-se que o cenário de reflexão sobre as inter-relações família, juventude, violência e drogadição foi ampliando-se conforme os autores, indo das implicações familiares para as comunitárias, grupo de pares, entre outros. Percebe-se que os textos ampliaram os fatores que envolvem a problemática e evoluíram para as interações entre os contextos e realidades vividas pelos jovens, passando a ideia da condição dinâmica, multicausal e complexa dessas associações dos significados, características e particulares individuais de cada um.

Outra forma comumente adotada para abordar a relação entre esses temas (família, juventude e violência) que vão além do recorte sobre o uso e ou venda de drogas, é a relação desses com a pobreza e a exclusão social.

Pode-se citar como exemplo a pesquisa realizada por Feijó e Assis (2004), a qual teve como principal objetivo: levantar vulnerabilidades do infrator e sua família, assim como algumas relações entre aquelas e o ato infracional. O estudo investigou 61 jovens infratores cumprindo medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro e Recife. Os diferentes conceitos de exclusão social orientaram a reflexão, sendo assim para elas “a exclusão associa-se um processo de desvinculação social/espacial” (FEIJÓ; ASSIS, 2004, p.158). A exclusão econômica indicada pela não inserção no mercado de trabalho, é considerada mais grave, pois pode levar a outros tipos de exclusão

O indivíduo que está desvinculado na esfera do trabalho sofre maiores consequências do que aquele desvinculado apenas na área familiar, pois o seu sustento e o de sua família, sua participação na comunidade, assim como todos os funcionamentos das relações sociais e da cidadania estão baseados na sua inserção ocupacional (FEIJÓ; ASSIS, 2004, p.158)

Outros tipos de exclusão citados no texto foram: a cultural, relacionada à falta de escolaridade, que impossibilita os indivíduos de inserção no mercado de trabalho, ou de melhores condições salariais; a territorial, que dificulta o acesso das pessoas ao convívio

social essencial, como escolas, igrejas, creches, entre outros, e a exclusão étnica, que possibilita a classificação e hierarquização de grupos conforme sua raça e/ou gênero.

As principais vulnerabilidades encontradas nas famílias dos adolescentes infratores foram: os conflitos familiares, pais com problemas de alcoolismo, carência emocional vivida por parte do adolescente, necessidade de orientação do jovem, falta de limite e de controle dos jovens, agressão sofrida pelos pais. Os adolescentes pertenciam a classes sociais menos favorecidas; os responsáveis pela família tinham subempregos e baixa remuneração ou encontravam-se desempregados, tinham baixo nível de escolarização, e, em algumas situações, o pai ou a mãe encontrava-se ausente. Em geral, essas famílias possuíam conflitos com a vizinhança e estavam isoladas pela comunidade.

Outra vertente de análise se baseia na percepção dos jovens sobre seu envolvimento com a violência. Nessa linha de pensamento, Assis e Souza (1999) investigaram 61 jovens infratores que cumpriam medida socioeducativa de internação e semi-internação, e 31 não infratores (irmãos ou primos dos infratores) como objetivo de conhecer os motivos que levaram alguns desses jovens a trilhar caminhos distintos. Utilizaram como perspectiva o modelo teórico explicativo para a delinquência juvenil proposto por Schoemaker (1996) que busca entender a origem da delinquência juvenil a partir de três níveis: 1) Nível estrutural: Abrange as condições socioeconômicas e investiga sua ligação com as práticas violentas. Conforme esse pensamento, a violência seria usada para extravasar a desorganização social. Porém, há várias críticas a essa linha de pensamento, pois a mesma parte da pobreza para explicar a violência. Está cada vez mais comprovado que a condição de pobreza, por si só, não explica o fenômeno da violência. Essa teoria também não leva em consideração a capacidade de participação ativa e de realizar suas próprias escolhas por parte dos adolescentes. 2) Nível sociopsicológico: O foco dessa teoria está na fragilidade dos vínculos sociais existentes entre os jovens e as diversas instituições que têm como função a socialização dos mesmos, como a família, a escola e a comunidade. Em geral, esse nível prioriza as relações familiares e a falta de controle da família sobre os jovens. 3) Nível individual: Baseia-se nas características de personalidade e nos aspectos biológicos e hereditários. Frequentemente, as explicações desse nível giram em torno das características da personalidade, influenciadas pela bagagem genética de cada pessoa.

Como estratégias de prevenção optaram pelos quatro tipos proposta por Spergel e Curry (1990): 1) Organização comunitária: refere-se ao suporte social formado pela mobilização da comunidade, que constrói uma rede de proteção. 2) Intervenção social: atuação direta de profissionais com jovens em vulnerabilidade propensos a delinquências. 3)

Suprimento de oportunidades: consiste em viabilizar acesso a emprego, educação e qualificação profissional aos jovens em situação de vulnerabilidade. 4) Repressão: ações pontuais e coercitivas de investimento em segurança pública. Foram citadas outras estratégias de proteção como ações pautadas na família, na escola, na comunidade e com os grupos de pares, por meio da implantação de programas e estratégias de prevenção para os adolescentes. Os resultados indicaram algumas diferenças entre os jovens infratores e seus parentes não-infratores. Entre os infratores encontram-se instabilidade nos primeiros cuidados; relacionamento distante com a família; amigos que fazem parte do mundo do crime; tempo menor de convivência com seus pais quando criança; maior incidência de envolvimento com a criminalidade por alguns membros da família; visão idealizada de família; falta de controle pela família e geralmente superproteção pela família dificuldades em lidar com conflitos e perdas familiares. Entre os não infratores: convivência comunitária mais próxima; amigos que não fazem parte do mundo do crime; não uso de drogas rotineiramente; posse de noção de cidadania; responsabilidade familiar; frequência na escola e projeto profissional e pessoal traçado.

As reflexões anteriores buscaram demonstrar a forte influência da família na vida de jovens em conflito com a lei, em especial na maneira de educá-los, por meio de suporte social e afetivo na hora da tomada de decisões, enfim, propiciando ou não um ambiente de diálogo de vínculo afetivo nessa fase de transição. Na contramão desse pensamento e protagonistas de intenso debate nos meios científicos, estão as pesquisas sobre violência doméstica, cuja abordagem tem como foco os jovens na condição de vítimas de violência no ambiente familiar, ou seja, nessa situação o ambiente familiar passa a ser questionado, caindo por terra a ideia de um lugar de refúgio e proteção, por vezes colocado na literatura.

A situação leva a repensar o papel da família enquanto principal instituição socializadora sob dois prismas: o papel de transmitir valores e normas aos filhos que futuramente serão aceitos socialmente ou contribuir para difusão de futuros jovens com comportamentos e atitudes consideradas inadequadas e marginalizadas.

Day et al. (2003), em pesquisa de revisão bibliográfica, buscaram analisar as diversas manifestações da violência doméstica tendo como vítimas, a mulher, o idoso, especialmente a violência praticada contra crianças. A fim de contextualizar a problemática, foi realizado um resgate histórico da percepção das crianças pelos adultos ao longo dos anos. A preocupação com violência contra crianças e adolescentes no ambiente familiar entrou em cena a partir do momento em que as mesmas passaram a serem vistas como sujeitos de

direitos e em estágio de desenvolvimento⁷ e não mais como pequenos adultos que deveriam ser educados com castigos e punições. Isso foi marcado no Brasil, mais especificamente com a Constituição Federal (1988) e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) legislação que passou a garantir a doutrina de proteção integral aos mesmos (BRASIL, 2010b; BRASIL, 1990). Segundo Day et al. (2003, p. 11) “Quanto mais regressamos na história, maiores as chances de depararmos com a falta de proteção jurídica à criança, aumentando as probabilidades de que tivessem sido abandonadas, assassinadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas física e sexualmente”.

Para reflexão sobre o tema, define-se violência intrafamiliar e se discutem suas formas de manifestação (DAY et al., 2003, p.10)

Violência intrafamiliar - Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue. O termo doméstico incluiria pessoas que convivem no ambiente familiar, como empregados, agregados e visitantes esporádicos.

As quatro formas de manifestação da violência intrafamiliar destacadas pelos autores foram: física, psicológica, negligência e sexual (DAY et al., 2003, p.10)

1. A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas.
2. A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.
3. A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária.
4. A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas.

Apesar da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de significativa intervenção do poder público por meio de programas de prevenção e de tratamento, do constante incentivo à divulgação, os autores afirmam que o número de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes ainda é maior do que a frequência denunciada.

⁷ Assunto detalhado anteriormente no capítulo – A construção Social da Juventude

A violência sofrida na infância e adolescência pode trazer sérias consequências para o futuro das vítimas. Day et al. (2003, p. 14) afirmam que:

Na população carcerária, há uma grande porcentagem de indivíduos com história de violência na infância e que estes tendem a apresentar mais problemas psiquiátricos, tais como transtorno de estresse pós-traumático, depressão maior, transtornos de personalidade múltipla, transtornos de personalidade borderline, abuso de substância e comportamento antissocial.

Esses dados deixaram em estado de alerta a comunidade científica, a qual buscou analisar a relação entre violência doméstica na infância e adolescência e práticas de violência na juventude.

Para entender esse problema, Meneghel et al. (1998) realizaram uma investigação com 36 adolescentes considerados agressivos e 40 considerados não agressivos pelos professores e suas respectivas famílias. Os adolescentes eram alunos de duas escolas, uma pública e outra particular da cidade de Porto Alegre. Os jovens são considerados um grupo em vulnerabilidade quando são abordados do ponto de vista das práticas violentas, sendo eles, na maioria das vezes, os principais responsáveis pelo aumento nas estatísticas de mortes por causas violentas. Nesse sentido, as autoras acreditam que a agressividade na adolescência evidencia a presença pregressa de violência familiar. Desta forma, o estudo teve como objetivo: estudar a associação entre o comportamento agressivo em adolescentes e presença de violência em suas famílias, procurando verificar se a agressividade poderia ser um indicador de violência doméstica. O texto se baseia em duas correntes científicas que buscam explicar a violência: a biologicista e comportamentalista que concebe a violência como inerente à natureza humana, a qual é extravasada do nível biológico para o social como forma de instinto e a correntes psicanalíticas que focam as relações familiares construídas na infância: a agressividade na adolescência pode ser explicada pela carência emocional experimentada quando criança ou a falta de limites na educação.

Das 76 famílias entrevistadas, apenas 7 negaram a existência de punição física com os filhos, dados que confirmam que a maioria das famílias utilizava a punição física contra os filhos. Em 16 casos, a punição acontecia intensa e frequentemente. A frequência da violência praticada contra os adolescentes também se diferenciou conforme o tipo de escola; na particular foram encontrados 14 casos de punição grave e na pública, 27. A pesquisa constatou também que os adolescentes punidos tiveram oito vezes mais chances de serem violentos com os irmãos. A probabilidade de pertencerem a famílias rígidas foi 15 vezes maior entre os adolescentes punidos. Desse modo, as famílias flexíveis foram menos punitivas. Enfim, a relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi

estatisticamente significativa. Isto significa que adolescentes agressivos foram mais punidos que os não agressivos.

Essa mesma questão foi alvo de preocupação na investigação conduzida por Maldonado e Williams (2005) que teve como objetivo estudar o comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. No estudo foram avaliados 28 meninos e suas respectivas mães. A pesquisa comparou dois grupos de 14 meninos pertencentes a famílias com mesma renda familiar, sendo que um dos grupos apresentava comportamento agressivo na escola e o outro não. O comportamento agressivo foi avaliado conforme a percepção de suas professoras sobre suas atitudes na escola. Na entrevista com as mães, foram levantadas informações relativas ao comportamento delas e do companheiro para com os filhos. Os adolescentes investigados pertenciam a três escolas públicas de uma cidade de porte médio localizada no interior de São Paulo.

A autora utiliza o conceito de Azevedo e Guerra (1995, p. 36) para definir violência doméstica contra a criança como,

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção de adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento.

Assim como no estudo de Meneghel et al. (1998), a autora contextualizou as diferentes formas de violência intrafamiliar: física, sexual, psicológica e negligência. No entanto, ampliou a reflexão para as consequências psicológicas de crianças que presenciaram a mãe sofrendo violência. Desta forma, presenciar a violência também pode acarretar traumas para a criança.

As características familiares dos grupos estudados eram estatisticamente semelhantes, uma vez que eles estudavam na mesma sala e residiam no mesmo bairro; foram também parecidas as condições socioeconômicas, as precárias condições de moradia e o nível de escolaridade dos pais que na maioria dos casos não completou o ensino fundamental.

Ao final, constatou-se que o nível de exposição à violência conjugal pode ser um mediador da violência a que a criança esteve sujeita, tendo em vista as diferenças nos níveis de intensidade da violência sofrida entre os grupos, ou seja, as crianças que não apresentaram comportamento agressivo foram expostas a menores níveis de violência doméstica, ao contrário das que apresentavam comportamento agressivo. A autora levantou que o comportamento agressivo pode ser uma forma de a criança pedir ajuda e expor sutilmente sua situação e risco.

As preocupações com o aumento da violência no Brasil, em especial as que envolvem a juventude tanto como autores como vítimas, foram tomando tamanha proporção a ponto de esse fenômeno ser reconhecido como um problema de saúde pública. Os estudos realizados nessa área geralmente abordam a relação da juventude com a violência sob dois prismas: o aumento do número de jovens mortos por causas externas e os jovens enquanto vítimas de violência intrafamiliar.

Entretanto, os estudiosos dessa área defendem que as intervenções devem ir além do diagnóstico do problema e tratamento das vítimas. Devem ir ao encontro da proposta do Sistema Único de Saúde⁸, ou seja, trabalhar a prevenção e promoção sob a perspectiva das ações intersetoriais seguindo a linha da visão ampliada de saúde. (MILANI, 2006).

O texto escrito por Milani (2006) intitulado: “Adolescentes: de vítimas da violência a protagonistas da paz” faz parte de uma coletânea de artigos científicos publicados pelo Ministério da saúde⁹ com objetivo de sensibilizar gestores e profissionais de saúde sobre a violência sofrida por crianças e adolescentes e sua intrínseca relação com a saúde, bem como da necessidade de ações ampliadas e conjuntas com outros setores da sociedade para prevenção de tais ocorrências.

Os principais questionamentos do autor se referem às explicações para envolvimento dos adolescentes com a criminalidade e ações de prevenção para tal envolvimento. Desses questionamentos, destacam-se:

- 1) Aqueles centrados no homem como fruto do meio: a premissa tira do indivíduo a capacidade de fazer escolhas e a sua vontade própria. Nesse sentido, todo comportamento seria determinado pelo meio social da pessoa. O autor reconhece a importância e a influência do contexto social, cultural e econômico sobre a trajetória de vida da pessoa. Ainda assim defende que,

Se essa influência tivesse o poder de determinar a trajetória de vida das pessoas, todos os adolescentes submetidos a condições de pobreza e de exclusão seriam inevitavelmente conduzidos à criminalidade e isso ocorre apenas com uma pequena parcela dos jovens, felizmente (MILANI, 2006, p. 270).

⁸ Lei 8.080 19/09/90 - Art. 3º - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

⁹ Para saber mais sobre a coletânea, ver: LIMA, C.A. et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/.../06_0315_M.pdf

- 2) Aqueles centrados na hereditariedade, na natureza pessoal, na vontade própria. Essas explicações negam qualquer possibilidade de escolha por parte dos adolescentes. É como se o futuro estivesse traçado antes mesmo de nascer. Enfim, como se vivessem em um mundo solitário sem interação com as demais pessoas. Para o autor, os primeiros anos de vida podem delinear o rumo da vida do indivíduo, mas não o determinar. Segundo ele, “essas experiências resultam das múltiplas e permanente interação entre a pessoa em desenvolvimento (incluindo a sua natureza) e o seu contexto (incluindo a sua criação)”.

Por vezes, as condições desfavoráveis e a ausência de oportunidades tornam-se a principal motivação para a pessoa romper as barreiras que lhe foram impostas e alcançar o que poderia ter sido considerado praticamente impossível. Em outras histórias, embora as condições e os recursos do contexto sejam vantajosos, as suas escolhas e reações das pessoas resultam no baixo grau de desenvolvimento de suas próprias potencialidades. Ou seja, as múltiplas e complexas interações entre todos os fatores expostos podem delinear, jamais definir, o que será infimamente ou sumamente provável e improvável para o sujeito (MILANI, 2006, p. 270).

Diante desse contexto, quais seriam então as propostas para prevenção desse fenômeno juvenil? O protagonismo juvenil aparece em cena como ideia inovadora das últimas décadas. Com base nessa ideia os adolescentes e jovens passariam da condição de objetos passíveis de intervenção e incapazes de criar e contribuir para execução de projetos a sujeitos, participativos e críticos na construção de espaços e no exercício da cidadania. Afirma Milani (2006, p. 272) que

favorecer o protagonismo juvenil é uma estratégia eficaz de promoção da saúde, pois contribui para a autoestima, a assertividade e a formulação de um projeto de vida pelo adolescente”. Trabalhar, porém, com o protagonismo juvenil significa reconhecer que mesmo em condições desfavoráveis socialmente, eles têm muito a contribuir; quem melhor que eles para definir suas prioridades? No entanto, esse processo é ainda um desafio, não somente para os profissionais de saúde, mas para todos os setores que trabalham com esse grupo, que devem se desvincular do ideal do paternalismo que destituiu camadas populares da capacidade de participação e construção de estratégias de sobrevivência (MILANI, 2006).

A resiliência é um dos conceitos utilizados quando se investiga a relação entre violência e juventude. Segundo Assis et al. (2006, p. 257),

embora as definições de resiliência sejam ainda bastante variáveis, toda a discussão a respeito desse conceito está relacionada aos fatores ou processos intrapsíquicos e sociais que possibilitem o desenvolvimento de uma vida sadia apesar de experiências de vida traumáticas.

Ainda segundo a autora “outra questão fundamental para se entender um indivíduo resiliente é a forma como ele lida com as adversidades” (ASSIS et al., 2006, p. 258).

A construção da resiliência é facilitada por alguns elementos de proteção, sendo esses divididos em três grupos: a) individuais que dizem respeito ao temperamento, autoestima, capacidade de criar e desenvolver estratégias ativas para lidar com os problemas. b) familiares que afirmam o bom relacionamento intrafamiliar, suporte e segurança propiciados no ambiente familiar. c) extrafamiliares ou ambientais que se referem ao suporte de pessoas significativas e experiências escolares positivas (ASSIS et al., 2006).

Para caracterizar o comportamento resiliente na adolescência, a referida autora citou uma pesquisa realizada no ano de 2003 com 997 estudantes em dezessete escolas públicas de São Gonçalo RJ, os quais estavam entre a 7.^a série do Ensino Fundamental à 2.^a série do Ensino. Para aprofundar no tema, também foi utilizada a abordagem qualitativa com base na história de vida dos estudantes, visando compreender o peso das relações sociais por meio da valorização da experiência vivida por eles.

A pesquisa encontrou evidências significativas entre os gêneros: as meninas tenderam a ter mais resiliência que os meninos. Algumas características individuais e de apoio sociofamiliar também diferenciaram os comportamentos resilientes, como apoio social e familiar, ter alguém em quem confiar e que ofereça afeto e segurança, ser crítico e flexível nas opiniões, autoestima elevada, ter um projeto de vida definido e planejar as metas para alcançá-los.

Em geral, os adolescentes que apresentaram baixa resiliência se apresentaram indecisos com maior grau de sofrimento psíquico, dificuldade em tomar decisão e de pensar com clareza, bem como se sentem inúteis e afirmaram estar perdendo o interesse pela vida. Já os adolescentes com alta resiliência costumavam optar por estratégias ativas para enfrentar os problemas, geralmente afirmavam buscar ajuda de adultos para apoiá-los a não fugir dos problemas, aceitavam suas limitações. Em situações conflituosas, buscavam vias alternativas para extravasar sua raiva como música, dança, gritos, choros, entre outros. As variáveis relativas à faixa etária, cor da pele, religião, padrão socioeconômico familiar e arranjo familiar não apresentaram diferenças positivas ou negativas para a resiliência. Entretanto, os adolescentes mais resilientes relataram que os pais costumam supervisioná-los com mais frequência, sabem os lugares que eles frequentam e conhecem seus amigos (ASSIS et al., 2006)

Pode-se dizer, então, conforme Assis et al. (2006, p. 262) que,

resiliência não significa invulnerabilidade. Na realidade, não existe resistência absoluta nem respostas únicas às dificuldades que qualquer ser humano tem que passar. Existem sim, pessoas mais resistentes ou menos resistentes, pessoas que olham de forma diferente os mesmos obstáculos.

A autora afirma ainda que “O que favorece a resiliência é a combinação entre aquilo que lhe é oferecido, principalmente durante sua infância, o apoio recebido e a individualização dessas experiências pelo próprio sujeito” (ASSIS et al., 2006, p. 263).

3 A PESQUISA DE CAMPO

3.1 Objetivos, procedimentos de observação e de análise

Este estudo buscou reconstruir e comparar as trajetórias de vida de jovens, que em pesquisa anterior, realizada em 2002, relataram ter tido conflito com a lei, com um grupo de jovens que não relataram conflitos. O objetivo geral foi de conhecer, de acordo com a percepção dos jovens investigados, as disposições e as propriedades que predispuseram alguns a cometerem atos infracionais e outros a não os cometerem. Os objetivos específicos foram: 1) descrever a organização familiar dos entrevistados; 2) Descrever quem são os jovens na atual pesquisa, do ponto de vista social e demográfico; 3) Levantar informações sobre a infância/adolescência dos jovens, por eles e por sua família, que possibilitassem reconstruir as trajetórias de vida e as percepções sobre momentos decisivos dessas trajetórias, de maneira a entender as escolhas feitas com relação a práticas associadas a atos infracionais.

Na pesquisa anterior, realizada no ano de 2002 em Botucatu¹⁰, 20 jovens relataram terem tido conflito com a lei; todos eles, ao responderem afirmativamente ao conflito com a lei, foram automaticamente selecionados para a atual pesquisa. Os jovens sem conflito com a lei foram selecionados entre os 379 anteriormente investigados, os quais responderam negativamente ao conflito com a lei. A escolha desses jovens foi direcionada pelas semelhanças com os jovens em conflito com a lei. Essas semelhanças foram operacionalizadas segundo as seguintes variáveis: faixa etária, tamanho da família, renda familiar e localização da residência, sendo um dos principais critérios de distinção, entre os grupos, o conflito com a lei. Também foram investigados irmãos de jovens em conflito com a lei, que não praticaram conflito. Esses também compuseram o grupo de jovens sem conflito com a lei.

Esse desenho comparativo foi baseado em pesquisa realizada por Assis (1999) que deu origem ao livro intitulado “Traçando caminhos em sua sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores”. O estudo teve como objetivo: investigar a trajetória de vida de jovens que cometeram atos infracionais graves e de seus irmãos/primos não infratores, buscando conhecer os fatores de risco e de proteção para a prática ou não da infração. A pesquisadora buscou compreender a capacidade desenvolvida por adolescentes não infratores (irmãos/primos de adolescentes infratores) em conviver na mesma tensão do

¹⁰ A referida pesquisa fez parte do subprojeto Saúde Reprodutiva e Violência, vinculado ao estudo “Saúde e condição de vida em São Paulo, Inquérito multicêntrico de saúde no Estado de São Paulo”¹⁰, financiado pela FAPESP (processo 98/14099-7).

ambiente familiar e comunitário e não trilhar o caminho da infração. Nessa pesquisa, foram investigados por meio de história de vida 61 adolescentes que praticaram atos infracionais e cumpriam medida socioeducativa de internação em instituição. Desses, 46 eram do Rio de Janeiro e 15 do Recife. Do grupo de parentes (irmãos/primos) que não cometeram infração, num total de 31 adolescentes, 20 eram do Rio de Janeiro e 11 de Recife.

Nesse sentido, a amostragem desta pesquisa teve três grupos de investigação:

- 1) Grupo I - jovens que, na pesquisa anterior, relataram ter tido conflito com a lei;
- 2) Grupo II - jovens sem relato de conflito com a lei e com características semelhantes aos que o relataram;
- 3) Grupo III - irmãos dos jovens que relataram ter tido conflito com a lei e que não o tiveram.

O estudo se deu em outro momento da vida dos indivíduos, uma vez que já se passou algum tempo desde a primeira entrevista. Atualmente, alguns dos jovens se encontram casados e não convivem mais com suas famílias de origem. Dessa forma, foram trabalhadas as lembranças dos jovens, com suas percepções do passado. Esse fato é ainda mais significativo para o grupo de jovens que tiveram conflito com a lei, pois há um distanciamento de, no mínimo, oito anos do ato infracional. Falar sobre suas histórias de vida possibilitou, aos jovens, uma reflexão sobre aquela fase da vida, proporcionando aos mesmos, agora adultos, repensar sobre o menino que foram, e o que fez ou não mudar a sua trajetória de vida. Assim a memória não é só parte dos procedimentos: é objeto de pesquisa. É aquilo que o recordar traz que será objeto de interpretações. Portanto, a memória se constitui aspecto importante do objeto de pesquisa e não apenas um recurso metodológico. Afirma Mancuso (1998, p. 12) que “a memória individual, uma perspectiva da memória coletiva e, tanto quanto esta, memória social é, também, parte do problema: as representações são constitutivas da memória”.

Desta forma, pode-se dizer que acontece constantemente a reconstrução e modificação da vida conforme as experiências adquiridas; nesse sentido, cada nova experiência acrescenta e modifica o que antes havia sido incorporado (MANCUSO, 1998). Nessa linha de pensamento, afirma Durkheim (1970, p. 32) que “a vida representativa não é formada de átomos separados uns dos outros; é um todo contínuo, no qual todas as partes se interpenetram”. A memória possibilita reviver o passado no momento atual, segundo Mancuso (1998, p. 22) “Pela memória, é possível encontrar o passado no presente: a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é”. Recorrer a memória significa reviver as lembranças do passado no momento presente, no qual o

indivíduo já adquiriu novas experiências, novos costumes e, porque não, uma nova forma de ver e sentir a vida.

A memória individual, contudo, só é significativa se estiver atrelada à memória coletiva¹¹, pois, o indivíduo, ao recordar o passado, automaticamente trará à tona suas vivências e experiências, frutos das interações com os familiares e com o grupo de amigos. Portanto, por meio do processo de rememoração, eles selecionam suas lembranças conforme o valor que atribuem à vivência; sendo assim, alguns episódios da história de vida podem ser mais importantes que outros; esses, por sua vez, são selecionados pela memória no momento da rememoração (MANCUSO, 1998). Assim o que se lembra é reconstrução do passado pelos estímulos do presente. Por outro lado, a memória individual é a maneira com que o indivíduo percebe a memória coletiva, que pode se transformar conforme o lugar ocupado e as relações estabelecidas (HALBWACHS, 1952). O ato de rememorar só se torna possível por meio de estímulos presentes que induzam esse processo, segundo Mancuso (1998, p. 29),

Os quadros sociais da memória se referem, de um lado, aos estímulos presentes que conduzem à rememoração e, de outro, à localização no passado do que o presente suscitou. Os quadros articulam, portanto, o presente ao passado. Rememorar é um ato que acontece no passado e é provocado pelo presente: do passado retornam a nós os acontecimentos que correspondem às nossas preocupações atuais. Os fatos, acontecimentos, personagens, conhecimentos, sensações depositados na memória se organizariam não só na presença de algo que se acrescenta a eles mas também segundo a pergunta presente que se faz à memória.

A memória e a identidade são elementos que se relacionam. A memória permite ao indivíduo indicar ao qual grupo ele pertenceu e com o qual se identificou. A imagem que ele adquire no decorrer de sua vida é fruto da sua memória, de como ele se percebeu e foi percebido nas interações realizadas até o presente, quais foram seus gostos, escolhas e caminhos trilhados. Afirma Pollack (1992, p. 204) que

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente muito importante do sentimento de continuidade e de ocorrência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A pesquisa empírica utilizou os seguintes procedimentos:

- 1) aplicação de formulários para descrever a organização socioeconômica e familiar dos jovens e de suas famílias de origem. Foram aplicados antes da realização das entrevistas (Anexos I, II e III);

¹¹ Segundo Mancuso (1998, p. 28) “Memória coletiva é o conjunto dos acontecimentos essenciais do passado de um grupo”.

- 2) realização de entrevista em profundidade com os jovens e seus familiares de origem para reconstrução da história de vida dos jovens de acordo com sua própria percepção e a de seus familiares de origem;
- 3) registro de impressões de campo em diário de campo (observação direta) sobre os jovens, seus familiares e sua moradia.

As entrevistas em profundidade foram gravadas e semiorientadas por um roteiro, dividido em grandes tópicos (Anexos IV e V). Registrou-se a história de vida tópica, segundo a terminologia de Minayo (2003) ou relato de vida segundo Queiroz (2008b) o diálogo foi direcionado para determinados acontecimentos da história de vida dos entrevistados.

A história oral é uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas qualitativas as quais, quando empregadas pelas Ciências Sociais, visam conhecer a realidade social, conhecer o passado, compreender o presente e avaliar as perspectivas para o futuro sob a percepção daqueles que viveram a realidade (LANG, 2000, p. 123).

Segundo Queiroz (2008b, p. 42)

história oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outros tipos de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de várias formas, registra a experiência de um só indivíduo, ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade.

A história de vida é um tipo de narrativa que se enquadra no quadro da história oral, o qual também conta com outros, como: o relato de vida e o depoimento oral. Apesar de próximos, são tipos distintos, cada um possui peculiaridades de coleta e finalidade. Na história de vida, o sujeito da pesquisa conta livremente sua vida, confere a sua ordem ao relato, com mínima interferência do pesquisador. Já, no relato de vida, o pesquisador solicita ao entrevistado que aborde determinados aspectos de sua vida. Em geral, as narrativas são orientadas pelo pesquisador que direciona o relato conforme seu interesse de pesquisa. Diferentemente da história de vida e do relato de vida, no depoimento oral o foco não está baseado na vida do entrevistado, mas sim em sua participação ou opinião sobre determinado assunto. (QUEIROZ, 2008a; LANG, 2000).

Para Minayo (2003), a história de vida se divide em dois tipos: a história de vida completa na qual o entrevistado fala sobre sua vida ininterruptamente conforme as lembranças vêm a sua mente, ou seja, expõe todo o conjunto de experiências por ele vividas e a história de vida tópica que enfatiza algumas fases ou determinados campos de experiências em questão.

Embora a história de vida seja contada por um personagem e gire em torno deste, esta técnica capta o que sucede às relações entre a vida individual com a social. Portanto, segundo Queiroz (2008b, p. 67/68),

O que existe de individual e único em uma pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e as quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isso constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada: finalmente, sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação entre suas especificidades, todo seu ambiente, todas as coletividades em que se insere.

É importante ressaltar que esses entraves na priorização da abordagem individual ou social vêm acontecendo ao longo da história. Isso porque a história de vida foi uma técnica utilizada primeiramente pela Psicologia, a qual tinha o indivíduo como centro de interesse, mesmo considerando que a personalidade resulta da interação entre o indivíduo com o grupo. Contudo, a história de vida passou a ganhar importância na Sociologia, a partir do momento em que se considerou que os valores e opiniões tinham base coletiva, portanto, não eram produtos essencialmente individuais. Diante desse contexto, a busca passou a ser pela forma com que o homem vive e age na sociedade, ou seja, sua percepção sobre as experiências e vivências (QUEIROZ, 2008b).

Torna-se claro, nessa discussão, a complementaridade e a inseparabilidade dessas disciplinas quando se pretende estudar a integração de um indivíduo em um determinado contexto sociocultural a partir de suas qualidades e características individuais.

Entretanto, para estudar a interação entre o indivíduo e a sociedade, faz-se necessário abordar a dinâmica dessas interações e as transformações que podem ocorrer do interior para o exterior e vice-versa. Queiroz (2008b, p. 82) aprofunda o assunto afirmando que,

na história de vida encarada do ponto de vista sociológico, o problema é ao mesmo tempo exterior e interior, exterior porque é um modo de agir coletivo, que se inscreve nos costumes do grupo, interior porque o indivíduo o absorve, tornando-o parte de sua personalidade.

Mais adiante defende a autora que “o problema sociológico em relação à história de vida tem o mesmo caráter do fato sociológico em relação ao indivíduo: é-lhe ao mesmo tempo exterior e interior, enquanto em relação ao fato psicológico é apenas interior”.

Para o presente estudo, optou-se pelo viés sociológico, ou seja, a dinâmica das interações e as transformações mútuas. Partiu-se do pressuposto que os participantes podem retomar suas vivências e experiências de forma retrospectiva e dependendo do contexto atual em que narra, pode ressignificar algumas fases. Boni e Quaresma (2005, p. 73) afirmam que

Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles se encontram os reflexos da dimensão coletivos a partir da visão individual.

É importante ressaltar que o presente estudo não abrangeu toda história de vida dos jovens, mas vivências sobre algumas fases de suas vidas conforme as suas percepções e as de seus familiares de origem.

As entrevistas foram semiestruturadas com questões norteadoras construídas com objetivo de estimular as narrativas, focando quatro fases diferentes e complementares da vida dos jovens: infância, adolescência e o conflito, juventude (momento da entrevista) e as expectativas para o futuro. Foi priorizada, nas falas dos jovens, a reconstrução de suas trajetórias de vida conforme a percepção deles na época da presente pesquisa. O roteiro norteador da entrevista em profundidade foi pautado em quatro temas:

- 1º Tema – Infância: as primeiras lembranças; o familiar que cuidava dele, brincadeiras, relacionamento familiar com os pais e irmãos, artes, broncas, início da vida escolar, dificuldades e problemas e violências sofridas.
- 2º Tema – A adolescência: os amigos, a primeira festa (balada), primeiro emprego, sonhos, dificuldades e problemas encontrados, convivência familiar, relacionamento e conflitos familiares, vínculos, brigas familiares e na rua, envolvimento com álcool e drogas.
- 3º Tema – O conflito com a lei¹²: para os que cometeram conflito com a lei, período em que esteve em conflito com a lei (a lembrança do período do conflito, amizades, o relacionamento familiar na época). Para entrevistar os irmãos dos jovens que cometeram conflito com a lei: período em que o irmão entrou em conflito com a lei, o relacionamento familiar nessa época do conflito.
- 4º Tema – O futuro: expectativas para o futuro, mudança da trajetória de vida, caso tivesse a oportunidade de voltar ao passado.

Para a entrevista com os familiares, o roteiro foi elaborado com o objetivo de reconstruir a trajetória de vida do jovem de acordo com a visão do familiar. Buscou-se resgatar lembranças deles desde a gestação do jovem (no caso da entrevista ser com a mãe biológica); ou nos primeiros meses de vida (no caso de ser o pai) e, até mesmo, da chegada da criança na família (para os avôs, madrasta, entre outros). O roteiro dos familiares também foi dividido em quatro tópicos.

¹² Para os jovens do grupo sem conflito com a lei e que fazem parte do grupo II, ou seja, os jovens sem conflito com a lei e com características semelhantes aos que tiveram. Esse tópico não foi abordado na entrevista.

- 1º Tema: A chegada do jovem à família (foi esperada), as primeiras lembranças. A infância, convivência familiar, vínculos, brincadeiras, primeiros cuidadores e as dificuldades encontradas.
- 2º Tema: A infância a partir da entrada na escola (os primeiros amigos e suas influências, a relação com a família, o lazer, relação com os irmãos) dificuldades com os professores.
- 3º Tema: A adolescência (o que mais gostava de fazer, com quem se relacionava mais (pai/mãe), a escola, os amigos, os conflitos, os problemas etc). A diferença com os demais irmãos? A época do conflito com a lei (para o grupo dos que tiveram conflito).
- 4º Tema: A relação entre os pais e os filhos. A expectativa para eles quanto a mudança de trajetória de vida do jovem.

As entrevistas foram gravadas desde que permitido pelos entrevistados. É importante ressaltar que após o processo de transcrição das fitas os arquivos foram todos deletados, de acordo com o que foi combinado com os sujeitos da pesquisa no momento da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Além dos questionários e das entrevistas com roteiro semiestruturado, foi utilizado o diário de campo, como forma de observação direta. Essa técnica permitiu decifrar situações e vivências, as quais não são captadas pela gravação em si, mas percebidas pela interação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP. O fato dos dados originais, nomes, endereços e telefone dos jovens estarem sob responsabilidade do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP justificam a busca pela aprovação do estudo nesse Comitê de ética.

O desafio da pesquisa foi o de investigar as disposições e motivações internas que levaram jovens com características semelhantes (idade, sexo, escolaridade, renda familiar e local de residência) a trilhar caminhos diferentes. Para Rosenberg (1968, p. 32) “disposição refere-se não a uma condição ou estado do indivíduo, mas a uma tendência a reagir de certa maneira em determinadas circunstâncias”. Características como idade, sexo, escolaridade são nomeadas como propriedades.

As propriedades seriam indicadores das posições que o indivíduo ocupa nos sistemas de relações sociais nas quais se insere, portanto são indicadores das estruturas sociais nas quais se insere. O sexo, a idade, a religião, o estatuto econômico, o estatuto social (para utilizar as expressões de Bourdieu (1983), são exemplos de propriedades.

Pode-se dizer, então, que propriedades e disposições são características individuais, mas que apontam para as determinações sociais e que determinam, elas mesmas, decisões e ações. Assis (1999), ao trabalhar com um grupo homogêneo do ponto de vista de alguns indicadores socioeconômicos, encontrou um dado interessante: a probabilidade de cometer ato infracional entre os jovens segundo a posição ocupada na família. O primeiro filho tem menos probabilidade de ser o “infrator”. A probabilidade aumentou com os filhos mais novos. Essa variável que é uma propriedade indica a estrutura social familiar. As famílias tendem a minimizar o controle, diminuir as cobranças e responsabilidades dos filhos caçulas. Além disso, segundo Assis (1999, p.191),

um dos motivos para explicar o menor grau de controle familiar sobre os infratores foi o fato de serem estes, os caçulas a maioria nas famílias estudadas (60%) ao passo que os irmãos/primos não infratores eram primogênitos ou filhos intermediários em (82%) das famílias.

Mais adiante, afirma ainda que “além de receber as regalias que se dão ao mais novo, outra razão apresentada para explicar a entrada na vida infracional é que os infratores seriam os preferidos da família” (ASSIS, 1999, p. 192).

Há também disputas que geralmente ocorrem em meio às interações, sendo que os cenários de disputas podem variar conforme o *habitus* de cada indivíduo. Segundo Bourdieu (1983, p. 94)

O *habitus* é um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim.

A noção de *habitus* é inerente à história individual de cada pessoa em forma de disposição permanente, ou seja, algo histórico e inato diferente do hábito, o qual, ao contrário, é algo mecânico e repetitivo e automático. Afirma Bourdieu (1983, p. 105) que,

O *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições da produção ao conhecimento dos produtos.

Sendo assim, as estruturas subjetivas dos jovens em interação com as estruturas sociais produzem as disposições para a prática ou não de alguma ação.

Bourdieu (1983) utiliza, entre outras situações, o gosto que é uma disposição, como exemplo de como se dão as distinções de escolha entre os grupos. Apesar de associar as

práticas às condições sociais objetivas (indicadas pela renda, ingresso no mercado de trabalho e escolarização), Bourdieu não atribui a causalidade às condições socioeconômicas. Afirma o autor que,

Para que haja gostos, é preciso que haja bens classificados, de “bom” ou “mau” gosto, “distintos” ou “vulgares”, classificados e ao mesmo tempo classificantes, hierarquizados e hierarquizantes, e que haja pessoas dotadas de princípios de classificações, de gostos, que lhes permita perceber entre esses bens aquele que lhes convém, aqueles que são do “seu gosto”. Com efeito, pode existir um gosto sem bens (gosto sendo tomado no sentido de princípio de classificação, de princípio de divisão, de capacidade de distinção) e bens de serviço. Mas há também casos em que os bens não encontram “os consumidores” que os considerariam de seu gosto (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Para o autor, os gostos se definem,

nas práticas (atividades de lazer, esporte) e nas propriedades¹³ (móveis, gravatas, chapéus, livros, quadros, cônjuge, entre outros) sendo que pela junção dessas duas dimensões que se manifesta o gosto, compreendido como princípio de escolhas assim realizadas (BOURDIEU, 1983, p. 127).

É possível também que haja gosto sem bens. Se o indivíduo desconhece determinado produto, ele não o deseja, sendo assim, a elevação do nível de instrução induz um maior número de pessoas à corrida pela apropriação do capital cultural.

Para a análise das entrevistas elegeu-se, como metodologia, a análise de conteúdo, por considerá-la adequada para este estudo. Para Bardin (2009, p. 33),

análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, e não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

A referida técnica tem como alicerce três importantes fases: descrição analítica, a inferência e a interpretação. Na descrição analítica, acontece uma análise do material de estudo, sendo de responsabilidade do analista, delimitar as unidades de codificação ou as de registro, as quais podem ser palavra ou frase. Esse é um tipo de análise mais generalizado. É denominado de análise categorial, a qual tem como função, conforme a totalidade de um texto, classificá-lo e recensá-lo de acordo com a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Bardin (2009, p. 39) denomina-o como método das categorias “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem”.

¹³ Propriedade no sentido de posse de algo.

A inferência é o momento pós-descrição analítica, quando o analista irá interpretar teoricamente no conteúdo descrito. Segundo Bardin (2009, p. 40) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às variáveis, que recorre a indicadores quantitativos ou não, que permita a inferência de conhecimentos relativos às variáveis inferidas”.

A autora caracteriza a inferência como um procedimento intermediário. Se a descrição é uma etapa considerada necessária para enumerar as peculiaridades do texto e a interpretação é o significado dado a essas características, a inferência serve de elo entre as duas, permitindo a passagem de uma para a outra. A interpretação requer, do analista, um duplo olhar, uma vez que ele terá de compreender o sentido da comunicação enquanto receptor normal, mas também direcionar o olhar para outros significados, que permitam uma explicação além do senso comum. Segundo Rocha e Deusdará (2005, p. 307), “o objetivo do tipo de análise preconizado pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto”.

Esta pesquisa foi operacionalizada nos moldes da análise temática. Para Bardin (2009, p. 131) “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência da aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Ainda segundo a autora,

O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças e de tendências, entre outros (BARDIN, 2009, p. 131).

Nesse sentido, após a transcrição das entrevistas e por meio de constante leitura, as narrativas foram recortadas de acordo com suas semelhanças e classificadas em grupos. Ao final da análise, todos os temas que remetiam ao mesmo núcleo de sentido foram agrupados formando assim a unidade de significação. A interpretação dos dados foi sendo realizada simultaneamente e, após a conclusão desse processo, pode-se investigar e comparar as peculiaridades das trajetórias de vidas individuais e dos grupos.

Diante do exposto, acredita-se que a referida técnica possibilitará um maior grau de aprofundamento dos fenômenos a serem investigados, produzindo um modelo teórico representativo das questões analisadas.

3.2 O local da pesquisa

O município de Botucatu está localizado a 230 km da capital, na região Centro-Sul do Estado de São Paulo. Situa-se na 4ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, contando com uma área total de 1.482,80 km².



Em 2007, de acordo com o IBGE, o município apresentava um total de 119.857 mil habitantes. Segundo o Censo de 2000, o município possuía uma população de 108.306 habitantes, sendo 48,8% homens e 51,2% mulheres (IBGE, 2010). Do total, 103.993 pessoas viviam na área urbana e 4.313 na área rural, representando uma taxa de urbanização de 96%. Para o ano de 2009, a estimativa foi de, aproximadamente, 130.348 habitantes (IBGE Estimativa 2009).

Do total da população em 2007, 119.857, os adolescentes na faixa dos 10 aos 19 anos representavam 16,3% do total e os jovens dos 20 aos 29 anos 18,3%, somando ao todo 34,6%. Entre os anos de 2003 a 2007, das 11 mortes ocorridas na faixa etária dos 10 aos 14 anos, 4 foram por causas externas; das 31 mortes ocorridas na faixa dos 15 aos 19 anos, 27 foram por causas externas, por fim das 105 que acometeram os jovens na faixa dos 20 aos 24 anos 66 foram de causas externas¹⁴.

¹⁴ Causas externas (CID XX) – O capítulo contém os seguintes agrupamentos: acidentes, lesões autoprovocadas intencionalmente; agressões; fatos cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra e sequelas de causas externas de morbidade e mortalidade

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no município foi de 0,822, pouco superior ao do Estado de São Paulo (0,814), resultado este que lhe garantiu o 56º lugar no ranking dos municípios com melhores Índices de Desenvolvimento Humano. O IDH agrega três dimensões básicas: longevidade, educação e renda (SÃO PAULO, 2010a).

O município faz parte da região administrativa de Sorocaba a qual ocupou o 8º lugar no ranking de riqueza municipal no ano de 2008, demonstrando ser uma região com bons indicadores de riqueza municipal. De acordo com Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS¹⁵) entre os 645 municípios paulistas, Botucatu ocupava o 141º lugar no ranking do indicador de riqueza municipal no ano de 2000 e passou a ocupar o 122º lugar em 2008. Para medir a riqueza municipal são considerados os seguintes indicadores: consumo anual de energia elétrica no comércio, agricultura e nos serviços por ligação; consumo anual de energia elétrica por ligação; rendimento médio de emprego formal e valor adicionado fiscal per capita.

No ranking de longevidade e escolaridade, comparando os anos de 2000 e 2008, observa-se que o município acabou descendo no ranking. Em relação à longevidade desceu do 132º lugar em 2000 para 264º no ano de 2008. Quanto à escolaridade desceu do 142º lugar em 2000 para 365º em 2008.

A longevidade é medida pelos seguintes indicadores: taxa de mortalidade infantil (padronizada); taxa de mortalidade perinatal (padronizada); taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos (padronizada) e taxa de mortalidade de pessoas de 60 anos e mais (padronizada)

A escolaridade é medida por indivíduos: percentual de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental (estimativa); percentual de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo (estimativa); percentual de pessoas de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio - (estimativa) e Taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos (estimativa).

Os dados sobre o município podem ser visualizados nos quadros a seguir. Quanto ao território e população, observa-se que a cidade está com a taxa de crescimento anual maior que a da região de governo e a do Estado. O percentual de população com menos de 15 anos não apresenta diferença significativa com a da região de governo e do Estado. Já o percentual maior de 60 anos está maior que do que a região de governo e do Estado.

¹⁵ O IPRS acompanha o modelo do IDH que leva em conta as condições de longevidade, escolaridade associada à situação de renda da população. O IPRS é composto de quatro indicadores: três sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais de um município em termos de renda, escolaridade e longevidade, permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada Grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los.

Tabela 1 - Informações sobre território e população, município de Botucatu, Região de Governo Sorocaba, Estado de São Paulo, 2011

Território e População	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (em km ²)	1.482,87	6.394,44	248.209,43
População	129.298	282.692	41.674.409
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	87,19	44,21	167,90
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2010 (em % a.a.) *	1,64	1,39	1,09
Grau de Urbanização (em %) *	96,35	89,77	95,88
Índice de Envelhecimento (em %)	61,85	57,30	51,24
População com menos de 15 anos (em %)	21,05	21,85	22,51
População com 60 anos e mais (em %)	13,02	12,52	11,53
Razão de Sexos	94,10	97,69	94,65

Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>.

* Esses dados especificamente são do ano de 2010.

Em relação às estatísticas vitais e de saúde, percebe-se que a taxa de natalidade; a taxa de fecundidade geral, idade entre 15 e 49 anos; taxa de mortalidade infantil; a taxa de mortalidade da população com idade entre 15 e 34 anos; porcentagem de mães adolescentes e nascimento com baixo peso estão abaixo da região de governo e do Estado.

Tabela 2 - Estatísticas vitais e de saúde, município de Botucatu, Região de Governo Sorocaba, Estado de São Paulo, 2009

Dados	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	13,55	13,76	14,69
Taxa de Fecundidade Geral (por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	48,57	50,02	52,12
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	10,61	11,10	12,48
Taxa de Mortalidade na Infância (por mil nascidos vivos)	13,56	12,42	14,46
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária)	88,57	110,26	127,25
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (em %)	7,08	8,86	7,22
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (em %)	9,56	9,57	9,22

Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>.

No tocante à condição de vida, nota-se que houve aumento de posição nas três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade entre os anos de 2004 a 2006. As posições nessas dimensões também são mais altas que a da região de governo nesse período. A dimensão longevidade é maior até do que a do Estado.

Chama atenção ainda o fato de que no ano de 2004 o município compunha o Grupo 1 no IPRS que significa que há um nível elevado de riqueza com bons indicadores

sociais, mas, em 2006 passou a compor o Grupo 2, ou seja, manteve elevados níveis de riqueza, mas decaiu nos indicadores sociais.

Tabela 3 - Informações sobre as condições de vida segundo as dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade para o município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2004 e 2006

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS – Dimensão Riqueza	2004	44	43	52
	2006	46	45	55
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS – Dimensão Longevidade	2004	75	74	70
	2006	76	75	72
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS – Dimensão Escolaridade	2004	55	52	54
	2006	64	62	65
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2004	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais		
	2006	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.		

Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>.

O município também manteve bons níveis de escolaridade, quando comparado à região de governo e ao Estado, nos indicadores: taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%); média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos; no percentual de população de 25 anos e mais com oito anos de estudo e principalmente no percentual da população que concluiu o Ensino Médio com idade entre 18 e 24 anos.

Tabela 4 - Informações sobre escolarização segundo o município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2000

Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	5,61	8,18	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	8,13	7,13	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	51,49	62,57	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	47,79	38,74	41,88

Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>.

Observa-se no quadro que para o ano de 2009 o município sobressaiu percentualmente em relação ao Estado na participação de vínculos empregatícios na

agropecuária; na indústria e no total de serviços como um todo. Somente no comércio, a porcentagem foi um pouco menor e, na construção civil, praticamente a metade. Quando comparados esses indicadores com o da região de governo, percebe-se que a diferença em todos oscilou entre maior e menor, mas, pouca coisa.

Tabela 5 - Informações sobre vínculos empregatícios município de Botucatu, região de governo de Sorocaba, Estado de São Paulo, 2009

Emprego	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Vínculos Empregatícios na Agropecuária no Total de Vínculos (em %)	2009	9,09	12,07	3,08
Participação dos Vínculos Empregatícios na Indústria no Total de Vínculos (em %)	2009	29,01	30,27	22,47
Participação dos Vínculos Empregatícios na Construção Civil no Total de Vínculos (em %)	2009	2,09	1,67	4,69
Participação dos Vínculos Empregatícios no Comércio no Total de Vínculos (em %)	2009	19,04	17,81	19,23
Participação dos Vínculos Empregatícios nos Serviços no Total de Vínculos (em %)	2009	40,76	38,18	50,53

Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>.

Em termos de serviços ofertados para a população jovem, Botucatu conta com ações desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social, a qual tem como missão: garantir direitos e dignidade à população na oferta de ações de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial; efetivar, de forma descentralizada, a Política de Assistência Social, integrando as Secretarias por meio da transversalidade das ações, tendo, na família, o foco e a centralidade. A Política de Assistência Social se organiza em duas dimensões de hierarquia:

1. Proteção Social Básica: Focaliza-se nas ações de prevenção e promoção a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, mas com vínculos familiares e comunitários preservados. Essas ações são realizadas nos denominados CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que se organizam como porta de entrada das famílias e indivíduos no serviço. Tem como objetivo prevenir riscos sociais, fortalecendo os vínculos familiares. Para o atendimento a essa demanda, o município conta com quatro CRAS e um Núcleo.
2. Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade): As ações desenvolvidas nessa dimensão focalizam indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos. Tem como objetivo reconstruir os vínculos fragilizados ou rompidos, bem como reintegrar os indivíduos e famílias à sociedade. Para essa demanda,

existe um serviço denominado CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), que é um centro de referência para o município, inclusive para o segmento dos atendimentos iniciados nos CRAS. No âmbito do CREAS, estão, também, a CAMIM (Central de Atendimento ao Migrante Itinerante e Mendicante), destinada à população de rua, e à Casa Transitória.

No CREAS, são desenvolvidas as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade com adolescentes infratores. A medida socioeducativa de Liberdade Assistida até outubro de 2010 era desenvolvida por uma ONG, e o município supervisionava as ações. A partir dessa data, a medida foi municipalizada e passou a ser realizada por uma equipe de funcionários públicos lotados na Secretaria de Assistência Social. A medida de Prestação de Serviços à Comunidade já era municipalizada. Há, também, uma parceria entre o CREAS e a Fundação Casa localizada no município, sendo atendidos, pelo CREAS, os familiares dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e estão com previsão de saída.

Quanto à rede de atenção à saúde, Botucatu conta com quatro hospitais, sendo um particular, sem convênio com o SUS (Santa Casa de Misericórdia), e três hospitais com convênio com o SUS: Associação Beneficente dos Hospitais Sorocabana – Hospital Regional de Botucatu; Hospital das Clínicas da UNESP; Hospital Psiquiátrico (CAIS Professor Cantídio de Moura Campos).

O município conta, também, com seis Unidades Básicas de Saúde e com dez Unidades de Saúde da Família. Possui, ainda, o Centro de Saúde Escola, da Faculdade de Medicina, com duas unidades: da Vila dos Lavradores e da Vila Ferroviária (BOTUCATU, 2009).

Os bairros onde viviam os jovens entrevistados

Os jovens, em sua maioria, residem em bairros periféricos, reconhecidos por conta do alto uso e consumo de drogas e pela grande influência do narcotráfico. A vulnerabilidade à qual a comunidade destes bairros está exposta impulsionou a construção de equipamentos sociais, tais como: projetos socioeducativos, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidades de Saúde da Família (USF), entre outros.

Um dos bairros foi construído pela Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB), sendo que neste residiam quatro dos jovens entrevistados. O bairro localiza-se não tão distante do centro e com boa infraestrutura tais como: mercearias, bares, pequenas lojas,

posto de saúde, posto policial, escolas, creches, CRAS e uma unidade do SENAI. É um bairro conhecido pelo grande número de jovens envolvidos com drogas. É importante ressaltar que é o bairro onde reside boa parte da amostra.

Os demais jovens residiam em bairros com histórico de migração, sendo que a busca por melhores condições de vida impulsiona as famílias migrantes a comprar imóveis nesses bairros justamente por esses terem o preço acessível à demanda, inclusive foram encontradas quatro famílias que compuseram a amostra desta pesquisa e estavam nesta condição.

Todos os jovens, sem exceção, estudaram em escolas públicas municipais e/ou estaduais próximas de sua residência; em geral, todas apresentam histórico de alunos agressivos, brigas e uso de drogas. Apesar da escola ser caracterizada desta maneira por alguns dos jovens, percebeu-se em suas narrativas que a própria percepção do ambiente não foi igual para todos. Portanto, o mesmo ambiente despertou percepções e motivações diferentes de formas diferentes.

Em um dos bairros, a violência é tanta que, quando há brigas do narcotráfico e morte de algum integrante, eles costumam colocar uma faixa de cor preta na caixa d'água do bairro, como símbolo de luto na comunidade.

Chama atenção que os dois únicos jovens que residiam em bairros de classe média próximos à rede de supermercado e de *fast food* como *Mac Donald's*, *Habib's* e não tinham conflito com a lei na primeira pesquisa, passaram a tê-lo na segunda pesquisa.

Todos os jovens que participaram da pesquisa estudaram em escolas públicas do município localizadas próximas ao bairro em que residiam. Essas escolas são geralmente conhecidas pela agressividade dos alunos, brigas no horário de saída, bem como, pelo alto índice de uso de drogas por parte deles. Entretanto, é importante ressaltar que essas características não diferiram das demais escolas públicas do município.

A moradia dos jovens entrevistados

As características da moradia dos jovens foram heterôneas, mas em boas condições, com exceção de um jovem o qual residia com a família em um salão, sendo esse dividido com os próprios móveis. Na parte da frente, a família utilizava para um comércio, um brechó. Essa era a principal fonte de renda da família. Nos fundos, o salão servia de moradia. A mãe do jovem que residia nesse salão afirmou que os filhos geralmente sentem vergonha do local onde moram e que a situação constantemente gerava conflitos familiares,

inclusive o jovem quando marcou a entrevista pediu para que essa acontecesse na casa de uma tia, mas por causa de um imprevisto acabou acontecendo em sua própria casa, ou seja, no salão.

Um dos jovens morava com a esposa e os filhos nos fundos da casa da sogra, já um outro havia se casado e adquiriu um apartamento no qual convivia com a esposa.

Em geral, as casas eram próprias ou financiadas, sendo que algumas chamavam atenção pelo alto padrão de infraestrutura, como, por exemplo, um sobrado com doze cômodos e uma edícula construída nos fundos.

A maioria das casas apresentava razoáveis condições estruturais, todas de alvenaria, compostas com uma média de sete cômodos, luz elétrica, água encanada e esgoto. Chamou atenção que todas as famílias, sem exceção, tinham pelo menos um automóvel.

Entre os jovens que passaram a ter conflito na segunda pesquisa, um residia em uma avenida comercial, sendo que na frente funcionava uma loja de roupas feminina e a residência foi construída nos fundos e o outro residia com a família em uma chácara construída na cidade em um bairro de classe média; parte do terreno era utilizada para plantação de hortaliças orgânicas que serviam de fonte de renda para a família.

3.3 O percurso da pesquisa

O reencontro com os sujeitos da pesquisa

Após definição e elaboração dos instrumentos de coleta de dados, aprovação pelo Comitê de Ética, iniciou-se a pesquisa de campo que foi realizada de agosto a novembro de 2009. Primeiramente, entrevistamos os jovens que relataram, em entrevista anterior, terem tido conflito com a lei e o familiar¹⁶ com o qual referiram ter maior vínculo, o pai ou a mãe. Dos 20 jovens que relataram terem tido conflito com a lei, foi reconstruída a trajetória de vida de oito, seis a partir de entrevistas realizadas com eles próprios e dois a partir de entrevistas realizadas com seus familiares, dado que um estava preso na época desta pesquisa e outro havia sido assassinado. Dos que não tiveram as trajetórias de vida reconstituídas, sete não foram encontrados e cinco se recusaram a conceder a entrevista.

No caso particular do jovem que cumpria pena, foi iniciado um contato telefônico com sua mãe a qual relatou que a prisão do filho foi motivada pelo tráfico de drogas. Mesmo após apresentação e explicação do motivo do contato e identificação da

¹⁶ Não foi possível entrevistar a mãe de um jovem que compunha o grupo dos que possuem conflito com a lei. Foram realizadas várias tentativas, mas, por conta de problemas de saúde do esposo, a mesma se recusou.

entrevistadora em uma conversa de aproximadamente 40 minutos, ela ainda apresentava resistência e desconfiança em conceder a entrevista. Diante de tanta insistência, foram agendados dia e horário para a entrevista, que deveria acontecer em uma sexta-feira à noite. No dia da entrevista, foi constatado que o endereço estava incorreto. Após pedir várias informações sobre a pessoa, a pesquisadora se deslocou para outro bairro, sendo que no percurso foi seguida por dois motociclistas. No novo endereço, funcionava um serviço de Moto Táxi. Devido às circunstâncias e por questão de segurança da entrevistadora, optou-se por não realizar essa entrevista naquele dia. Um novo contato foi realizado com a mãe após três meses. Nessa ocasião, ela se encontrava de férias e a entrevista ocorreu normalmente.

A localização da família do jovem assassinado foi realizada por meio de uma agente comunitária de saúde que trabalhava no posto de saúde em que a entrevistadora também atuava enquanto Assistente Social da Equipe de Saúde Mental, na ocasião do contato. Em conversa com a agente para explicar os objetivos da pesquisa e a importância de encontrar o jovem, soube-se de sua trágica morte. Diante da situação, optou-se por entrevistar a mãe. A agente conseguiu o número do celular da mãe do jovem, por meio do qual foram agendadas as entrevistas com a mãe e com o irmão mais novo do jovem.

É importante ressaltar que o endereço e telefone dos jovens foram encontrados por meio do Sistema Municipal de Saúde (SIMIS), programa criado pela Secretaria de Saúde que contém dados de toda a população que utiliza os postos de saúde do município. Em Botucatu, a maioria dos postos funciona com sob a ótica da Estratégia de Saúde da Família. Para isto, é necessário que cada posto tenha cadastrado todas as famílias e seus membros sob a responsabilidade de sua área de abrangência, o que justifica a probabilidade de se reencontrarem os jovens por meio do programa, pois os dados precisam ser atualizados cada vez que a família ou algum membro muda de bairro (BOTUCATU, 2009).

O primeiro contato com os jovens foi realizado por telefone residencial ou celular, com os que tinham telefone, e visita domiciliar com os que não o tinham. A abordagem aos jovens teve início com uma apresentação da entrevistadora, a qual resgatava a primeira entrevista realizada no ano de 2002, e apresentava os objetivos e expectativas da atual pesquisa. Em geral, os jovens e suas famílias não se lembraram da primeira pesquisa. Houve apenas um caso em que a mãe de uma jovem tinha guardado o termo de consentimento da primeira entrevista.

Após o término das entrevistas com os jovens e familiares do grupo em conflito com a lei, foram entrevistados os do grupo sem conflito com a lei, para os quais foram seguidos os mesmos procedimentos: contato telefônico ou visita domiciliar, assim por diante. Esses

foram selecionados de acordo com a presença de características semelhantes às do grupo em conflito com a lei, apresentadas na primeira pesquisa, tais como: faixa etária, composição familiar, lugar de moradia e renda, em alguns casos, irmãos dos jovens em conflito com a lei.

É importante frisar que todos os nomes são fictícios, visando assim preservar o anonimato dos jovens e de seus familiares.

Os jovens que declararam ter tido conflito com a lei na primeira pesquisa, serão identificados também como “grupo de jovens em conflito com a lei e ou jovens em conflito com a lei”, assim como os jovens que não relataram o conflito na primeira pesquisa serão identificados como “grupo de jovens sem conflito e ou jovem sem conflito com a lei”.

Apresentação e percepção sobre os jovens

A entrevista possibilitou à pesquisadora observar algumas características dos jovens, as quais não foram expressas verbalmente, mas sim percebidas conforme a interação e o entrosamento no momento da conversa.

Para contextualizar como se chegou aos jovens, bem como o momento da apresentação entre estes e a pesquisadora e até mesmo a impressão desta ao encontrar os jovens, segue relato individualizado de tais processos e situações.

Após a realização das entrevistas, observou-se que, tanto os jovens pertencentes ao grupo 1 (em conflito com a lei), quanto os do grupo 2 (sem conflito com a lei), considerando o critério do conflito com a lei, passaram por experiências importantes que possibilitaram o desdobramento em quatro grupos investigação:

- 1) Jovens que relataram conflito com a lei na primeira pesquisa e continuaram em conflito;
- 2) Jovens que relataram conflito na primeira pesquisa e deixaram de tê-lo;
- 3) Jovens que não relataram conflito na primeira pesquisa e permaneceram sem conflito;
- 4) Jovens que não relatam conflito na primeira pesquisa e passaram a tê-lo;

Os jovens que apresentaram conflito na primeira e na segunda pesquisa serão chamados de: Diana, Roberto, Cesar e Denilson, os que relataram o conflito e deixaram de tê-lo serão: Anderson, Elieser, Alana e Ricardo e. Já, os que não relataram conflito e permaneceram sem tê-lo serão denominados: Eliana, Adilson, Tales e Diany e os que não relataram conflito e passaram a tê-lo: Maurício, Vinicius e Celso.

Quadro 1 - Distribuição dos jovens de acordo com a composição dos grupos, Botucatu, 2009

Jovens com conflito com a lei	Jovens sem conflito com a lei	Irmãos de jovens em conflito com a lei
Diana	Diany	-
Anderson	Maurício	-
Roberto	Celso	-
Alana	Tales	-
Ricardo	Vinícius	-
Elieser	-	Eliana
Denílson	-	Adilson
Caio	-	-

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

Diana apresenta estatura mediana, cor de pele branca, cabelos pretos e longos. Com características marcantes, apresentou-se comunicativa e expressiva, com tom de voz alto. Foi clara e direta no decorrer da entrevista, demonstrando personalidade forte e impulsiva quando relatou alguns acontecimentos de sua vida. Recordou, com saudosismo, as brincadeiras de infância com os moleques da rua.

Roberto, um jovem de cor de pele branca, alto, cabelos compridos, tinha porte físico normal e várias tatuagens espalhadas pelo corpo. No dia da entrevista, vestia camiseta, bermuda com comprimento abaixo do joelho, a qual permitia observar suas pernas encobertas por tatuagens, usava tênis e um boné. O cabelo estava preso, estilo rabo de cavalo. Portava, nas mãos, um maço de cigarros. No início, estava tímido, dava respostas curtas e diretas. Depois, se soltou e começou a se expressar por meio de gírias. Ao final da pesquisa, já estava mais solto. Falou abertamente sobre sua vida, sonhos, perspectivas e anseios. Disse, inclusive, que pretende realizar uma grande obra em sua vida. Quando questionado sobre o que seria, deu respostas evasivas.

A prisão de Cesar e a morte de Denílson impossibilitaram a entrevista direta com eles. Nesse caso, a trajetória de vida de César foi reconstruída na entrevista com a mãe, e a de Denílson, pelas entrevistas da mãe e do irmão, o qual participou do grupo de jovens sem conflito com a lei.

Anderson é um rapaz alto, magro, pele branca, olhos azuis, cabelos pretos e lisos. Trajava calça jeans, tênis e camiseta. Recebeu a pesquisadora com aparência séria e responsável. O encontro foi realizado no Bar e Lanchonete de seus pais, local conhecido por toda a vizinhança que fica em frente à sua residência. No dia combinado, estavam, no local, seu pai e sua mãe, a qual se prontificou a chamá-lo na casa de um amigo, a um quarteirão dali. O rapaz chegou rapidamente, pediu desculpas pela ausência e justificou que a conversa teria de acontecer no estabelecimento, tendo em vista que sua casa estava em reforma.

Elieser é um jovem franzino, cor de pele branca e cabelos castanhos escuros. Não se encontrava em casa no dia da entrevista, mesmo tendo essa sido agendada com uma semana de antecedência e confirmada no dia anterior. O tempo de espera até ele chegar foi de, aproximadamente, 1 hora e 30 minutos. Pode-se dizer que não houve uma interação na conversa com este jovem. Sua timidez não permitia um diálogo, suas respostas eram sempre evasivas, e dava impressão de que não estava com muita vontade de falar de sua vida. Permaneceu o tempo todo olhando para o chão, com aparência abatida e cansada, demonstrando apatia pelos assuntos debatidos. Mesmo com o questionário da pesquisa anterior em mãos, negou ter tido conflito com a lei algum dia. Quando o assunto sobre sua filha tomou conta da pauta, ele demonstrou mais interesse em dialogar. Sua mãe chegou quando estávamos na metade da entrevista. Em um determinado momento, deixou “escapar” que o jovem havia passado há pouco tempo por problema de saúde mental, inclusive havia tentado suicídio e na ocasião da pesquisa estava afastado do trabalho por causa disso.

Alana é uma moça com estatura mediana, magra, pele branca, cabelos loiros com comprimento médio. Comunicativa e simpática, fala com orgulho de sua trajetória de vida profissional e expressa muito carinho ao falar sobre seus familiares (mãe, pai e irmã). Como no momento da entrevista estava residindo em São Paulo, a conversa foi agendada em um final de semana prolongado, quando ela veio visitar a família em Botucatu. A recepção foi muito boa no dia da entrevista, inclusive, com bolo e café. Pôde-se observar a disposição tanto da jovem, quanto da família em contribuir para a pesquisa.

Ricardo é um rapaz de estatura baixa, cor de pele parda, cabelos castanhos, com porte físico avantajado. Apesar de ter facilidade para se expressar, acabou se inibindo ao contar sua história de vida na presença da esposa e da sogra. Quando questionado sobre o conflito com a lei, registrado na pesquisa anterior, ele se esquivava e diz não se lembrar. Contudo, sua mãe relata, em entrevista, que, por conta de ele ter participado de um churrasco com amigos, cuja carne era proveniente do roubo de um boi, ele foi intimado para depoimento. Depois disso, passou a ser acompanhado pelo Conselho Tutelar. De toda forma, ela também nega que o jovem tenha participado do roubo.

Eliana, nascida em Botucatu, é uma jovem magra, cor de pele branca, cabelos pretos e lisos e de estatura baixa, com traços meigos e delicados. Apresentou-se quieta, tímida, com voz baixa. Expressa-se com facilidade e demonstra ter autocrítica. É irmã de Elieser, a qual foi selecionada para compor o grupo de irmãos de jovens que tiveram conflito com a lei. A família deles era de Minas Gerais e veio morar em Botucatu em busca de melhores condições de vida. Elieser nasceu em Minas Gerais e se mudou quando ainda tinha três anos de idade.

Adilson é um rapaz de cor preta, alto e magro, extremamente educado e expressivo. Vivia com sua esposa de 17 anos e o filho de 06 meses na mesma casa dos pais e irmãos. Relatou com orgulho sua trajetória profissional até ser empregado em uma renomada indústria de aeronaves do município. Enquanto conversávamos, seu filho dormia em um carrinho no meio da sala e sua esposa arrumava a cozinha. Quando não se lembrava de algo, fazia questão de confirmar com ela, dando um jeito de incluí-la na conversa. Quando ela acabou de arrumar a cozinha, ainda estávamos conversando. Ela se dirigiu a um dos quartos, não fez questão de participar nem de ouvir a conversa. Essa entrevista era para ser realizada com o irmão mais velho do jovem, mas não foi possível pelo fato de ele ter sido assassinado um ano após ter participado da primeira pesquisa. Na verdade, o jovem teve os dois irmãos mais velhos assassinados. A família acredita que o primeiro foi assassinado por engano devido ao fato de ser parecido com o irmão, o qual tinha envolvimento com drogas e com muitas passagens pela polícia. Desse modo, a entrevista foi realizada com o jovem que ocupava o lugar dos irmãos assassinados em termos de idade. A motivação por melhores condições de vida impulsionou a mudança da família que veio da Bahia quando os jovens ainda eram crianças; no caso de Adilson, os seus irmãos (assassinados) estavam com idade entre dez e treze anos na época da mudança.

Tales é um jovem de estatura mediana, de cor branca, com cabelos pretos, olhos azuis e porte físico atlético. Tem facilidade em se expressar e demonstrou interesse em participar da pesquisa. Ao final da conversa, quis saber como foram as outras entrevistas realizadas. Está casado há três anos e não possui filhos. O casal reside em um apartamento de um condomínio residencial do município.

Diany é uma jovem de cor parda, de estatura mediana e porte físico avantajado. Apresentou-se desinibida e espontânea. Ela engravidou aos 17 anos, de um relacionamento de 06 meses na época. A filha foi reconhecida e registrada em nome do pai, mas não possui vínculo nenhum. Como cursava graduação em Serviço Social, aproveitou a oportunidade para tirar algumas dúvidas, com a pesquisadora, sobre as atribuições do profissional dessa área.

Maurício é um rapaz de estatura mediana, porte físico avantajado, branco, com olhos azuis e cabelos castanho-claros. O gosto por sítios, fazendas e grandes plantações expressa-se no modo com que se veste. Foi o único jovem que indicou o pai como familiar com quem tem mais vínculo. Ao longo da conversa, quando vinham à tona alguns assuntos relacionados com a mãe, tratava-os com indiferença e procurava mudar de assunto.

A entrevista com Vinícius não foi possível, pois o mesmo estava cumprindo pena em um presídio na cidade de Sorocaba, na ocasião da pesquisa. Toda a abordagem foi

realizada com a madrasta com quem conviveu dos 05 aos 15 anos de idade. É importante frisar que esse jovem faz parte da amostra dos que, na primeira pesquisa, não tiveram conflito com a lei.

Celso é um jovem de cor parda, baixa estatura e porte físico normal. Tem facilidade em se expressar. Ficou à vontade para revelar sua vida sem censura na entrevista. Disse que até os 16 anos era uma pessoa, quieta, caseira, tímida, e que, após conhecer alguns amigos, se transformou, começou a tocar em uma banda, sair mais de casa, ingerir bebida alcoólica e experimentou drogas. Ao falar sobre esses assuntos, faz uma autoavaliação e concluiu que precisa mudar seu comportamento, pois sente medo do futuro caso continue nesse caminho. Ele também compõe uma família de migrante que veio morar em Botucatu em busca de melhores condições de vida, sendo de origem baiana.

É importante ressaltar que não foi encontrada associação entre relevância entre a migração das famílias e o conflito com a lei, mesmo porque os jovens pertencentes às famílias migrantes estavam com pouca idade ao migrarem, sendo que em duas dessas famílias foram entrevistados jovens que tiveram conflito com a lei e irmãos que não o tiveram. Os jovens das outras duas famílias também tiveram trajetórias opostas, ou seja, um tinha conflito com a lei e o outro não. É necessário destacar que a variável migração não foi intencional no presente estudo, mas foi um dado encontrado nas entrevistas.

Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Apesar de a pesquisa ter sido qualitativa, utilizaram-se alguns dados quantitativos para uma melhor compreensão do perfil dos jovens estudados.

A idade média dos 15 jovens investigados foi de 23 anos e 8 meses, sendo que 11 deles eram do sexo masculino e 4 do feminino e um tinha falecido. Quanto ao grau de escolaridade: 08 concluíram o Ensino Médio, 3 deles não concluíram o Ensino Médio, 2 cursavam o nível superior, um já havia concluído o Ensino Superior e um havia concluído o curso técnico em eletrônica.

A maioria deles estava trabalhando na ocasião da pesquisa: seis em indústrias do município, um em escritório de Advocacia, como recepcionista, e um deles estavam afastado (auxílio-doença), um trabalhava no comércio e um era vendedor de hortaliças. Apenas dois estavam em situação de desemprego. Dois estavam presos na ocasião da pesquisa e um havia sido assassinado.

Com relação à situação conjugal, sete estavam solteiros: três residiam com os pais, um estava residindo atualmente na capital paulista com os tios maternos. Entre os casados, cinco, um residia com a mulher na mesma casa que a mãe e o padrasto, um residia com a mulher e filhos, um deles residia com a esposa em seu próprio apartamento, o outro residia na mesma casa dos pais, com a mulher e o filho. Os dois que estavam na condição de separados voltaram a conviver com os pais e irmãos, a jovem trouxe os dois filhos com ela.

Quadro 2 - Caracterização atual com grupo dos jovens investigados, Botucatu, 2009

Jovens continuaram com conflito	Idade	Sexo	Escolaridade	Situação profissional	Situação conjugal	Com quem reside
Diana	24	F	Médio Completo	Indústria (roupas)	Separada	pais, irmãos e filhos
Roberto	24	M	Médio Completo	Desempregado	Casado	mãe e padrasto
Caio	27	M	Médio Completo	<u>Preso</u>	<u>Casado</u>	<u>Preso</u>
Denilson	26	M	Médio Incompleto	<u>Assassinado</u>	<u>Assassinado</u>	<u>Falecido</u>
Jovens que deixaram de ter conflito	Idade	Sexo	Escolaridade	Situação profissional	Situação conjugal	Com quem reside
Anderson	26	M	Superior (cursando)	Indústria (aeronaves)	Solteiro	Pais
Elieser	26	M	Médio Incompleto	Afastado (Auxílio-Doença)	Separado	pais e irmãos
Alana	26	F	Superior Completo	Recepcionista	Solteira	Pais e irmã
Ricardo	25	M	Médio Completo	Indústria (ônibus)	Casado	mulher e filhos
Jovens sem conflito com a lei na primeira e na segunda pesquisa	Idade	Sexo	Escolaridade	Situação profissional	Situação conjugal	Com quem reside
Eliana	19	F	Médio Completo	Comércio	Solteira	Pais e irmãos
Adilson	22	M	Médio Completo	Indústria (aeronaves)	Casado	Pais/irmãos/mulher e filhos
Tales	23	M	Cursando Técnico em Eletrônica	Indústria (painéis de madeira)	Casado	Esposa
Diany	24	F	Superior (cursando)	Indústria (roupas)	Solteira	Pais e irmãos
Jovens que passaram a ter conflito na segunda pesquisa	Idade	Sexo	Escolaridade	Situação profissional	Situação conjugal	Com quem reside
Maurício	23	M	Médio Completo	Vendedor de Hortaliças	Solteiro	Pais e irmãos
Vinicius	21	M	Médio Completo	<u>Preso</u>	<u>Solteiro</u>	<u>Preso</u>
Celso	19	M	Cursando Médio	Desempregado	Solteiro	Pais e irmãos

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

No momento da entrevista foi solicitado aos jovens que indicassem um familiar como qual tivessem vínculo e que tivesse participado de sua socialização, para que este fosse entrevistado como familiar de referência da família de origem.

A média de idade dos familiares dos jovens foi de 45 anos e 10 meses. A escolarização desse grupo variou entre o Fundamental (4ª e 8ª séries) para nove deles, Ensino Médio completo, três, Ensino Médio Incompleto um e superior completo um.

Em relação à situação de trabalho: duas eram funcionárias públicas (uma delas estava aposentada) três eram comerciantes, duas empregadas domésticas, uma dona de casa, uma era catadora de lixo e uma estava desempregada, uma trabalhava como cuidadora de idoso e o único pai entrevistado trabalhava como produtor rural.

Quadro 3 - Caracterização atual dos familiares* dos Jovens investigados, Botucatu, 2009

Jovem	Familiar	Idade	Escolaridade	Situação de trabalho
Diana	Mãe (Mara)	51	Médio	Desempregada
Roberto	Mãe (Vanderléia)	56	Superior - Enfermagem	Funcionária Pública Aposentada
Caio	Mãe (Cleuza)	46	3º Fundamental Inc.	Empregada Doméstica
Denilson	Mãe (Rosana)	42	4º Fundamental	Catadora de lixo
Anderson	Mãe (Iolanda)	54	8º Fundamental	Comerciante (Bar/lanchonete)
Elieser	Mãe (Laura)	54	4º Fundamental	Empregada Doméstica
Alana	Mãe (Solange)	52	Médio	Do lar
Ricardo	Mãe (Lúcia)	48	Médio	Funcionária Pública
Eliana	Mãe (Laura)	54	4º Fundamental	Empregada Doméstica
Adilson	Mãe (Rosana)	42	4º Fundamental	Catadora de lixo
Diany	Mãe (Rosalina)	53	4º Fundamental	Cuidadora Idoso
Maurício	Pai (Arlindo)	55	4º Fundamental	Produtor Rural
Vinicius	Madrasta (Leonarda)	44	Médio Incompleto	Comerciante – Loja de roupas
Celso	Mãe (Josiane)	37	8º Fundamental	Comerciante – Brechó

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

* A mãe de um jovem se recusou a dar entrevista, mesmo após muita insistência.

** Os parentes em negrito são familiares de irmãos que compuseram a amostra

Para melhor contextualizar a trajetória dos jovens com/ e sem conflitos com a lei, o seguinte quadro demonstra a situação deles, em relação ao conflito, na primeira pesquisa e na atual.

Quadro 4 - Reincidência de conflito com a lei, entre os dois momentos de pesquisa dos jovens que relataram o conflito na primeira pesquisa, Botucatu, 2009

Jovens	Reincidência	
	Sim	Não
Anderson		X
Elieser		X
Diana	X	
Roberto	X	
Alana		X
Ricardo		X
*Caio	X	
**Denilson	X	
Total	4	4

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

* Esse jovem encontrava-se detido na ocasião da segunda pesquisa.

**Esse jovem foi assassinado, por traficantes, quatro meses após a primeira pesquisa.

Quadro 5 - Incidência de conflito com a lei, entre os dois momentos de pesquisa dos jovens que não relataram o

Jovens	Incidência	
	Sim	Não
Eliana		X
Adilson		X
Maurício	X	
Tales		X
Diany		X
*Vinícius	X	
**Celso	X	
Total	3	4

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

* O jovem que, na primeira pesquisa, não tinha conflito com a lei, estava detido na segunda pesquisa, por conta do uso e tráfico de drogas.

** Esse jovem estava em situação de vulnerabilidade na segunda pesquisa, apesar de não ter nenhum conflito com a lei, formalizado; descreveu situações em que esteve envolvido com drogas, bebidas e acidente de trânsito, devido ao uso abusivo dessas drogas.

Quadro 6 - Síntese do conflito com a lei nos dois momentos das pesquisas, primeira e segunda, Botucatu, 2009

1ª Pesquisa	Após a primeira pesquisa		Total
	Sim	Não	
Sim	4	4	8
Não	3	4	7
Total	7	8	15

Fonte: Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente, Botucatu SP.

Observa-se que, dos oito jovens em conflito com a lei na primeira pesquisa, quatro continuaram com o mesmo problema e quatro, não. Já, dos sete que não tinham conflito na primeira pesquisa, quatro continuam na mesma situação, dois passaram a ter, e um está na área de risco. Os dados demonstraram a situação limite em que esses jovens estão, como referido por Assis (1999, p.202),

Percebemos claramente, pelo menos em um caso, que um irmão, embora nunca tivesse cometido ato infracional, vivia em uma condição limite, deixando entreaberto para os pesquisadores se, num futuro próximo, não acabaria por praticar algum ato infracional, dada sua fragilidade interior e pressões externas.

Mais adiante a autora afirma que,

As condições em que vivem os irmãos/primos mostram-se muito delicadas. Sua adaptação social se faz no mesmo meio e sob as mesmas condições do que a do infrator, vivenciam tentações a todo momento, recusam convites de ascensão rápida e têm sonhos que lhes mostram claramente que o “possível social” que lhes cabe é restrito (ASSIS, 1999, p. 202).

A continuidade no conflito com a lei de dois jovens resultou em assassinato para um deles e prisão para o outro, que, na ocasião desta pesquisa, estava privado de liberdade.

No grupo sem conflito com a lei, destaca-se o caso de dois jovens que, após a primeira pesquisa, passaram a ter conflito com a lei - um deles estava preso na época da atual pesquisa.

Na amostra, duas famílias estão sendo comparadas internamente, ou seja, foram entrevistados: irmão que teve conflito com a lei, na primeira pesquisa, e irmão que não teve. Nas onze demais, para cada jovem em conflito com a lei, entrevistou-se um que pertencia a famílias com características semelhantes.

As transcrições e análise do material permitiram identificar alguns fatores em comum e incomum entre os jovens e suas famílias.

Para melhor visualização de como foram as trajetórias de vida dos jovens, os grupos foram subdivididos e codificados da seguinte maneira, ou seja, a análise das narrativas serão distinguidas por esses códigos:

- Grupo 1.1 – Jovens que relataram conflito na primeira pesquisa e continuaram em conflito. (Total 4 jovens)
- Grupo 1.0 – Jovens que relataram conflito na primeira pesquisa e não continuaram em conflito. (Total 4 jovens)
- Grupo 0.0 – Jovens que não relataram conflito na primeira pesquisa e permaneceram sem conflito. (Total 4 jovens)
- Grupo 0.1 – Jovens que não relataram conflito na primeira pesquisa e passaram a ter conflito. (Total 3 jovens)

O código 1 é afirmativo em relação ao relato de conflito: o código 0 nega o conflito. Portanto, o código 1 significa o conflito com a lei na primeira pesquisa, e o código 0

expressa o não conflito na primeira pesquisa e a extensão dos códigos (1.0. e 0.1) denotam a transição na segunda pesquisa, ou seja, ter conflito/deixar de ter conflito e não ter conflito/passar a ter. As marcas (1.1 ou 0.0) significam que o relato é de jovens que tiveram conflito com a lei e continuaram em conflito e jovens que não tiveram conflito com a lei e continuaram sem conflito.

As informações foram classificadas segundo os temas que resultaram da análise das entrevistas. Lembrando: Infância: as primeiras lembranças, os primeiros cuidadores, os vínculos familiares. Adolescência: Inquietações e conflitos, as amizades, o conflito com a lei. Ficando adultos: namoro, casamento e filhos, a religião, ressignificando o o passado e planejando o futuro.

4 REVENDO A PRÓPRIA VIDA: AS NARRATIVAS DOS JOVENS

4.1 A infância

As primeiras lembranças

Em comum, nos relatos dos grupos, aparecem as lembranças e as brincadeiras envolvendo familiares, como os pais, avós e primos. As brincadeiras mais apontadas pelos jovens se referem àquelas realizadas na rua e em interação com os familiares e outras crianças. É interessante observar que os tipos de brincadeiras das jovens fogem às “idealizadas” para a socialização de meninos e meninas, conforme observado no relato de Alana e da Diana. Chama atenção a narrativa de Diana, que recorda as brincadeiras com os amigos.

Diana: Eu jogava bola na rua, brincava de esconde-esconde até altas horas então eu sempre quis estar no meio dos moleques. Eu não tive amiga da minha idade, era só moleque. Eu cresci no meio dos moleques, com dez anos andava sem camisa pela rua jogando futebol. (Grupo 1.1)

Ao contrário da jovem que teve as melhores recordações ligadas aos amigos, Roberto demonstra, em sua fala, que suas melhores recordações estão ligadas ao pai.

Roberto: Depois dos 6 anos para cá é uma lembrança bem fixa mesmo. [...] Nossa, jogava xadrez, dama, ele brincava bastante (referindo-se ao pai). (Grupo 1.1)

O forte vínculo existente entre eles também é relatado por sua mãe. Apesar de reconhecer o vínculo entre o pai e o filho, Dona Vanderleia (mãe de Roberto) disse que o esposo era muito agressivo e que sofreu muitas agressões verbais do marido, inclusive na presença dos filhos. Mais adiante, afirma enfaticamente que se arrepende do casamento, acontecimento que mudou sua história de vida.

Na atual pesquisa, observamos que tanto o grupo que relatou conflito na primeira pesquisa e continuou em conflito, quanto o que não relatou o conflito e passou a tê-lo na época desta pesquisa, narraram experiências positivas na infância.

Cleuza (mãe de Caio): Bola! Adorava jogar bola, muito. (Grupo 1.1).

Maurício: bagunçando na rua e na horta. Quando tinha horta, se enfiar na lama, brincar com os animais. Brincava todo dia na rua, a outra casa era perto de um pasto, nosso vizinho tinha cavalo, eu brincava o dia inteiro. (Grupo 0.1)

Celso: Ah! Eu lembro quando eu era meio quieto, eu não gostava muito de ficar na rua, eu ficava bastante em casa. Eu gostava bastante de videogame, gostava mais de videogame e bonequinho. (Grupo 0.1)

Somente diferenciou a narrativa da mãe de Roberto (Grupo 1.1) que manifestou versão diferente da do filho, pois considerou que o comportamento do marido para com ela influenciou nos vínculos dele com o filho. É importante, porém, deixar claro, que essa é a percepção dela e não a do jovem.

Vanderleia (mãe de Roberto): Ele era muito apegado com o pai, desde quando ele nasceu. O pai, nossa! Trazia ele lá no auge, o outro não. Dava para perceber, não só eu como mãe, como todos percebiam. O tratamento era diferente do pai, incomoda até hoje porque o pai não faleceu sem aceitar o problema do primeiro filho [...] Quando eu chegava do serviço, ele dizia “Já deu bastante?” Aquilo machucava muito. Você ficou em qual consultório com os médicos? Falava isso perto das crianças, não estava nem aí. Tem tanta coisa que eu mudaria. Não teria casado com esse que foi meu marido. (Grupo 1.1)

Para o grupo que deixou ter o conflito (Grupo 1.0) e para o que permaneceu sem conflito (Grupo 0.0), essa fase também foi lembrada positivamente, sempre envolvendo brincadeiras com os amigos, com os pais e situações de interação e afetividade.

Ricardo: Ah! lembro, porque quando nós éramos pequenos, sempre descíamos para o Rio Bonito com um amigo da família. Ele tinha rancho no Rio Bonito. Qualquer folga do meu pai quando tinha uns dias íamos para o Rio Bonito. Ah! eu gostava de jogar figurinha no tempo daquelas crianças. (Grupo. 1.0)

Diany: Fase muito boa! Se eu pudesse voltar atrás! Minha infância foi muito boa...As amizades, as brincadeiras. (Grupo 0.0)

Tales: Lembrava dos tombos que eu levava de bicicleta na rua (risos). (Grupo 0.0)

Nota-se, nos relatos de Alana, o forte vínculo com o avô, ao ponto de ela se emocionar ao falar dele na entrevista. Outro ponto de relevância na fala da jovem diz respeito ao tipo de brincadeira que ela gostava, o qual não condizia com o esperado para o seu sexo e que se parece com o de Diana (Grupo 1.1).

Alana: Então nós temos passagem de quando nós íamos para o sitio juntos assim. Sentava debaixo da mexeriqueira, para comer aquelas mexericas

enormes que tinham no sítio e ficava conversando. As cenouras (risos), que todos os meus primos, a cenoura que o avô plantava, nós lavávamos tirávamos do chão, lavávamos na peneira e comíamos lá mesmo. Eu sempre gostei mesmo de brincadeiras de menino, de correr, jogar bola, essas coisas. As meninas são aquelas coisas de boneca. Essas coisas não me interessavam tanto. Eu sempre gostava de sair correndo e pulando. A minha vida inteira, sempre fui de pular muro, subir em árvores, essas coisas assim. (Grupo 1.0)

Destoam das demais as narrativas da Eliana (Grupo 0.0) e do Celso (Grupo 0.1), que não trazem lembranças tão marcantes assim, fato este atribuído às características pessoais deles, como timidez e retraimento.

Eliana: Eu só lembro a partir dos 10 anos. Não tem muita coisa para contar. Eu só lembro que eu era uma menina calma, sempre quietinha. Na escola não aprontava, era a mais comportadinha. Eu não tenho uma lembrança marcante que fica. Gostava de brincar de pega-pega. Era todo mundo junto. (Grupo 0.0)

Os jovens, sem exceção, lembraram com saudade suas brincadeiras, sendo essas parecidas para todos os jovens, independentemente de terem tido ou não, parado ou passado a ter o conflito. Narraram a infância como uma fase gostosa de diversão com os amigos com a família, demonstrando assim que esse período não pode ser visto como um fato que diferencia as trajetórias de vida dos mesmos.

Os primeiros cuidadores

Em um momento da conversa, pedia-se para que os jovens falassem sobre as lembranças das primeiras pessoas que cuidavam deles, como forma de entender melhor com quem o jovem tinha maior vínculo e que, portanto, foram significativas no início da socialização.

Parte significativa dos jovens conviveu os primeiros anos de suas vidas com a família consanguínea. Se a família é a principal instituição responsável pela socialização primária nas crianças, e essa é entendida como o processo em que ocorre a interiorização da realidade a partir das interações entre crianças e outros significativos, questiona-se: Como se deu o processo de socialização para esses jovens? Vitale (1995, p. 90) defende que

a criança vai se identificando com os outros significativos através de inúmeros mecanismos emocionais, absorvendo os papéis e as atitudes destes outros, isto é, por meio desta identificação vai se desenvolvendo o processo de construção da identidade.

Nesse caso, os relatos também não se diferenciaram significativamente. Observou-se que a mãe foi apontada referência principal para os primeiros cuidados, bem como também foi indicada a ausência do pai nesse processo.

Diana não hesitou em dizer que foi a mãe essa pessoa, a qual, conforme o relato, tomou para si a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa. Observa-se, nos relatos da mãe Mara, uma carga de ressentimento em relação ao marido, por causa de sua ausência na educação dos filhos e da falta de vínculo dele para com a família, chegando a ponto de ela culpabilizá-lo pela trajetória de vida das filhas. Refere-se principalmente à filha mais nova, pois não concorda com o estilo de vida dela. Há alguns dias, antes da entrevista, a filha havia colocado um *piercing* no nariz e pensava em fazer uma tatuagem. Mara enxerga o comportamento e o estilo da filha como um problema, tanto que boa parte da entrevista passou falando dela e não de Diana. É importante ressaltar que Diana tem dois irmãos mais velhos, além da irmã mais nova que é vista como um problema pela mãe. Esses irmãos foram citados frequentemente nas entrevistas da jovem e da mãe, por terem trilhado caminhos diferentes do da jovem. Um deles era professor universitário e Diretor Executivo da Telefônica na cidade de São Paulo; o outro cursava a Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Foi citada também a irmã mais nova que ora foi criticada pela mãe por causa do estilo, ora foi elogiada porque freqüentava simultaneamente dois cursos na época da pesquisa: um nível técnico e outro superior.

A jovem Diana ocupava o terceiro lugar na família de quatro filhos: dois filhos do gênero masculino e a mais nova, do feminino.

Diana: Sempre foi a minha mãe, em tudo, no médico, na escola era tudo minha mãe. (Grupo 1.1)

Tanto Alana (Grupo 1.0) como Diana (Grupo 1.1) foram cuidadas prioritariamente pela mãe, porém com visões diferentes. A mãe de Diana, Mara, abdicou do trabalho fora de casa para se dedicar aos filhos. Ter que deixar o trabalho para cuidar dos filhos foi para ela uma perda de tempo. Observa-se, em seu relato, insatisfação com a vida que levava. Por outro lado, Solange (mãe de Alana) também não teve a opção de escolha entre trabalhar/e ou cuidar das filhas. Na verdade, essa atitude foi imposta pelo marido que “não permitiu” que ela trabalhasse mais. Apesar de ela deixar claros os momentos em que teve que enfrentar as dificuldades, sozinha, demonstra satisfação e carinho ao realizar a tarefa. Em relação às filhas, ela não demonstra ressentimento, fato comprovado nas lembranças de Alana (Grupo 1.0) sobre os cuidados que a mãe tinha para com ela.

Alana: Era a minha mãe, ela não trabalhava mais. Depois que nós nascemos minha mãe não trabalhou mais. Ela era enfermeira. Logo depois que ela casou parou de trabalhar para cuidar de nós, de mim e da minha irmã. Eu lembro muito da fase da escola, dela nos acordando de manhã para ir para a escola, nos trocando, levando para a escola. Na época da pré-escola, era mais isso mesmo. Nas lições de casa minha mãe ficava enfeitando meu caderno, fazendo florzinha. (Grupo 1.0)

Solange (mãe de Alana): Eu sempre fiquei em casa, depois que elas nasceram nunca mais ele (marido) permitiu que eu trabalhasse fora. (Grupo 1.0)

Mara (mãe de Diana): Mesmo quando eu estava grávida eu sempre trabalhei em casa, porque fora eu perdi tempo de não ter tido trabalhado. Então trabalhava em casa, limpava a casa, cuidava dos filhos, nunca deixei nada para trás, não tive ajuda de ninguém, nem do próprio marido. (Grupo 1.1)

Para Dona Rosana, mãe de Denilson (Grupo 1.1), não ficou somente a responsabilidade com a educação dos filhos, mas também os momentos de desespero e de tristeza, que teve de enfrentar sozinha, sem ao menos conseguir avisar o marido sobre o assassinato do filho.

Rosana (mãe de Denilson): Quase tudo encarei sozinha. Às vezes, quando eu podia, daí eu ligava. Até quando mataram esse menino na porta, eu ligava, mas ele não atendia. Parece que deu problema com o telefone, meu cunhado não colocou os créditos. Quando o segundo foi morto aconteceu a mesma coisa, nada dele atender o telefone. (Grupo 1.1 e 0.0)

Esses jovens cresceram sob o modelo de família nuclear. Percebe-se, nos relatos, que a vivência e a percepção sobre a maternidade diferem-se e se contrapõem. Tanto Solange como Rosana aceitam, sem questionar, a árdua tarefa de cuidar da casa e dos filhos sendo pai e mãe ao mesmo tempo (conforme relato de Solange). Mara, porém, não se conforma com a ausência do marido e reforça seu descontentamento em relação às atitudes dele.

Conclui-se que a estrutura da família não necessariamente influencia na maneira de ser percebida e vivenciada pelos membros. A família construída difere da vivida. Nesse caso, algumas famílias acabam seguindo a normalização dada pelo modelo nuclear e outras acabam questionando as regras impostas. Quer dizer que, embora uma família esteja organizada de uma determinada forma, as relações familiares, a vivência e o diálogo estabelecido acabam redirecionando e ressignificando os papéis de cada membro. Dessa

forma, uma família jamais será igual às outras. Cada uma constrói as suas vivências e valores de acordo com sua dinâmica, cultura e tempo histórico. Segundo Szymanski (1995, p.27)

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, como crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa-de-força de uma única forma de emocionar, interpretar e comunicar.

Pode-se dizer então que são as relações internas familiares que vão nortear o modo como cada membro construirá suas próprias experiências. Bilac (1995, p. 37) afirma que “A família não é mais vista como organizada por normas “dadas”, mas, sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende dos acordos”. Desconsiderar essa capacidade de negociação significa afirmar a incapacidade de promover mudança e repensar os papéis dos membros que constituem a família, bem como retirá-los da condição de sujeito e colocá-los na condição de meros reprodutores das relações humanas. Ainda segundo a autora, Bilac (1995, p. 37)

A ênfase na capacidade de negociação dos sujeitos individuais, na família, oblitera diferenças de poder e desigualdades entre homens e mulheres, adultos e crianças, velhos e jovens, diferenças que são socialmente construídas e normatizadas, os negociadores farão seus acordos de posições absolutamente diferenciadas na estrutura familiar.

É claro que não se pode homogeneizar essa capacidade de negociação entre os grupos sociais, pois esse processo tende a se diferenciar conforme as condições sociais econômicas e culturais. Nas palavras de Sarti (1995a, p. 39), “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma dessas relações e cada uma das partes da relação”.

Um fator em comum das narrativas é corresponsabilização do pai enquanto educador na socialização dos filhos e não somente como provedor, mesmo que ele não seja efetivamente o responsável, o que ficou explícito nos relatos de Mara e velado nos casos de Solange e Rosana. Esses fatos podem indicar mudanças na organização da família o que vem acontecendo nos últimos tempos, segundo Bilac (1995), em decorrência das mudanças na condição feminina, as quais acabam afetando os papéis masculinos. Se antes o marido era visto apenas como provedor, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a inclusão de novos papéis sociais contribuem para que essa questione e busque trazer cada vez mais o esposo para o exercício da paternidade, enquanto agente de socialização dos filhos.

Em estudo com adolescentes infratores, Assis (1999) constatou que dos 61 entrevistados apenas 11 foram cuidados pela mãe desde bebê, ou seja, a maioria deles não

teve o cuidado materno por maior tempo. O principal motivo apontado para a ausência do lar foi o trabalho fora de casa. Os cuidados maternos foram substituídos pelas avós, tias, irmãos mais velhos e pai.

Mara (mãe de Diana): O pai dela nunca participou de nada na vida dela. Ele sempre foi uma pessoa do portão para fora. Nunca deu amor e carinho para ninguém da casa, por isso que ela foi crescendo assim, com essa coisa. Pode ver a irmã dela, tem 19 anos sei lá qual é o problema dela. (Grupo 1.1)

Solange (mãe de Alana): Teve uma época que eu as criei sozinha. Fui pai e mãe. Não foi fácil. (Grupo 1.0)

As transformações sociais ocorridas colocaram em cheque a sociedade tradicional em que os papéis sociais eram preestabelecidos. A afirmação da individualidade adquire maior relevância social. Quando Mara diz que perdeu tempo por não ter trabalhado e Solange afirma que o marido não permitiu que ela trabalhasse, elas estão simplesmente requerendo o exercício de suas individualidades. Estão na verdade, questionando o papel imposto pelas circunstâncias, o de dona de casa. Segundo Sarti (1995a, p. 43)

Nas sociedades tradicionais, ao contrário das sociedades modernas onde a dimensão da individualidade é valorizada, os papéis familiares não são conflitantes, porque estão pré-determinados. A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento desta dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitantes na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor social que sempre teve.

O desafio das famílias modernas seria o de ajustar a individualidade à reciprocidade familiar; para isso, elas “teriam que aprender, ao mesmo tempo, a serem sós, e a serem juntas” (SARTI, 1995a, p.43). Porém, a função de socialização da família implica o exercício da autoridade e de hierarquia, o qual é colocado em xeque com a introdução da individualidade que conseqüentemente afetará a autoridade tradicional (SARTI, 1995a).

Todo esse processo ocasionou significativas mudanças e alterações na ordem familiar tradicional. Primeiro, na autoridade patriarcal e, segundo, na divisão dos papéis familiares, modificando intensamente as relações entre homens e mulheres, pais e os filhos no interior da instituição familiar. Portanto,

Os papéis e as obrigações familiares não estão mais claramente preestabelecidos, os sujeitos não estão mais subsumidos no todo. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e de todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminados, hoje são objetos de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz destas negociações (SARTI, 1995a, p. 44).

Por outro lado, a ausência física do pai e o estabelecimento da família matriarcal, enquanto problema foi discutida em um relatório escrito em março de 1956 denominado, “The Negro Family: The Case for National Action” de Daniel Patrick Moynihan, que tinha, como objetivo, demonstrar que a desintegração das famílias nos guetos era uma das causas do enfraquecimento da comunidade negra e da agressividade juvenil. Ao analisar o relatório, Lasch (1991) concluiu que Moynihan acreditava que a delinquência juvenil, assim como a grande maioria das patologias sociais, era fruto de lares desfeitos. Nesse sentido a família matriarcal seria uma consequência das condições de pobreza em que ela vivia. Esse movimento pressupunha então, a necessidade de intervenções terapêuticas, suscitada pela patologia da família matrifocal. Desta forma, desfocou-se o problema do sistema e focou-se o indivíduo o qual, por meio de intervenções terapêuticas, deveria ser tratado. Por outro lado, os críticos de Moynihan optaram por uma análise distinta, reduzindo os problemas dos guetos meramente à pressão econômica e o racismo e menosprezando a importância da família. A pobreza e o racismo seriam os principais elementos na estrutura do gueto e não a família, conclusão que poderia levar a uma tese economicamente determinista (LASCH, 1991).

Interpretações, como esta, ignoram a mediação da família entre as condições sociais e a experiência individual. Poucas pessoas negariam que as condições sociais conformam a estrutura da família, mas a família por sua vez conforma a percepção que o indivíduo tem do mundo e os mecanismos psicológicos através dos quais se relaciona com esse mundo. A pobreza é sem dúvida o fato dominante na vida do gueto, e todos os intérpretes da família do gueto concordam em que suas características específicas derivam da incapacidade do pai de sustentar o grupo doméstico (LASCH, 1991, p. 208).

O fato é que, segundo Lasch, os próprios negros desejavam construir uma família nuclear, inclusive consideravam essa a forma ideal de organização familiar. Entretanto, os críticos negavam essa versão. Justificam que a família matrifocal surgiu como alternativa à “família nuclear” e, enxergá-la como um problema, seria manifestar preconceito ao estilo de vida alternativo construído pelas famílias dos guetos.

É importante ressaltar que a dificuldade em sustentar o grupo doméstico e a experimentação da pobreza por parte dos filhos pode causar, na família, um sentimento de impotência por parte dos pais quanto à educação dos filhos, uma vez que a preocupação com o sustento e com a sobrevivência limita o tempo de convivência com os filhos e consequentemente gera a falta de controle.

Em um mundo perigoso, contra o qual a família já não pode proteger seus membros, um mundo, além disso, em que a exploração domina até mesmo a amizade, o amor e o casamento, as crianças têm cada vez mais dificuldades para estabelecer laços seguros e amorosos com seus pais. Na ausência de tais laços, as primeiras impressões da mãe permanecem como a base de estrutura da personalidade (LASCH, 1991, p. 213).

Diante desse cenário, concluiu Lasch (1991) que duas mudanças contribuíram para a transformação da vida doméstica: a invasão da família pelo mercado e pela rua e a perversão das relações mais íntimas.

Do ponto de vista da invasão da família pelo mercado de trabalho duas situações se configuram: 1) o ingresso da mulher e mãe no mercado de trabalho e 2) a crença na necessidade de profissionalização para cuidar das crianças, isto é, a percepção de que outros mais escolarizados podem educar melhor as crianças.

A inserção das mães no mercado de trabalho implicou transferência dos cuidados dos filhos para parentes próximos, o que reforça as redes de ajuda mútua. Nesse caso, a socialização dos filhos pequenos acabou sendo realizada por parentes consanguíneos. Afirma Fonseca (1995, p.74) que “as crianças acabam sendo a preocupação não da mãe exclusivamente nem mesmo do casal, mas sim do grupo inteiro de parentesco, acabam circulando entre múltiplos outros significados responsáveis pela sua socialização”.

Celso: A minha mãe trabalhava, era minha prima que cuidava de mim, mas a maioria do tempo foi minha mãe quem cuidou. (Grupo 0.1)

Anderson: Quem cuidava de mim era minha avó paterna, porque não tinha outra pessoa, então eu ficava com ela, cuidou até uns 4 anos. A partir dos cinco anos, comecei a ficar com minha mãe. (Grupo 1.0)

Ricardo: Eram minhas tias que sempre cuidaram de mim. Elas eram legais, moravam com a gente. Minha mãe e meu pai sempre trabalharam. A convivência sempre foi pouca, porque eles sempre estavam fora, porque eles trabalhavam. (Grupo 1.0)

Eliana: Eu ficava com uma prima, minha mãe sempre trabalhou, minha prima mais velha ficava cuidando da gente, era mais velha e não era casada. (Grupo 0.0)

Diany: Minha avó materna cuidava de mim, da minha irmã e do meu primo. Cuidou até meus quinze anos. Meus pais iam trabalhar e não podiam cuidar da gente. Minha mãe sempre trabalhou de doméstica. (Grupo 0.0)

Tales: Eu passava o dia inteiro na rua, chegava da escola e ia para a rua, minha mãe trabalhava de cobradora de ônibus, o dia inteiro, saía de manhã e voltava à noite. (Grupo 0.0)

Observa-se ainda que a transferência da socialização acabou reproduzindo os papéis de gênero, agora com a família consanguínea.

A expressão de anseios de realização individual fora do lar, o chamamento do homem para o exercício da paternidade são sinais importantes na construção de um novo papel de mulher adulta, em que o filho não é só da mulher assim como a mulher não é só do filho (ROSEMBERG, 1995, p. 169).

Chama atenção o relato de Cleuza, mãe de Caio (jovem do grupo que declarou conflito na primeira pesquisa e, na segunda pesquisa, encontrava-se preso), que admitiu ter tido dificuldades nos cuidados com o filho e repassou essa tarefa para a irmã. Atribuiu a atitude ao fato do melhor preparo da irmã, por ser enfermeira. Essa mesma mãe supervalorizou a qualidade da socialização realizada, com seu filho mais novo, pela creche, deixando subentendida, em sua narrativa, sua falta de preparo na socialização dos filhos. Percebe-se que ela, na socialização dos dois filhos, negou o status de mãe e o delegou a outras pessoas. Priorizou ainda o conhecimento especializado da irmã que era enfermeira, no caso do primeiro filho, e da creche, com relação ao segundo filho. A fala de Cleuza demonstra que não foi somente a saída da mulher para o mercado que impulsionou o aumento no número de crianças em creches e escolas, mas sim a busca por complementação da socialização dos filhos pequenos em equipamentos coletivos, ampliando esses hábitos também para as mães que não trabalham. Essa concepção retira das escolinhas e creches o rótulo de “equipamento de auxílio às mães trabalhadoras” e acrescenta a lógica do ideal de socialização (ROSEMBERG, 1995).

Cleuza (mãe de Caio): Então, eu não tinha experiência, mas, como a minha irmã era enfermeira, ela cuidou dele para mim até uns dois meses, depois eu fui seguir a vida, daí até sai de junto da minha mãe, fui morar em casa separada e fui levando [...] Ah é, o Cristiano tudo me obedece. A educação parece que é outra, é porque o Cristiano foi criado na creche, ele já foi com um aninho, com um ano e meio ele foi para a creche. A educação é outra, o comportamento é outro. Acho que porque eles têm educação, você pode mandar, dar uma boa educação, eu acredito que ele aprendeu isso. (Grupo 1.1)

A primeira cuidadora de Roberto (Grupo 1.1) foi a sua avó materna, a qual ficou desapontada com a gravidez da filha, por saber que seria ela a responsável pelos cuidados com o neto. Observa-se, no relato de Roberto que, a partir do sete anos, ele não tinha uma pessoa que o acompanhasse para a escola. Já estava sendo “solto” pela família. Percebe-se, em seu relato, insatisfação em ter de “se virar” aos sete anos de idade, pois, em momento algum, ele apontou uma pessoa que tenha sido responsável pelos cuidados para com ele. A avó, conforme narrativa da própria mãe de Roberto, relutou em ter que exercer o papel de cuidadora. O duplo status avó/socializadora, ou avó que fica no lugar que deveria ser exercido pela mãe, acabou confundindo a maneira de se relacionar com o neto.

Vanderleia (mãe de Roberto): Quando eu fiquei grávida do Roberto, minha mãe ficou brava comigo, porque ela era que olhava meu outro filho. Eu trabalhava fora, fazia muito plantão, na época que eles nasceram. Menina, eu trabalhava na pediatria com crianças. (Grupo 1.1)

Roberto: Com sete anos de idade eu já comecei ir sozinho para escola, eu ia com a minha prima, daí eu voltava sozinho de ônibus, porque o pessoal parou de estudar, e desde os sete anos já eu pegava ônibus sozinho. Normal! (Grupo 1.1)

Destaca-se, nessa temática, a narrativa do Maurício, que aponta, como principal cuidadora, uma “tia por consideração”, com a qual, conforme o relato, possui fortes vínculos até hoje. É importante frisar que esse jovem não demonstrou vínculo algum com a mãe, a qual, de acordo com a entrevista, nunca trabalhou fora e sempre teve, como responsabilidade única, os cuidados para com os filhos e a casa. De todos os jovens entrevistados, ele foi o único a apontar o maior vínculo com o pai. Nesse caso, a única entrevista com pai foi a dele. Os demais relatos não se diferenciaram. Nas situações de ausência da mãe, os primeiros cuidados ficaram sob a responsabilidade de avós, tias e primas, com exceção de Marucício, que foi cuidado e socializado por uma “tia de consideração”, ou seja, uma vizinha que possuía fortes vínculos com a família e com o jovem. A mãe de Maurício, apesar de não trabalhar fora, negou seu papel de socializadora e o status de mãe, o qual foi assumido pela vizinha que acabou estabelecendo fortes vínculos com o jovem. Esse dado demonstra que o fato de as mulheres permanecerem em casa para cuidar dos filhos não pressupõe a incorporação da identidade de mãe, tal qual é esperada. Os demais jovens ficaram sob os cuidados de avós, tias, primas, irmãos, entre outros.

Maurício: Não, ela sempre trabalhou em casa (referindo-se à mãe). Mas consideração eu tenho por uma tia, que não é tia mesmo, mas é por consideração, ela mora aqui do lado, quando a gente era pequena ela quem cuidava da gente. Ela foi a primeira a dar banho em mim para você ter uma idéia. Eu tenho uma consideração muito grande por ela. Às vezes ela me levava no serviço dela, quando ela trabalhava na Ferroviária (clube esportivo do município). Ela cuida até hoje. Sempre que ela vem até aqui ela me chama de nenezão, filhão. (Grupo 0.1).

De acordo com essa lógica, as crianças também passam a ser vistas sob a ótica de sujeitos sociais, ou seja, as escolas são locais apropriados para as interações, desenvolvimento de competências e sociabilidade infantil entre indivíduos da mesma idade. Para Rosemberg (1995, p. 170),

Esta educação extrafamiliar do filho pequeno não significa iniciar mais cedo as aprendizagens escolares, mas permitir-lhe experiências diversas e favoráveis a seu desenvolvimento psicológico, graças ao aporte de um ambiente educativo especialmente previsto para este fim.

A questão é se realmente as escolinhas e creches, em geral, estão preparadas para essa finalidade. Não será essa apenas uma expectativa da família e da sociedade enquanto local ideal de permanência e socialização das crianças pequenas, é importante lembrar que, salvo raras exceções esses equipamentos, têm a finalidade de complementar na educação das crianças e não substitui a família. Segundo Rosemberg (1995, p. 173),

O direito e o dever de a família olhar o filho pequeno são reforçados pela prática, quase que universal, de pagamento pelo uso do equipamento creche, instituição que, como se sabe, é a que recebe crianças menores, por uma jornada mais longa, onde o cotidiano mais se aproxima do padrão de “criação”.

Em geral, essa prática de pagamento é simbólica e não tem custo relevante, no entanto, também é necessário frisar que nem todas as crianças têm a oportunidade de passar por essa experiência.

A autora afirma ainda que “compartilhando ou não educação/cuidado da criança com equipamentos coletivos, a mãe trabalhadora e chefe de domicílio desgarrou-se do filho pequeno, deixando de ser sua principal guardiã” (ROSEMBERG, 1995, p. 179).

Josiane (mãe de Celso): Assim, não foi difícil, é que mudou, é que nem você falou, mudou muito, o Carlos não conseguia ficar na escolinha, ele chorava porque até então era a primeira escolinha dele, ele estava pequenininho com

um ano e pouco, eu queria trabalhar, não dava porque ele chorava; sei que foi muito difícil. (Grupo 0.1)

No tocante aos primeiros cuidadores, observa-se que o fator que diferencia o grupo que continuou em conflito e o que passou a ter conflito do grupo que deixou de ter conflito e o que permaneceu sem conflito entre uma pesquisa e outra, está nas relações e vínculos familiares estabelecidos e não necessariamente na presença e permanência das mães nos cuidados maternos propriamente ditos. Observou-se que as interações entre os diversos membros familiares possibilitaram negociações e relações diferenciadas para cada família. Pode-se dizer, assim, que a diferença está na qualidade das relações, como pode ser verificado nas situações específicas das jovens. Ao contrário de Mara, mãe de Diana (grupo 1.1), Solange, mãe de Alana (Grupo 1.0), apesar de contrariada com a imposição do marido para abandonar o emprego, e das dificuldades com a sobrecarga dos papéis desempenhados, segundo ela de pai e mãe, dedicou-se aos cuidados das filhas, envolveu-se na socialização delas e estabeleceram fortes vínculos, conforme relato da filha. Enquanto Mara relutou em aceitar a identidade imposta: a de mãe, Solange a aceitou e vivenciou plenamente. É interessante notar a afirmação feita por Lúcia de que o filho não lhe deu trabalho, a questão é: a quem ele deveria dar trabalho se foi criado pela tia?

Todos os jovens, independentemente do grupo em que estão inseridos, foram cuidados na infância pelos pais ou por outras pessoas da família.

Lúcia (mãe de Ricardo): Eu sempre trabalhei fora, quem cuidava dele era minha irmã, mas ele nunca me deu trabalho. (Grupo 1.0)

A inclusão da mulher no mercado de trabalho lhe dá um novo status, agora o de trabalhadora. Quando ela volta para casa, porém, já não é somente a mulher que trabalha fora de casa e sim a dona de casa, a mãe e a esposa, sendo, na maioria das famílias, responsabilizada pelos afazeres domésticos: limpar a casa, lavar roupas, cozinhar, entre outros, além da educação dos filhos. Embora isso passe despercebido, ela está desenvolvendo novas identidades (STRAUSS, 1999).

Chamam atenção as transformações ocorridas nas identidades das mulheres no decorrer da história, pois é importante ressaltar que nem sempre se esperou delas o exercício do papel afetivo de mãe e socializadora. Pelo contrário, em outras épocas, os filhos eram resultados do papel de procriação exercido pela mulher, bem como não havia vínculos afetivos entre eles. Conclui-se então que o papel de mãe na contemporaneidade é uma construção social e histórica.

Observam-se dois pontos em comum nos relatos dos grupos. Um está relacionado à ausência da figura paterna como referência dos cuidados e socialização, justificada pelo papel de provedor exercido pelo pai. O outro se refere à inserção da mãe no mercado de trabalho, visando auxiliar nas despesas domésticas e, conseqüentemente, a transferência dos cuidados para com o filho a uma terceira pessoa: avós, tias, primas, vizinhas e creches.

Questiona-se então como foi a socialização dos jovens que não conviveram a maior parte de sua infância e adolescência com seus pais, que de dia experimentavam um tipo de educação, com os parentes, e à noite tinham outro com os pais, mais especificamente com a mãe? De acordo com Lasch (1991, p. 208),

O homem incapaz de encontrar trabalho fixo, muitas vezes deixa sua família em troca de companhia mais agradável e descontraída de seus pares. Mesmo quando fica em casa, ele hesita em investir em relações nas quais provavelmente fracassará.

Outro elemento importante das narrativas dos jovens é a descontinuidade da socialização e até mesmo a ruptura. Eles acabam sendo socializados por indivíduos que exercem diferentes *status*: avó, tias, primas e ao final do dia a mãe, que também é trabalhadora, dona de casa e esposa. É importante ressaltar ainda que esses cuidadores possuem diferentes culturas, visões de mundo e experiências vividas, os quais podem ter influenciado diretamente na educação desses jovens. Segundo Assis (1999, p. 48),

A estabilidade nos cuidados durante a infância está relacionada à atenção constante, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento, por parte de pelo menos um provedor. Esse adulto deve propiciar a proteção e a segurança da criança. A estabilidade se distingue da qualidade do cuidado oferecido, que se refere à capacidade de o filho encontrar afeto, interesse e consideração em seus pais, ou pelo menos em um dos pais ou de outro provedor substituto.

As mudanças de cuidadores e conseqüentemente as mudanças de identidades acabam acarretando confusão de papéis perante os adolescentes. Nessa linha de raciocínio, ao denominar o cuidador de treinador, Strauss (1999, p. 120) afirma que

Um dos perigos grandes, e inevitáveis, do treinamento é exatamente a possibilidade de morte do treinador, ou de abandono do trabalho, deixando o aprendiz vulnerável de várias maneiras: ou por que se encontra num estágio de desamparo pessoal auto-imputado, ou porque está à beira de uma crise de aprendizado ou ainda porque não se desligou adequadamente do treinador, ou está em meio à superação de grande desafio.

Houve também relatos de um jovem que não conheceu o pai biológico (Grupo 0.1); um que sofreu com a separação dos pais (Grupo 0.0), e outro cujo pai faleceu quando ele

tinha 12 anos de idade (Grupo 1.1). A ausência da figura paterna foi apontada com tristeza por três jovens. Nesses casos, observa-se que dos jovens que abordaram a ausência do pai, seja pela morte, pela separação ou pelo não reconhecimento, durante o período entre uma pesquisa e a outra, um continuou em conflito, um passou a ter conflito e o outro permaneceu sem conflito, fato que não pode pressupor a relação dos jovens com a entrada, saída, ou permanência do conflito.

Tales: Aí fiquei com ela. (referindo-se a mãe). Eles se separaram eu tinha oito anos, foi em 1994. (Grupo 0.0)

Celso: O meu pai biológico, eu não conheço, só de nome. Eu até tentei procurá-lo em Pernambuco, fui até lá, mas, só consegui fotos com os familiares. (Grupo 0.1)

Roberto: Então eu encaro normalmente, só que dói, a gente tem sentimento, a gente ama, a gente era muito unido. Eu era muito apegado com meu pai. Meu pai sempre foi um homem bom, carinhoso, dedicado à família. (referendo-se à morte do pai, na época estava com 12 anos). (Grupo 1.1)

Em geral, a visão dos pais sobre os jovens foi negativa. As mães dos jovens que compõem os grupos 1.1 e 0.1 não economizaram críticas ao descrever o perfil e o comportamento dos filhos, destacando sempre suas características negativas. É importante lembrar que esses dois grupos representam continuidade do conflito ou a passagem para o conflito nesta pesquisa.

Chama atenção o relato do senhor Arlindo, o qual, ao descrever o perfil do filho, aproveita para autoavaliar seu comportamento e a forma de educar os filhos demonstrando assim clara percepção sobre suas transformações ao longo do tempo. O jovem é o caçula da família de quatro filhos. A percepção de mudança no comportamento se deu quanto ele comparou o comportamento na socialização do jovem com o dos outros filhos. Em sua fala, aproveitou para classificar o filho como “peralta” e se classificar como “enérgico”. As transformações no comportamento percebidas pelo senhor Arlindo contribuem para explicitar que há também transformações nas identidades dos pais. Deste modo, pode-se concluir que a educação nunca é igual para todos os filhos, pois as relações estabelecidas entre pais e filhos dependem, além da interação estabelecida, do contexto social, histórico e vínculo afetivo construído, assim como da fase em que cada um está vivenciando na época da interação. Enfim, o ato de socializar o primeiro filho é diferente da socialização do segundo e do terceiro, tanto no que diz respeito às experiências adquiridas quanto ao tempo histórico e

social, principalmente quando há maior tempo de distância entre as idades. Portanto, “a interação se dá entre pessoas que estão em fase diferenciais” (STRAUSS, 1999, p. 134)

Arlindo (pai de Maurício): Nós brincávamos muito, ele, peralta e eu, enérgico. Não como eu fui com os outros, com ele foi menos. Quando ele nasceu, já estava mais velho, com outra cabeça, já sabia como lidar com filho. É genioso! Agora que ele está perdendo a mania de grandeza, quer ter as coisas rapidamente. Não pensa no futuro, não sabe fazer o pé de meia. (Grupo 0.1)

Nesse sentido, deve-se levar em consideração a socialização por qual passam também os pais dos jovens. Segundo Strauss (1999, p.128) que defende a socialização da vida adulta,

Em todos os tipos de status está implícita uma dimensão temporal. Ninguém obtém, nem pode assumir uma posição ou status para sempre. Sempre existe uma cláusula, oculta ou reconhecida abertamente, pelo qual uma pessoa pode ser destituída ou destitui-se do status.

Senhor Arlindo também trouxe à tona uma discussão, encontrada na literatura, sobre a falta de projeto de vida existente entre o público juvenil, justamente pela necessidade que eles apresentam de viver o presente, o prazer imediato. A sociedade contemporânea têm a juventude como um período de preparação para vida adulta e, de acordo com a fala do senhor Arlindo, pode-se observar que essa percepção está sendo incorporada pelos diversos grupos. Portanto, se os indivíduos não agirem em conformidade com o que se espera deles nessa fase, os conflitos tendem a aparecer.

A legitimação se torna mais fácil quando a pretensão a uma fase está de acordo tradicionalmente com o que se espera numa determinada idade, mas, quando as fases são períodos de tempo mais longos, sempre existe a possibilidade de que as pessoas atravessem esses períodos rapidamente demais ou lentamente demais (STRAUSS, 1999, p.132)

A dificuldade de impor normas e regras aos filhos foi denunciada pelas narrativas dos pais que não pouparam palavras para culpabilizá-los sobre suas escolhas. Ficou claro na fala de Mara a inconformidade pela filha não ter clareza das consequências de suas escolhas.

Mara (mãe de Diana): Ela era geniosa, tudo ela pegava de atravessado. É irritada, puxou o pai. Ela nunca correu atrás do futuro, nunca pensou no dia de amanhã. Falta de vontade! Porque se ela pensasse no futuro, procurasse por mais estudo, alguma coisa assim, ela não ia ter agora três filhos. (Grupo 1.1)

Esse contexto traz para a contemporaneidade as reflexões do relatório de Moynihan escrito em 1956, discutido por Lasch (1991), sobre as dificuldades dos pais em proteger seus filhos da ameaça e dos riscos da rua. É importante ressaltar que o referido relatório abordava famílias negras, matriarcais, vivendo em guetos.

Os pais queixam-se de que as crianças veem demais e adquirem prematuramente um conhecimento do mundo. Os filhos então utilizam este conhecimento para negociar sua independência com relação aos pais. Inicialmente, quando as crianças são pequenas, os pais procuram prendê-las em casa, mas à medida que esses esforços fracassam inevitavelmente, eles resignam-se a não ter influência sobre os filhos. O sentimento de impotência corrói ainda mais a intenção de ensinar aquilo que ela tem necessidade para dominar seu meio. (LASCH, 1991, p. 208).

Frente à dificuldade, os pais optaram pela culpabilização, pelo rótulo. Os relatos demonstram a unilateralidade da relação e a visão do outro como isolado, como alguém que não se percebe, que não tem consciência dos seus atos. Essa situação possibilita com que,

os mais velhos evitem os confrontos dolorosos desistindo de impor seus próprios padrões aos jovens e a criança aprende a se defender sozinha e a conseguir o que quer manipulando, seduzindo ou explorando as emoções dos outros (LASCH, 1991, p.208).

Cleuza (mãe de Caio): Ele era peralta demais, sabe? Quando ele tinha uns três, quatro aninhos era um terror. Era um menino que gostava de brigar, morder. Ele era peralta demais, me dava muito trabalho. Ele é um menino bom, é amoroso, o único problema é que ele não me obedecia e andava com más companhias. (Grupo 1.1)

Leonarda (madrasta de Vítor): Ele foi para cadeia, na mente dele, até por conta da convivência dele; lá dentro, tudo é normal. Por exemplo: ele tatuou o símbolo do PCC no pé e falava que tinha que se orgulhar daquilo, por pertencer ao PCC. Ele se orgulha das coisas ruins que faz. (Grupo 0.1).

A percepção negativa que os pais construíram dos filhos está relacionada ao status exercido e ao comportamento inaceitável. Enquanto Roberto (grupo 1.1) teve o status de filho e de estudante aprovado pela mãe, para Dona Rosana (mãe de Denilson) o jovem fracassou tanto no status de filho quanto no de estudante. Já a jovem Diana (grupo 1.1) foi criticada pela mãe tanto no seu despreparo em planejar o futuro quanto no status de mãe, por ter tido três filhos e ainda por ter o comportamento semelhante ao do pai, fato que conclui a visão negativa que sua mãe possuía tanto do marido quanto dela.

Vanderleia (mãe de Roberto): O Roberto foi um menino muito inteligente quando era criança. Ele queria estudar. Tinha paixão por ir comigo na UNESP. Ele via minhas coisas lá, ficava curioso por aprender tudo. Ele é do tipo que compra briga dos amigos, quer proteger os amigos e se lasca. (Grupo 1.1)

Rosana (mãe de Denilson): Ele era de fazer feio na escola. Desde pequeno já era ruim. Na escola, mandava a professora tomar naquele lugar (risos). (Grupo 1.1 e 0.0)

Para Strauss (1999, p.128), “as pessoas recebem sanção por serem diferentes durante períodos diferentes. Durante uma celebração a pessoa age como um celebrante; durante um interrogatório policial ela age como acusado, como acusador ou como testemunha”.

As mães dos jovens que compõem o grupo que deixou de ter conflito e o que permaneceu sem conflito (Grupos 1.0 e 0.0) demonstraram, em suas falas, carinho, afetividade e admiração pelos filhos, sendo esse um diferencial importante no estabelecimento de vínculos e respeito nas relações familiares.

Laura (mãe de Elieser): O Elieser é meio quieto, ele gostava de ficar comigo, não queria largar de mim. (Grupo 1.0 e 0.0)

Solange (mãe de Alana): Era subir nas coisas, queria a ferramenta do pai. Ela foi o moleque que eu não tive. Tanto é que ela adora futebol, até que cursou Educação Física. Ela é ambiciosa. Por exemplo, ela está trabalhando há algum tempo nesse escritório e o patrão a adora. Ela sempre quis mais e mais, nunca quis parar. (Grupo 1.0)

Quanto às formas de socialização, a percepção sobre o tipo de educação dada foi bastante crítica por parte de alguns jovens. Observa-se que a socialização e o controle dos jovens do Grupo 1.1 (Roberto, Diana e Denilson) variaram entre controle por meio de telefones e agressões físicas severas. Em um momento de descontrole, a mãe de Denilson chegou a amarrá-lo para ele não sair de casa.

Roberto: A mãe era rígida assim, tinha que ficar ligando para ela, todo dia, quase toda hora (risos). Se tivesse celular naquela época então, não me deixava em paz. (Grupo 1.1)

Diana: Aí nossa! Minha mãe pegava no meu pé. Ela gritava, aí tinha que correr, senão chegasse aqui, ela amarrava a mão no cabelo. Nossa! Quem batia era meu pai. Ele era cruel. Uma vez estava tendo festa no JVC, a minha irmã era pequena, eu saí escondida e a deixei em casa sozinha. Apanhei tanto naquele dia. Cheguei a desmaiar. Meu pai não batia de cinta ou de vara. Era porrada mesmo! (Grupo 1.1)

Rosana (mãe de Denilson): Eu tive que amarrá-lo, para ele não sair de casa. (Grupo 1.1 e 0.0)

Os jovens pertencentes ao grupo 0.0 (Diany e Tales) também tiveram a educação regida por agressões físicas. Nota-se, nos relatos, a intensidade com que eles narram os episódios. O relato de Eliana (grupo 0.0) se diferenciou dos demais jovens desse grupo. Percebe-se, em sua fala, uma clara diferenciação na socialização do gênero. O fato de ser mulher exigiu maior controle e limite por parte dos pais, atitudes essas aceitas passivamente pela jovem.

Diany: Foi raro, mas batia. Eu não me esqueço até hoje. Minha mãe me bateu só porque eu queria lavar minha bicicleta. Eu tinha uns oito para dez anos. Não estava um tempo muito bom e eu queria lavar minha bicicleta. Minha mãe não deixou. Acabou me batendo com um chinelo, só por isso. Acho que foi a criação dos meus pais que me fizeram assim. (Grupo 0.0)

Tales: Oh! Se lembro! Uma vez que eu emprestei um real do meu vizinho e não paguei, ele foi e bateu lá na porta de casa para cobrar. Nossa! Minha mãe me catou, arrebentou mesmo. Meu pai já batia com a mangueira do gás, mangueira de pedreiro, chinelo. Eu lembro uma vez que eu fui ao bar, eu falei para ele que queria brincar na praça e fui ao bar jogar sinuca. Nossa! Esse dia eu apanhei que nem gato no saco. (Grupo 0.0)

Assim como nos grupos (1.1 e 0.0), os jovens do Grupo 0.1 também sofreram agressões físicas severas como forma de socialização. Destaca-se a fala do senhor Arlindo, que conta, com tranquilidade, um episódio em que agrediu o filho na escola, em frente à Diretora. A educação dada ao Vinícius não se diferenciou da vivida por Maurício. O jovem sofreu tantas agressões a ponto de o pai ser denunciado ao Conselho Tutelar.

Arlindo (pai de Maurício): Uma vez eu deixei a Diretora da escola com “água na boca”. Disse. “Olha, eu vou bater nele aqui na frente de vocês, para ele

aprender a lhes respeitar”. Daí ela disse “Não faça isso, ele vai pedir desculpas”. Eu disse: Ele só faz isso porque vocês não batem nele, esse dia foi uma confusão só. (Grupo 0.1)

Maurício: Uma vez que eu bati o carro, estava com 19 anos. Nossa! Esse dia ele não me bateu, porque minha irmã mais velha estava aqui e deu uma acalmada nele. (Grupo 0.1)

Leonarda (Madrasta de Vinícius): Ficou somente um ano com ele. Judiava muito dele. Fazia-o dormir no banheiro e tal [...] Eles se davam bem, mas o pai era bem enérgico, muito bravo porque ele fazia coisa errada. Foi porque meu esposo tinha batido nele, maus-tratos, ele aprontava muito e meu esposo tem pavio curto (referindo-se a época em que o Conselho Tutelar acompanhou a família). Hoje ele está preso. Falei para o meu marido! O que adiantou bater? (Grupo 0.1)

As agressões físicas com objetivo de socializar e impor regras e limites são temas constantemente discutidos pelos estudiosos da educação. Em geral, os pais utilizam desses mecanismos com o objetivo de “educar os filhos” conforme as normas sociais. Por outro lado, vale a pena questionar até que ponto esses pais não estão reproduzindo com os filhos a educação que experimentaram. A questão social e histórica também é relevante nessa discussão. Há alguns anos, as crianças eram vistas como pequenos adultos os quais recebiam o mesmo tratamento por alguma indisciplina cometida. Pode-se dizer, então, que é recente a preocupação com os direitos infantis, que essa nova percepção adquiriu forças a partir do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e indivíduo com necessidades especiais devido a sua condição de desenvolvimento. Portanto, uma construção social dos últimos tempos. No Brasil, essa linha de pensamento ganhou força a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 julho de 1990 (DAY, 2003). Para Day (2003, p. 13).

A violência física é a mais frequente. Como a vítima é indefesa e está em desenvolvimento, o caráter disciplinador da conduta exercida pelo progenitor ou por quem o substitua é um aspecto bastante relevante, variando de uma “palmada”, a espancamentos e homicídios. Não há um consenso quanto aos métodos que se consideram violentos no processo educacional entre pais e filhos, embora mais recentemente, a tendência mundial é considerar violência qualquer modalidade ou ato disciplinar que atinja o corpo da criança ou adolescente. Em alguns países, a palmada é proibida por lei

No Brasil, está em tramitação desde o ano de 2010 um projeto de lei que proíbe qualquer tipo de castigo físico contra crianças e adolescentes, popularmente conhecido como

“Lei da Palmada¹⁷” (BRASIL, 2010a). Caso seja aprovado, fica proibido todo e qualquer castigo físico a crianças, inclusive a palmada. No caso de infração, são previstas penalidades como acompanhamento e orientação psicológica dos pais ou responsável envolvido. O assunto gerou grande polêmica na sociedade como um todo. Os pais se revoltaram contra o projeto de lei, justificando e prevendo o desvio e o comportamento delinquente dos filhos. Nem mesmo os especialistas sobre o assunto entraram em consenso sobre a viabilidade¹⁸.

Machado (2005), no município de Botucatu, trabalhando com uma amostra de 399 adolescentes, pertencentes a 320 famílias, constatou que 109 desses adolescentes sofreram algum tipo de violência no decorrer de suas vidas. Quanto ao tipo, predominou a violência verbal com 63,3% seguida da física com 27,5%. A casa apareceu como lugar onde mais se praticou violência, as meninas sendo as maiores vítimas com 51%, 46,8% dos quais por parte de algum membro da família. Os pais apareceram em primeiro lugar como os familiares que mais praticaram violência em 49,0%, predominando a agressão verbal em 64% dos casos, seguida da agressão física 28%, agressão verbal e física em 8%. O segundo lugar em violência praticada ficou com a família sem especificação do membro com nove casos 17,6%, predominando como tipos de violência praticados: a agressão física em 44,5% dos casos, seguida da agressão verbal 33,3%, e agressão verbal e física 22,2%. Em terceiro lugar, ficaram os irmãos, com 13,8% dos casos, sendo, nesse caso, a agressão verbal a forma mais praticada de violência em 71,4% dos casos, seguida da agressão física com 28,6%. Em quarto e quinto lugar, apareceu marido/ex-marido e outros parentes (MACHADO, 2005). Na realidade, todo esse processo e as demais pesquisas sobre o tema acabam pondo em cheque o ambiente familiar como lugar de refúgio e proteção de seus membros vulneráveis, devido aos laços afetivos, pelos quais estão envolvidos (DAY, 2003).

As falas de Leonarda (madrasta de Vinicius), pertencente ao grupo 0.1, revelaram que o jovem passou por sucessivas experiências de violência, desde o nascimento. A mãe biológica era usuária de drogas e ele foi fruto de um relacionamento “relâmpago” do esposo de Leonarda quando solteiro. Os cuidados para com o rapaz foram alternados entre vizinhos e a mãe biológica até os cinco anos de idade, época em que foi reconhecido como filho pelo pai biológico e veio morar com ele e a madrastra (Leonarda) em Botucatu. Antes morava em Sorocaba. A madrastra demonstrou ter bastante afeto pelo jovem. Foi dela a ideia

¹⁷ PROJETO DE LEI Nº 7.672/10 – do Poder Executivo – que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante”.

¹⁸ Tema foi destaque do Jornal Nacional em 14/07/2010. Matéria disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/07/projeto-de-lei-livra-criancas-de-palmadas-e-beliscoes.html>.

de trazê-lo para morar com família. No entanto, relata que a adaptação dele foi muito difícil, pois ela já tinha duas filhas e um filho e o jovem apresentava um comportamento sexual ativo, o qual ela atribui à convivência com a mãe biológica.

Day (2003, p.14) defende que

há uma tendência em subestimar os efeitos da violência doméstica contra a criança e o adolescente como menos sérios, acreditando que o impacto parece ser temporário e desaparecer no transcorrer do desenvolvimento infantil. O trauma infantil não deve ser desconsiderado por seus efeitos em longo prazo não serem evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema da infância. Mesmo que crianças vitimadas sejam retiradas de suas casas, os efeitos da experiência vivida repercutirão em toda sua vida.

Leonarda (madrasta de Vinícius): Ele dormia no mesmo quarto que a mãe dele, ele via a mãe tendo relação com o marido, aí ele chegou, ele era uma criança, eu não podia deixar ele sozinho com a minha menina porque ele ficava encenando essas coisas de sexo. (Grupo 0.1)

Embora alguns estudos apontem a relação entre violência doméstica e o envolvimento com atos infracionais, percebe-se que essa relação não foi muito significativa para os jovens da presente pesquisa, pois a violência doméstica perpassou todos os grupos e não influenciou diretamente na trajetória de vida de nenhum deles pertencente a um grupo específico. Por outro lado, essa situação demonstra a vulnerabilidade das famílias, as quais, ao lutar pela sobrevivência acabam deixando a educação dos filhos em segundo plano e perdem o controle sobre os mesmos. No estudo realizado por Assis (1999), em que foram investigados adolescentes infratores e irmãos/primos não infratores, observou-se que a violência doméstica foi relatada apenas pelos adolescentes infratores, diferentemente desta pesquisa. Assis (1999, p. 63) comentou a descoberta da seguinte forma,

Depreendemos que os atos violentos sofridos, quando não imediatamente respondidos com impulsos de vingança, são incorporados com conformismo, como se fossem algo que eles não pudessem escapar. Certamente, porém, o registro intrapsíquico está relacionado ao modo de encarar a vida e agir socialmente.

Todos os fatos relatados até aqui, como as condições de pobreza, precária formação profissional, a ausência da figura paterna, os conflitos interpessoais dos membros familiares e a ausência do diálogo e orientação, muitas vezes gerados pela necessidade de lutar para garantir a sobrevivência, mostram que as famílias dos jovens entrevistados são, em geral, vulneráveis e se defrontam com dificuldades das mais diversas ordens. Se relembremos a importância do controle e da ação direta e indireta da família sobre o jovem

em formação, como fatores que o protegem da delinquência, podemos constatar que há problemas no que se refere à capacidade da interação, afeto, supervisão e disciplina entre pais e filhos sujeitos da nossa pesquisa. É interessante observar que a jovem Eliana (Grupo 0.0) relatou satisfatoriamente o cuidado que os pais tinham com ela.

Eliana: Eles (os pais) nunca pegaram no meu pé. Por eu ser mais comportada, ser mais quietinha, pelo contrário, acho que eles pegavam mais no pé deles, do que no meu. Eles tinham cuidado comigo, por eu ser a única menina. Meus pais não me deixavam sair a noite, mas também nunca tive vontade, até hoje é assim. (Grupo 0.0)

Os jovens do Grupo 1.0 (Anderson, Alana e Ricardo) tiveram socialização parecida. Em geral, a educação deles foi baseada no diálogo, respeito e foi balanceada entre o pai e a mãe. O relacionamento familiar apresenta cuidado mútuo, preocupação e união. Chama atenção que esses três jovens pertenciam ao grupo que teve conflito na primeira pesquisa e deixou de ter na segunda. Nesse sentido, também não se pode afirmar que houve a relação com o fato de eles não terem sofrido violência doméstica, pois eles relataram o conflito na primeira pesquisa, época em que estavam na fase da adolescência, mas afirmaram não ter tido conflito. Por outro lado, pode ser que o relacionamento familiar tenha contribuído para a ressignificação do próprio comportamento por parte dos jovens, e que a interação e o vínculo passaram a ter sentido para esses jovens, a partir de um determinado momento de suas vidas. Ao contrário do demonstrado pelos outros jovens, esses tiveram a oportunidade de interagir com seus familiares, sendo inclusive orientados por eles sobre os caminhos socialmente aceitos. Os jovens deste grupo enxergavam os pais como autoridades e conseguiram estabelecer um relacionamento com eles.

Anderson: Sempre pegaram no pé, sempre dando conselho, incentivando mesmo para seguir o caminho certo. Meus amigos não tiveram a mesma sorte que eu tive, entendeu? Eu acho que foi o pai e mãe que me fizeram ser diferente dos amigos. (Grupo 1.0)

Alana: Eles são iguais na educação. Lógico! tem o balanço, minha mãe falando, ela é muito mais direta nas coisas. Meu pai é um bom entendedor, um bom ouvinte. Meu pai é mais passivo, compreende mais, tenta nos fazer entender, de uma forma mais fácil. Minha mãe assim dava os berros dela, mas na verdade nenhum dos dois levantou a mão para nós. (Grupo 1.0)

Solange (mãe de Alana): Eu falava e orientava tudo antes dela sair. Ela estava com os primos e tudo, mas lá dentro eu não tinha noção como era então aconselhava a não beber no copo dos outros. Ela só tomava água. Na verdade, ela não era de beber álcool. Alertava também a não pegar carona ou coisa assim. (Grupo 1.0)

Ricardo: Que eu falo para você, não tinha medo. Nós tínhamos respeito. Nós sempre tivemos um respeito por eles. Não precisou nunca ela bater. Nós respeitávamos quando ela falava, tanto eu quanto meus irmãos. (Grupo 1.0)

A socialização também é permeada pelo contexto social e histórico. Ao longo dos tempos, diferentes formas de socialização foram utilizadas pelas famílias. Nesta pesquisa foram encontrados dois diferentes tipos: o primeiro considerado mais tradicional com a imposição de agressões físicas e castigos severos e o segundo baseado no diálogo e nas orientações.

A família é considerada muitas vezes a principal instituição socializadora, responsável pela transmissão de conhecimentos. Porém, há questionamento sobre o melhor método de socializar, sendo a “transmissão” por vezes criticada diante de um cenário que privilegia a interação, negociação e diálogo entre pais e filhos. Os adeptos dessa teoria afirmam que os conflitos entre pais e filhos se dão justamente pela utilização da forma tradicional de educação baseada no autoritarismo. O fato é que há uma diversidade de formas de socialização e as famílias geralmente acabam optando pelas quais foram socializadas. Segundo Mannheim (1973, p. 75),

A eficácia de nosso ensino depende de como relacionamos as experiências novas com a bagagem de que o indivíduo já dispõe. Em última análise, o ensino ideal de um ser humano deverá levar em conta toda história vital do indivíduo e muitos fatores sociais que atuam no seu cotidiano. Tudo o que ensinamos, e, sobretudo, como o ensinamos, exerce um impacto na formação do caráter.

Os vínculos familiares

Apesar de todos os conflitos expostos ao longo das entrevistas, quando indagados sobre a pessoa na família com quem eles tinham mais vínculo, todos elegeram um membro em especial. De modo geral, a mãe foi o familiar mais apontado pelos jovens como referência de vínculo afetivo, seguido do pai, avó e irmãos.

As recordações envolvem desde os primeiros cuidados até os diálogos estabelecidos no decorrer do tempo. Ter convivido por mais tempo com essas pessoas proporcionou a construção mais intensa dos vínculos.

O que se confirma com os relatos é a maior participação das mulheres na educação das crianças pequenas, as quais, quando não têm a socialização garantida pelas mães, são transferidas para outras mulheres da família, como as avós, tias, entre outros e até mesmo, as mulheres contratadas por creches e escolinhas. Deste modo, afirma Rosemberg (1995, p. 174) que “o movimento mundial em prol da educação da criança pequena em coletividade indica um abalo na díade mãe-filho e reforça a díade criança-mulher”. Atribui essa causa à maneira de se pensar na sociedade que

por natureza, todas as mulheres, por uma condição biologicamente dada, teriam o dom, a habilidade de cuidar e educar crianças pequenas em grupo, sem o apoio em formação profissional específica, além da socialização informal para desempenhar a maternagem (ROSEMBERG, 1995, p.175).

A construção do vínculo com a mãe, por ser essa muitas vezes a figura mais presente na vida dos filhos, segundo Lasch (1991, p. 213), “é base e referência para construção da personalidade das crianças, muito mais significativa quanto mais vulneráveis forem as condições de vida das famílias”. Em estudo realizado com adolescentes infratores, Assis (1999, p. 52) conclui que,

Mesmo as mães que não trabalham, ou que tiveram ajuda do pai ou do padrasto, são vistas como provedoras em um sentido mais amplo, como aquela que dá afeto, que dá estrutura à família, que zela pelos filhos. É também uma espécie de freio no envolvimento com o crime, ou de constante referência ao certo ou errado.

Elieser: Vem na cabeça minha mãe, dando carinho para gente, levando para escola, trazendo, preocupada com a gente. (Grupo 1.0)

Anderson: Acho que pelo jeito assim de tratar de entender, mãe entende mais, pai já é mais bronca; mãe já é mais aquele negócio de conversar, pai já era mais bronca, conversava, não bronca de dar surra, mais esse tipo de coisa né? (Grupo 1.0)

Tales: Ah! Vínculo eu tenho com a minha mãe. Acho que porque eu convivi mais com ela. Meus pais eram separados, e eu passei a maior parte da minha infância e adolescência com ela. (Grupo 0.0)

Diany: Lembro-me do cuidado todo carinhos “não faça isso”! Ela nos deixava bem à vontade naquele quintal enorme. Acho que o carinho da avó também é um carinho todo delicado, é diferente. (Grupo 0.0)

Maurício: Como todas as pessoas têm suas qualidades e defeitos, para mim meu pai tem muita qualidade, pelo que ele construiu até hoje, trabalhando. (Grupo 0.1)

Celso: Família é a base que a gente tem. É onde a gente pode se apoiar. São as pessoas que gostam realmente da gente, são os amigos de verdade. Minha família discute muito, briga por pouca coisa, mas eu acho que todo mundo se gosta. Embora a gente não se entenda muito, quando o calo aperta a gente sabe onde procurar apoio. (Grupo 0.1)

Tanto Roberto (grupo 1.1) quanto Adilson (grupo 0.0), dos grupos que continuaram em conflito com a lei e permaneceram sem conflito, respectivamente, sofreram com a morte de um familiar querido. A fala de Roberto demonstra a tristeza e decepção pela morte do pai. Para Adilson, foram duas perdas trágicas. O assassinato dos dois irmãos deixou não somente o jovem, mas a família toda com traumas. Recordar as tragédias emocionou o jovem, que precisou de algum tempo para se recompor e voltar a narrar. Na verdade, um irmão assassinado de Adilson é um dos jovens que compôs o grupo de jovem em conflito com a lei nesta pesquisa.

Machado (2005) investigou a proximidade com a violência por meio de perdas de algum familiar, amigos, vizinhos devido a atos de violência, sendo significativo o número constatado. Dos 399, 112 adolescentes haviam passado por essa experiência. A forma mais referida foi o assassinato em 62,5% dos casos, seguido pelos acidentes de trânsito 13,4%, e o suicídio com 8,1%. Observa-se que os adolescentes perderam de forma violenta predominantemente o tio em 43,7%, seguido dos amigos/colegas com 39,3%, e de outros parentes com 9,0%.

Estudos indicam que crianças ou adolescentes que testemunharam algum tipo de violência estão propensas a reproduzir, quando adultos, relacionamentos disfuncionais com suas próprias famílias (DAY, 2003).

Roberto: Então eu encaro normalmente, só que dói, a gente tem sentimento, a gente ama, a gente era muito unido, era muito apegado com meu pai. Meu pai sempre foi um homem bom, carinhoso, dedicado à família (referindo-se à morte do pai). (Grupo 1.1)

Adilson (irmão de Denilson): Eu escutei barulho. Sai correndo. Minha mãe gritando lá fora. Olhei e vi ele no chão. Minha mãe ficou meio com medo de sair, ficou com a mão no rosto. Eu saí logo, fui rápido lá. Vi no chão. Cara! Foram dois tiros no rosto (momento de emoção). (Grupo 0.0)

Adilson (irmão de Denilson): Morreu assassinado também (referindo-se ao assassinato do outro irmão). Ele estava em uma moto, aí chegaram outros dois caras de moto. Eu sei que os dois estavam sem capacete. Aí chegaram e atiraram nas costas dele. Deram três tiros nele. (Grupo 0.0)

4.2 A adolescência

Inquietações e conflitos

A adolescência foi descrita pelos jovens e pelos pais como uma fase de inquietações e conflitos. Eles narraram a adolescência como uma fase em que as emoções estão afloradas, fator que propicia atitudes e ações impulsivas. É assim que eles justificam as rebeldias, as paixões fulminantes e até o individualismo. É momento também em que se formam os grupos de pares, ou seja, os grupos de identificação ou de referência.

Essa fase da adolescência, com mudanças biopsicossociais, foi considerada uma fase de vulnerabilidade na percepção dos jovens e dos seus pais, fato que se comprova em algumas narrativas, como a de Mara, mãe de Diana (grupo 1.1), que define essa fase como divisor de águas para a filha. Nos relatos de Maurício e de Celso (grupo 0.1), a adolescência também foi indicada como um período complexo em que os sentimentos e a agressividade estão à flor da pele. Conforme o relato desses jovens, a adolescência possibilitou a tomada de decisões e a realização de escolhas.

Adolescentes estudados por Assis (1999) iniciaram a trajetória de atos infracionais entre 06 e 16 anos, por práticas de infrações leves como roubo de objetos, relógios e bicicletas, assim como uso de drogas ilícitas, ações que foram sempre realizadas na companhia dos amigos. Assim também aconteceu em Botucatu entre os jovens estudados nesta pesquisa.

Maria (mãe de Diana): Quando ela fez 12 anos é que virou a cabeça. Já queria voar, queria ir em todos os bailes. Por exemplo: tinha um baile lá em São Manuel, ela chegava a ir escondido, tinha umas amiguinhas “espeloteadas” também essas umas assim, e a mãe é sempre a última a saber,

e pela boca dos outros. Aí você viu, sua filha estava lá em São Manuel em um baile. Mas com 12 anos! (Grupo 1.1)

Diana: Muda. Eu creio que muda. Porque hoje você se encanta com esse, amanhã passa aquele mais bonitinho que esse você não vai mais querer o outro (referindo-se às paixões da adolescência). (Grupo 1.1)

Maurício: Hoje eu estou com 23 anos, com 17, 18 anos eu era bem estourado. (Grupo 0.1)

Celso: Não sei dizer, eu acho que vai chegando na adolescência, rebeldia, aí você não quer saber de nada, só quer saber de você mesmo. (Grupo 0.1)

A escola foi um dos principais locais de sociabilidade apontadas pelos jovens. Aí puderam fazer novas amizades e conviver com diferentes pessoas e visões de mundo. A diversidade de interação propiciada pela escola, bem como a oportunidade de convivência com indivíduos da mesma idade, que comungam dos mesmos ideais, compartilham os mesmos gostos e interesses propiciaram aos jovens uma visão ampliada sobre a adolescência e o ambiente escolar, transformando assim seus comportamentos e impulsionando determinadas ações. Segundo Strauss (1999, p. 142), “a identidade pode manter-se relativamente imutável por consideráveis períodos de tempo quanto mais estável for o ambiente social”.

De acordo com as narrativas de dois jovens pertencentes ao grupo 1.1 e seus familiares, a escola foi o lugar em que eles deram início às primeiras infrações e/ou começaram a apresentar problemas com comportamentos agressivos. É interessante notar que os relatos de infrações foram feitos pelos jovens que continuaram em conflito. Percebeu-se também a relação feita por eles entre o ambiente escolar e a fase da adolescência, ou seja, ser adolescente, bem como, estar na escola interagindo com os amigos possibilitou para esses jovens a prática de infrações.

Diana: Quando eu tinha, acho que 12 para 13 anos, eu subi na caixa de água da escola e coloquei purgante na caixa de água. Eu coloquei corante também na caixa de água, mas nunca ninguém descobriu que era eu. Eu ia para escola de manhã, um descia, assobiava aqui, outro assobiava lá. Então só eu de menina no meio daquela molecada. Eles sabiam, tinha hora assim que ele falava (Diretor), deve ser a Diana, vai chamar ela na sala que deve ser ela. (Grupo 1.1)

Mara (mãe de Diana): Em dia de reunião da escola era aquela polêmica, porque um dia ela não obedecia, outro dia “cacetava” a amiga. (Grupo 1.1)

*Roberto: Depois dos meus 12, 13 anos que comecei a dar trabalho na escola. Quebrava, tacava fogo na escola. Porque na escola todo mundo tem umas turminhas, não é igual antigamente, que era mais unido... Daí, na época do recreio, ninguém ficava nos corredores da escola. Todo mundo saía para o pátio. Daí eu pensei: “vou colocar dentro do banheiro” **(referindo-se a bomba)**. Vai dar aquele estouro e todo mundo vai se assustar. Só que estourou o banheiro inteiro. Só sobrou uma coluna de pé. Deram suspensão para mim e tudo. Mandaram bilhete. Deu um rolo na época! **(risos)**. (Grupo 1.1)*

Vanderleia (mãe de Roberto): Quebrava as vidraças da escola. Nessa época chegou a destruir um banheiro com uma bomba caseira (risos). (Grupo 1.1)

Cleuza (mãe de Caio): Gostava. Ele era um menino bom de ir à escola, estudava, era obediente. Mas ele sempre brigava na escola, com diretor, tinha essas dificuldades Na escola, ele quebrou o braço de um menino com uma tijolada, o menino mexeu com ele no caminho. O pai dele foi na minha casa reclamar. Eu fui chamada na escola. (Grupo 1.1)

Rosana (mãe de Denílson): Estudou até a quarta série, ele abandonou. Um dia ele disse assim: “vou parar de ir à escola, lá a professora fica me enchendo o saco, vou dá uns tapa na cara dela” É isso que ele falava, ele não gostava mesmo de estudar. (Grupo 1.1)

Sob essa perspectiva, é importante salientar que os jovens estudados, especialmente os que continuaram a ter e os que passaram a ter o conflito, relataram poucas ou nenhuma interação significativa com seus cuidadores até a fase da adolescência.

É importante retomar, a partir deste ponto, do conceito de adolescência enquanto uma fase socialmente construída e a escolarização e qualificação profissional como desdobramentos dela. Nesse sentido, somente contemporaneamente esse período pode ser apontado como de vulnerabilidade e de transformações nas identidades. A questão a ser respondida é: como eram contidos os impulsos, as rebeldias e os desejos dos indivíduos antes da “construção da adolescência”?

Ao abordar a compartimentação da educação entre ensino formal e o mundo vivido, ou seja, a separação entre escola e o mundo (de um lado, a educação formal proposta

pelos currículos escolares, do outro, a educação ampliada ou educação informal) Mannheim (1973, p. 74), afirma que a escola também deve preparar a pessoa para se educar através da própria vida.

Deve-se igualmente a salutar influência da educação de adultos termos admitido o fato de que a educação deve prosseguir pela vida a fora, que a sociedade é um agente educativo, e que a educação na escola só é boa, quando, por múltiplas formas, incorpora a técnica educativa da vida. Doravante, a finalidade da escola não é apenas inculcar conhecimentos já prontos de antemão, mas habilitar-nos a aprender mais eficientemente através da própria vida.

Conforme foi observado nos relatos dos pais e dos próprios jovens, a idade dos doze e treze anos significa estar em vulnerabilidade e propensa a cometer atos infracionais. Agora, a associação dessa faixa etária à escola potencializou a vulnerabilidade dos jovens à prática infracional. É importante lembrar que esses jovens, além de terem indicado a idade e a escola como a fase e o local que propiciaram a infração, são os mesmos cujas mães relataram dificuldades na educação no período da infância, seja porque a mãe não se conformava com a situação de ficar incumbida dos cuidados, seja pela ausência da mãe que trabalhava fora e até mesmo pela dificuldade em exercer os cuidados e solicitando auxílio das irmãs, avós, entre outros. É importante lembrar que tanto mães dos jovens que cometeram atos infracionais quanto dos que não cometeram também trabalharam fora. Pode-se dizer assim que esses jovens já vinham experimentando uma situação de falta de controle por parte dos pais, descontinuidades na socialização que variaram entre avós, tias e primas, ao ponto em que a fase dos doze e treze anos, juntamente com a inclusão na escola, foi a “gota da água” para o exercício dos atos infracionais.

Ao contrário do grupo de jovens que continuaram em conflito, os jovens dos grupos 1.0 e 0.0 que ou deixaram de ter conflito ou permaneceram sem conflito, respectivamente, entre o período das duas pesquisas, recordaram a escola com um local de aprendizado e de responsabilidade, destacando em alguns relatos a preocupação com as notas e a disciplina.

O relato de Diany (grupo 0.0), mostra que sua vontade de estudar inclusive contrariava a opinião dos Diretores e colegas levando-a a continuar frequentando a escola até os últimos dias de sua gestação, fato que comprova que nem sempre a gravidez na adolescência induz ao abandono da escola, e que a evasão depende de um conjunto de fatores.

Diany: Ah! Foi gostoso. Eu sempre gostei de ir à escola, até hoje eu não sou de faltar. Mesmo na gestação, eu fui até um dia antes da minha filha nascer. O

povo me enchia o saco. Mesmo o diretor me enchia o saco. Falavam que ou eu ia ter minha filha dentro da escola ou no meio do caminho. A minha mãe também falava a mesma coisa, porque eu não quis tirar licença. Ela nasceu no sábado, eu fui até na quinta-feira para a escola. (Grupo 0.0)

Para Elieser e Alana (grupo 1.0), jovens que deixaram o conflito, a escola foi considerada um local de aprendizado em que eles valorizavam o contato com o professor, a participação ativa no processo de ensino aprendizagem o que também possibilitou o contato com os amigos e as brincadeiras.

Elieser: Amigos! Sempre tive bastante, tirava nota boa, tive sorte com professor, tinha uns chatos, mas também tinha professor legal. (Grupo 1.0)

Alana: Eu adorava as aulas de educação física, de brincar de bola, essas coisas, na época brincava muito na escola e estudava também, dos meus professores Eu adorava ler. A minha professora de pré-escola, ela vivia pedindo para eu ler. (Grupo 1.0)

O que diferenciou esses jovens dos que continuaram em conflito é a percepção e a interação no ambiente escolar. Enquanto os primeiros optaram pela interação com os professores e enxergaram o ambiente tal como é proposto e socialmente aceito, como cenário de preparação para construção profissional, os segundos o viram como possibilidade de realizar novas amizades e fortalecerem-se com atitudes e comportamentos inaceitáveis socialmente.

Observa-se, nos relatos de Eliana (grupo 0.0) e de Tales (grupo 0.0), uma preocupação em ser disciplinado e se diferenciar do comportamento inadequado dos colegas ou irmãos.

Eliana: Eu gostava de ir à escola. Às vezes faltava um pouco de interesse. Eram bagunças, nunca podia entender nada, a professora não podia dar aula, mas eu gostava. (Grupo 0.0)

Tales: Eu sempre fui o queridinho das professoras. Nunca aprontava, meu irmão era mais bagunceiro, eu já era mais sossegadinho assim. Eu aprontava, não fazia nada, ficava enchendo os moleques, eu repeti por causa disso ia à escola e não fazia nada. (Grupo 0.0)

A dinâmica dos vínculos familiares desses jovens também se diferenciou da do grupo que deixou de ter conflito (grupo 1.0), eles sempre tiveram a mesma pessoa como

referência nesse período. Já Alana (1.0) pode contar com a presença exclusiva da mãe em sua infância.

Os jovens Celso e Maurício do grupo 0.1 afirmaram categoricamente que ir à escola era uma obrigação para eles e que apenas o contato e a interação com os amigos motivavam a ida e permanência nesse ambiente. Na verdade, eles não se viam e não estavam no ambiente escolar como alunos, mas sim como amigos. Portanto, a escola era para eles local de diversão e não de aprendizagem. Apesar de reconhecer a importância da escola, “era uma obrigação”, como disse Maurício. Eles não a incorporaram, portanto na prática, sendo apenas um discurso que não se concretizou em ações. O significado de estudar para eles foi diferente do dos jovens pertencentes aos grupos ou que permaneceram sem conflito ou que deixaram de ter conflito.

Celso: Para eu ser bem sincero, só vou à escola por causa das pessoas que estão lá, meus amigos. (Grupo 0.1)

Maurício: Daí eu ia, mas era uma obrigação. Tinha que fazer, eu gostava de ir, mais pela convivência com os amigos, só por isso. (Grupo 0.1)

As experiências e vivências de determinadas situações não pressupõem a adesão. Saber da importância dos estudos para o futuro não determina o comportamento do indivíduo em sala de aula. A importância é dada diferentemente conforme a aprendizagem e experiências significativas que o indivíduo teve com o tema ao longo da vida.

Os membros de todo grupo experimentam, necessariamente, determinadas zonas de discordância conceitual e de falta de comunicação. Os grupos são constituídos de indivíduos que, no final das contas, trazem consigo para sua participação em atividades cooperativas, um corpo de símbolos derivado de suas afiliações a outros grupos (STRAUSS, 1999, p.153).

É importante ressaltar que o pai de Maurício, senhor Arlindo, afirmou em entrevista que o jovem veio para salvar o casamento, pois nessa época sua esposa solicitava o divórcio devido às inúmeras traições. O senhor Arlindo afirmou que, após o nascimento do filho, parou com as traições, mas sua esposa entrou em depressão e não construiu vínculo afetivo com o filho. Chama atenção que o jovem também denuncia a falta de vínculo em um momento da entrevista em que aponta uma vizinha, que foi responsável pela sua educação na época da infância, conforme já relatado anteriormente.

Dois jovens avaliaram a experiência de trocar de escola, de período ou mudar de série como fator de mudanças no seu modo de ver e viver a vida. Para Celso (grupo 0.1), essa experiência trouxe novas amizades. Além disso, possibilitou ao mesmo desenvolver-se

perante o grupo, desinibir-se e incorporar novas habilidades sociais. Vítor (Grupo 0.1) aproveitou a oportunidade de estudar à noite para sair com os amigos e beber nas festas realizadas por eles, tendo em vista que seus familiares costumavam controlar seus horários e amizades.

Celso: Quando eu troquei de escola que eu comecei a mudar mais. Eu fui para outra escola, conheci outro pessoal. Aí eu comecei a fazer mais amigos, comecei a conhecer bastante gente, digamos assim. (Grupo 0.1)

Leonarda (madrasta de Vítor): Quando ele começou ir à escola à noite ele começou a sair. Nós descobrimos que ele não ia à escola, saía de casa para ir, mas ia na casa dos amigos, faziam festa e bebiam bebida alcoólica. (Grupo 0.1)

Já, para Tales (grupo 0.0), significou queda no rendimento escolar para ter aceitação dos colegas, mas, ao contrário dos jovens Vítor e Celso, que passaram a ter conflito com a lei na segunda pesquisa, Tales permaneceu sem conflito com a lei, assim como na primeira pesquisa. Pode-se dizer que não foi simplesmente a troca de escola, mas as novas amizades que influenciaram no comportamento de Celso e Vítor. A interação com personagens diferentes e a incorporação e a necessidade de aceitação possibilitaram-lhes se mostrarem, se arriscarem.

Tales: Eu gostava, no ensino fundamental sempre tirava nota boa, depois no colegial eu dei uma desandada. Não sei, acho que por causa do colegial, acho que era pelo que eu queria ser, o garoto da escola, queria ser o queridinho, você querer fazer parte da turma...do pessoal que as meninas mais gostam, sabe? (Grupo 0.0)

Relembra-se que a trajetória de vida de Vinícius (grupo 0.1) foi marcada por agressões familiares, abandono, negligência por parte da mãe biológica e posteriormente por parte do pai, sendo que foi a madrasta a única pessoa que o acolheu e dispensou-lhe afeto e compreensão. Mesmo assim relatou que este não trouxe problemas e conflitos ao vir morar com sua família. Parece que a escola no período noturno e as novas amizades foram para o jovem uma oportunidade de continuar com o comportamento e atitudes incorporados.

Por outro lado, Celso (grupo 0.1) teve sua trajetória de vida conforme os padrões socialmente aceitos. Apesar de não ter conhecido o pai biológico e ser criado pela mãe e pelo padrasto, não apresentou problemas até o período da adolescência, fase esta em que iniciou novas amizades e passou a interagir mais com os pares. Esse processo ocorreu

quando houve a troca de escola, com a incorporação de novos atores em seu cotidiano. Essa transição, com a quebra das regras impostas e a passagem do limites socialmente aceitos para o comportamento divergente, foi descrito claramente pela mãe que se culpou por não ter percebido que o filho não estava “maduro” o suficiente para trilhar novos caminhos.

Josiane (mãe de Celso): Até os dezesseis anos era o meu filho. Era perfeito! Depois ficou com uns amigos, as amizades não eram boas. Lá da escola mesmo chegaram ao ponto, de um dia, chamarem a polícia para ele, porque ele virou cadeira, xingou a professora, a ameaçou, coisas assim que eu fiquei... Ficou bem agressivo. Acho que eu dei muita responsabilidade para ele, soltei, achando que ele estava maduro o suficiente para dizer: “eu sei cuidar de mim”. Eu acho que não estava na hora. Eu só vim a descobrir isso quando ele sofreu o acidente (referindo-se ao acidente de carro em que ele e os amigos estavam alcoolizados, que causou a morte da namorada de Celso). Daí eu vi que realmente eu tinha aberto muita a mão, que estava cobrando pouco dele e poderia ter exigido mais. (Grupo 0.1)

A mudança de ambiente vivenciada pelo jovem possibilitou novas interações e ampliou seu ciclo de amigos desencadeando assim, comportamentos reprovados pela mãe a qual questionou a maturidade do filho para ingressar nos novos ambientes. Por outro lado, se tivesse passado pelo mesmo processo e seu comportamento fosse aceito como normal, provavelmente estaria livre das críticas. A oportunidade de interagir com novos amigos transformou a identidade do jovem, que antes se intitulava como introvertido, caseiro, e de poucos amigos, para extrovertido, festeiro e com muitos amigos. O fato é que a mãe não conseguiu enxergar que além do status de filho, o jovem passou a exercer o status de amigo e companheiro de festas.

Segundo Strauss (1999, p. 115),

O movimento de passagem de um status para outro, bem como a frustração de ter de permanecer involuntariamente num status, determina as condições para a mudança e o desenvolvimento das identidades. É possível descrever pelo menos teoricamente as vidas de homens e mulheres como uma série de passagens de status.

Mensurar a capacidade de escolhas e as ações dos indivíduos é uma tarefa complexa e de difícil realização, uma vez que os momentos de aprendizagens e os significados dados por eles se diferenciam conforme as experiências adquiridas ao longo do tempo. Pode-se dizer assim que cada pessoa tem um momento para aprendizagem que não

está ligado à idade cronológica, mas sim ao contexto social e histórico vivido sempre em uma perspectiva dinâmica.

Mesmo quando ambas as partes estão fortemente comprometidas com o relacionamento, cada uma sendo para outra, outro altamente importante, é provável que os tempo dessa dinâmica seja considerado sutilmente dissonante e “fora do ritmo”. Isto é, uma vez que os sentidos da interação diferem para cada um em alguns ou em muitos aspectos, os realinhamentos do relacionamento e a captação de fases serão feitos num ritmo um tanto diferente para cada parceiro. (STRAUSS, 1999, p. 77)

A construção social e histórica da adolescência passa a ser o ponto crucial dessa discussão. Os indivíduos, que no decorrer da história passavam da infância para a fase adulta tendo o trabalho enquanto rito de passagem e concretização desta, foram interpelados pela adolescência que preconizou a escolarização como forma desejada para tal preparação. Desta forma, além da preparação propriamente dita, a escolarização possibilitou maior interação entre os indivíduos da mesma idade, sendo esse o principal fator de vulnerabilidade entre os adolescentes e não a fase da “adolescência” conforme vem sendo citada pela literatura.

A escola foi para alguns dos jovens a oportunidade de extravasar seu comportamento. Para aqueles que vieram de um ambiente familiar sem regras, com falta de controle, a escola e, mais especificamente os amigos, foram os ingredientes indispensáveis para a prática infracional. De acordo com as narrativas dos jovens, o que cativa na escola é o acolhimento dos amigos, o sentimento de pertencimento, o falar a mesma língua, o ser alguém para aquele determinado grupo. Afirma Lasch (1991, p. 222) que,

O grupo não faz apenas controlar o gosto, ele exhibe a sua própria versão da vida familiar ideal. Ele faz circular informações sobre as normas paternas geralmente em vigor, sobre as normas que são violadas impunemente, sobre aquilo que o mundo considera o modelo de paternidade. O domínio destas informações por parte da criança dá a ela uma vantagem tática importante nas negociações com seus pais. Se ela puder demonstrar que eles se afastaram dos padrões estabelecidos enfraquecerá ainda mais sua autoconfiança.

A insegurança na educação dos filhos evita qualquer tentativa de impor normas e valores. Segundo Lasch (1991, p. 222), “os pais evitam impor arbitrariamente os seus desejos às crianças, deixando claro, assim, que a autoridade só merece ser considerada válida quando se conforma à razão”.

As amizades

Os amigos foram peças fundamentais na trajetória de vida dos jovens, ao ponto de tomarem o primeiro lugar na lista de confiança e afetividade, fato este confirmado nos relatos de Diana (Grupo 1.1) e Celso (Grupo 0.1), os dois com experiência de conflito com a lei.

A afinidade com os meninos se deu, segundo Diana, em virtude de eles estarem na época na mesma faixa etária e residindo próximos. Mesmo sendo a única menina, ela foi aceita e tratada como igual pelo grupo. Inclusive foi rejeitada pelas outras meninas da escola que discriminavam seus gostos e comportamento. A intensidade da interação entre a jovem e o grupo foi indicada pelo tempo de convivência, “vinte e cinco horas por dia”, que resultou na construção de afetos: confiança e comunicação, entre identidade de grupo que se consolidou independentemente das diferenças de gênero.

Diana: Eu não tive amiga da minha idade, era só moleque. Eu cresci no meio dos moleques. Com dez anos, andava sem camisa pela rua jogando futebol. É porque na vila só tinha moleque. Aqui a maioria das meninas são colegas da minha irmã que tem dezenove anos. Mas amiga de vinte e quatro, vinte e cinco era só moleque, só menino. Eu ia para escola de manhã. Era só eu de menina no meio daquela molecada e as meninas não gostavam de mim porque eu andava com os moleques [...] Eu sempre me dei bem com todo mundo, mas eu tinha mais amizade de menino. Eu tinha mais amizades com meninos, me identificava mais com eles. Nós vivíamos 25 horas por dia juntos. Naquele dia, chamei eles: “estou grávida”. Sentamos na calçada para ler o teste juntos. (Grupo1.1)

Foi no momento de dificuldade que o jovem Celso (grupo 0.1) avaliou a importância do grupo de amigos na sua vida. O fato de eles se preocuparem com seus problemas significou o compartilhamento de sentimentos, o apoio para o enfrentamento da situação. Enfim, o sentimento de unidade, de consenso. Contudo, é importante lembrar que foi justamente esse grupo de amigos que estava com ele na ocasião de um acidente, momento em que sua namorada veio a falecer, em consequência da ingestão abusiva de álcool por todos que estavam no carro.

Celso Eduardo: Eles estão sempre se importando comigo. Há um tempo eu sofri um acidente, daí eu consegui perceber que eu tinha amigos de verdade. (Grupo 0.1)

A vida em grupo está organizada em torno da comunicação. A comunicação consiste não apenas na transmissão de ideias da mente de uma pessoa para a de outra, significa também sentidos compartilhados. “Compartilhando” quer dizer mais do que o emprego desses termos de forma suficientemente análoga para que as pessoas se entendam entre si; significa também que os termos derivam de uma ação comunitária e, por sua vez, permitem essa mesma ação (STRAUSS, 1999, p. 149-150).

A influência dos amigos no comportamento e pensamento dos jovens, sobretudo na fase da adolescência, foi outro ponto de destaque nas entrevistas dos jovens e dos seus pais. Os relatos sobre essa influência apareceram em todos os grupos, sem exceção.

De acordo com a fala de Rosana (mãe de Denilson e Adilson: grupos 1.1 e 0.0), há duas mudanças significativas que podem ter redirecionado a trajetória de vida do filho: a primeira foi a mudança para Botucatu e, posteriormente, as novas amizades. Fica claro, na fala dela, a associação entre a adolescência, “pegou os 13 anos”, com a mudança de Estado e cidade e a escolha das amizades. Essa família veio da Bahia para Botucatu em busca de melhores condições de vida, mas, segundo a senhora Rosana, o jovem Denilson apresentava comportamento diferente dos demais irmãos e dificuldade e agressividade na escola. Nessa época, ainda, a família vivia em precárias condições de vida. Apesar de a família de Dona Rosana ser de negros, percebe-se uma forma de preconceito racial em seu discurso no momento em que ela se refere aos amigos do filho.

Rosana (mãe de Denilson): As amizades eram as mesmas que a do irmão quando era pequeno. Mas, quando chegou aqui em Botucatu, que foi crescendo. Aí pegou seus 13 anos, juntou mais os outros que tinha aqui. A maioria era tudo preto. Eram todas essas amizades ruins. (Grupo 1.1)

A forma com que o grupo de amigos vê o mundo pode influenciar diretamente no comportamento e nas atitudes individuais dos jovens. Esse processo ficou nítido no relato dos três jovens do grupo 1.1, que tinham o comportamento e as atitudes da turma como ideal de convivência (Roberto, Diana e Caio).

Roberto: Só lembro aqueles amigos, porque influencia bastante. Tem aqueles que são bem comentados na escola, tem já um como é que se diz assim, “o boa pinta”. Então a pessoa sempre está querendo ali se aproximar da turma. Eu começava aprontar bastante. O pessoal, não sei, gosta disso. Adolescente gosta de ver o outro aprontando. Então eu recebia até apoio. Fiquei bastante famoso até na escola lá por causa dessas coisas. (Grupo 1.1)

Vanderleia (mãe de Roberto): Influenciou bastante, mesmo porque o comportamento dele na escola já não era aquelas coisas, as amizades meio incertas que ele estava tendo e tudo. (Grupo 1.1)

Diana: Não! É de ver outro fumar aqui, outro fumar ali, influencia. Por mais que a turma fala que não, mas influencia sim. Nunca usei droga pesada, sempre uma maconha, porque um pegava aqui, outro pegava ali, “vamos fumar hoje? “Dá uma bola aí? Dá uma bolinha aí. Não faz mal não só uma brisa”. Aí você acaba indo. Você querendo ou não, acaba indo. (Grupo 1.1)

Mara (mãe de Diana): A companhia das amigas. São umas piores que as outras. São “forrobodistas”, bagunceiras, bebem muito. Para mim são tudo “fuzarqueiras”. (Grupo 1.1)

Cleuza (mãe de Caio): Andava com má companhia, não gostava que saísse com determinados amigos. Ele ficava rebelde e me “xingava”. Dos onze anos para frente, ele já brincava com quem a gente não gostava. Nós falávamos: “esse tem cara de cafajeste”. Achávamos que alguns amigos dele não prestavam a partir daí que eu comecei enxergar as coisas assim. (Grupo 1.1)

A identidade do grupo e busca por pertencimento determinou alguns comportamentos dos jovens do grupo 1.1. Segundo Roberto, as infrações por ele praticadas significavam aprovação, admiração e respeito dos colegas.

As influências e os grupos de amigos dos jovens do grupo 0.1 (Maurício, Celso e Vinícius) foram parecidos com os do grupo 1.1. Esses dois grupos são marcados pela continuidade no conflito, ou a transição para o conflito, nesse período entre a primeira e a presente pesquisa.

Arlindo (pai de Maurício): Conheci. Ele trazia em casa e tal. Eram todos iguais a ele. Por exemplo, o dia que ele deu cavalo de pau com o carro, eu estava aqui, regando minha horta. Daí os amigos dele, uns cinco ou seis, perguntaram se ele estava aqui. Respondi que não. Eles retrucaram: “ele está aí sim”. Eu disse: “o que moleques? Estão me chamando de mentiroso? “Peguei um pedaço de pau e saí atrás deles, que vazaram”. (Grupo 0.1)

Celso: Acho que a amizade influencia sim, porque vai chegar um amigo seu, vai te oferecer, você pode até recusar no começo, mas aí depois, uma hora ou outra, você vai aceitar. Você acaba aceitando, para as pessoas te acharem

mais maneiro, coisa assim. Tem amigos meus que usam. Já me ofereceram. Eu até experimentei, mas foi pelo motivo de ir à onda dos amigos, para impressionar, sei lá, alguma coisa do tipo. (Grupo 0.1)

Leonarda (madrasta de Vinícius): Piorou muito, porque esse amigo roubava as coisas e mandava ele esconder aqui em casa, celular, essas coisas. Fiz de tudo para separar a amizade deles, mas não consegui. (Grupo 0.1)

Ao investigar adolescentes infratores e irmãos/primos não infratores, concluiu Assis (1999, p. 192) que,

A diferença mais flagrante entre os dois grupos refere-se à escolha das amizades. A quase totalidade dos irmãos e primos prefere amigos que não estejam ligados ao mundo infracional, comportamento inverso ao dos infratores. Alguns jovens disseram evitar o contato com os colegas do irmão e com os de infância, porque, durante uma batida policial poderiam ser vistos com eles e confundidos com traficantes. Procuravam se afastar e se distinguir dos jovens de sua comunidade, assim como selecionar os amigos entre não infratores.

É interessante notar que os familiares também tiveram a percepção da influência negativa que os amigos exerciam sobre os filhos. Entre os principais fatores de risco citados por Assis (1999) para o envolvimento dos jovens com o crime, foram citados: consumo de drogas, círculo de amigos, tipos de lazer, autoestima, posição entre irmãos, reconhecimento entre certo e o errado, falta de vínculo afetivo em relação à escola, ser vítima de violência dos pais. Entretanto, Assis (1999, p. 201) afirma que

existe uma rede de interligações antecedentes, representada pelas linhas entre as variáveis. Tomando-se, por exemplo, a relação familiar, constatou-se que esta facilita o envolvimento do adolescente com o uso de drogas, que, por sua vez, estimula a entrada para o mundo infracional.

Nesse sentido, pode-se dizer que os jovens pertencentes a esses dois grupos (que continuou em conflito/passou a ter conflito) ao não estabelecerem vínculo com seus familiares não tiveram oportunidade de estabelecer relações e aprendizados significativos no grupo de amigos sobre o socialmente aceito, que pudessem auxiliá-los futuramente na tomada de decisão e na difícil escolha entre o “certo” e o “errado”.

Ao retomar a trajetória de vida destes jovens, pode-se observar que os dois grupos apresentaram fragilidades em relação ao tempo de interação e aos vínculos estabelecidos. Para os jovens Denilson, o entrave se deu pela migração da Bahia para São Paulo. Diana, Maurício e Roberto foram prejudicados pelos conflitos familiares, traições, agressões físicas sofridas e vivenciadas, e para Caio e Celso foi a situação de emprego da mãe.

Ao abordar a formação de grupos, Strauss (1999) defende que este seria um processo mais simbólico do que físico. Sendo assim, as atividades giraram em torno de um sentido comum e a formação se daria por meio dos consensos formados dos quais podem surgir novas classificações conforme as experiências anteriores.

Quando os pais reconhecem a influência negativa dos amigos sobre o comportamento dos filhos, estão enfatizando a relação sob o olhar da interação simples, ou seja, pai-filho, e não percebem que o jovem, naquela interação, exerce o status de filho e, no grupo de amigos, exerce o status de amigo. Portanto, os jovens em questão também podem ser considerados como influências negativas pelos outros pais dos jovens do grupo.

A maneira de narrar a convivência com o grupo de amigos, realizada pelos jovens dos Grupos 1.0 (Anderson) e 0.0 (Adilson/ Tales/Diany), foi diferente da dos outros grupos. Eles elaboraram suas narrativas em formato de crítica ao comportamento dos amigos e já resignificaram os seus comportamentos e postura frente às influências dos amigos. É importante ressaltar que esses jovens pertenciam na atual pesquisa aos grupos que permaneceram sem conflito e ao que deixaram de ter conflito, respectivamente.

Na fala de Anderson (grupo 1.0), percebe-se que houve um momento crucial que o obrigou a parar e repensar sua vida, justamente porque ele tinha objetivo e projeto de vida diferente dos do grupo de amigos. Para Adilson (0.0), conviver com pessoas que têm o hábito de usar drogas significa correr o risco de ser julgado e rotulado como eles.

Anderson: A partir daí fui criando uma maturidade, você vê, pensa “o cara usando drogas, como vai ser o futuro dele?”. Eu não vou querer isso para mim. A melhor forma de se afastar é não ter convivência, não ter a companhia, uma forma de se afastar com respeito ao outro. (Grupo 1.1)

Adilson: Não. Os caras que nós andávamos pelo menos, os que nós saíamos não mexiam com essas coisas (drogas). De repente o cara é gente boa, amigo nosso, ajuda nós, mas ele usa, tem aquilo no bolso e está com a gente. Se pegarem ele, pega a gente também. (Grupo 0.0)

Tales: Tinha alguns amigos que eram bagunceiros, mas, a maioria era sossegado, igual a mim. Tinha a galera da igreja que nós estudávamos juntos na escola. Eu sempre ficava com eles. Tinha também o pessoal que eu jogava bola. Eu também ficava com esse pessoal do time e era considerado o máximo por eles. Até mesmo nos grupos de amigos que eu tinha, já tinham pessoas que eram bem perniciosas para esse lado de aprontar, de roubar. (Grupo 0.0)

Diany: Ah sim! Amigas usavam drogas. Já vi na minha frente. Até me ofereceram. Eu falei para elas curtirem, que eu ia ficar de boa. Eu, particularmente, nunca me vi usando. Eu acho que para curtir a vida, para você se divertir não precisa usar drogas ou encher a cara, dá para ser natural. (Grupo 0.0)

É interessante observar que os perfis do grupo de amigos dos jovens pertencentes aos quatro grupos estudados têm exatamente as mesmas características, mas a principal distinção entre eles está na capacidade de analisar criticamente os fatores positivos e negativos que essas amizades podem trazer para suas vidas, ou seja, redirecionar sua trajetória a partir das experiências vividas.

Outro fator que diferenciou estes grupos (jovens que continuaram sem conflito/jovens que deixaram de ter o conflito) dos outros (jovens que continuaram em conflito/jovens que passaram a ter o conflito), embora por pouco tempo, foi o maior tempo com os familiares e as relações estabelecidas, assim como o significado dessas para os mesmos. É importante lembrar que Anderson é filho único e que, a partir dos cinco anos de idade, passou a ter um contato mais próximo dos pais, mais especificamente da mãe. Adilson veio com a família do Estado da Bahia. Seu irmão (pertencente ao grupo de que continuou em conflito e tinha sido assassinado) estava na fase da adolescência nessa época da mudança de Estado e cidade. Mesmo quando residia na Bahia, não conviveu muito tempo com os pais, pois os dois trabalhavam.

O jovem Tales, apesar de ter presenciado a separação dos pais aos oito anos de idade, demonstrou nitidamente o afeto pela mãe. Outro fator importante na trajetória deste jovem foi a religião, a qual ele passou a frequentar entre nove e dez anos de idade. Na época da escola, teve oportunidade de interagir, por meio do jogo de futebol, com um grupo diferente do qual estava acostumado, demonstrando satisfação e aceitação do grupo, mas não poupando críticas a ele. Porém, também interagiu neste mesmo ambiente com os amigos que frequentavam a igreja e deixa claro que esses são com os quais tinha maior afinidade “a maioria era sossegado igual a mim”. Além disso, toda sua narrativa é pautada pela importância da família para sua formação. Os cuidados de Diany ficaram sob a responsabilidade da avó materna, pessoa pela qual ela nutre profundo sentimento de carinho e lembranças boas da infância.

A capacidade de analisar e distinguir o “certo” do “errado” conforme o que é ou não socialmente aceito foi mais perceptível nos jovens que vivenciaram e interagiram um

maior tempo com seus familiares, ou seja, cuidadores, pois a jovem Diany foi cuidada pela avó materna.

Diana: Por que hoje. Naquela época era curtidão! Hoje eu saio e a turma que estudou comigo hoje é formada. Hoje tem uma profissão, eu não tenho nada. A turma tem carro, moto, eu não tenho nada. A única coisa que eu tenho são meus filhos, só. (Grupo 1.1)

Tales: Olha! Da rapaziada que tinha tendência, a maioria que não está já foi preso. Têm alguns que já morreram assassinados. (Grupo 0.0)

A identificação com determinado grupo de amigos e a escolha ou não desses foi direcionada pelos valores adquiridos ao longo de suas trajetórias de vida. Observa-se que, em determinado momento da vida, os jovens de todos os grupos (Grupos 1.1/1.0/0.0/0.1), puderam interagir com grupo de amigos parecidos entre si. No entanto, eles realizaram escolhas e identificaram seus pares de acordo com seus valores e vivências adquiridas ao longo da vida. Segundo Strauss (1999, p. 65)

O mesmo objeto será classificado de modo diferente a partir de perspectivas diferentes; e são inesgotáveis as categorias nas quais ele pode ser colocado. Grupos diferentes de homens têm perspectivas características, de modo que nenhum deles nomeia objetos de forma idêntica nem possui sistemas de classificação exatamente equivalentes.

Apesar de todos os jovens estarem vivendo a mesma idade cronológica, uns se diferenciaram na forma com que concretizaram suas decisões e escolhas. Portanto, esses vivenciaram a fase tal qual é esperada socialmente: a de preparação e planejamento para o futuro (BOURDIEU, 1983).

Com o objetivo de perceber como foram as trajetórias de vida dos amigos dos jovens investigados, esses foram indagados sobre a trajetória de vida dos amigos. Observa-se que, em todos os grupos, há histórias de vida em que eles foram bem e mal sucedidos. A maioria dos relatos apontou que os malsucedidos foram presos ou mortos por envolvimento em situações ilegais.

Os amigos dos jovens Roberto e Caio (Grupo 1.1) trilharam o caminho ilegal e estavam, na época desta pesquisa, ou presos ou mortos. Chama atenção que os referidos jovens reconhecem as escolhas erradas feitas pelos amigos. Um deles inclusive se emocionou nesse momento da entrevista. É importante ressaltar que eles fazem parte do grupo que continuou em conflito com a lei. No caso de Diana, pertencente ao mesmo grupo, o processo foi inverso: o grupo de amigos trilhou o caminho socialmente aceito, obtendo êxito

profissional e pessoal e ela continuou em conflito com a lei. O rompimento com o grupo de amigos se deu no momento em que a jovem se casou com uma pessoa que não pertencia ao grupo. A dúvida que paira é: se ela continuasse no mesmo grupo teria tido uma trajetória diferente?

Roberto: Muitos amigos meus já morreram. Aprontaram muito. Um se suicidou o mês passado. Estava com depressão por causa de drogas. Muitos já morreram por causa disso. Morreu amigo meu adolescente. (Grupo 1.1)

Cleuza (mãe de Caio): Ah! Os amigos dele! Eu vou dizer bem a verdade: os amigos dele não prestam, não valem nada. São todos bandidos que usam drogas. (Grupo 1.1)

Alana e Anderson, que pertencem ao grupo que deixou o conflito com a lei, também se desvincularam dos amigos da infância e adolescência. Esses jovens apostaram na qualificação profissional. Na ocasião desta pesquisa, Alana já havia se graduado em Educação Física, já atuando na área, e Anderson cursava Administração de Empresas.

Dos dois grupos de amigos de Tales (grupo que continuou sem conflito), um, o que foi lembrado e criticado pelo jovem, teve a trajetória de vida marcada por prisões e assassinatos.

Alana: Tem uns que estão namorando. Tem um que eu fui madrinha de casamento. Na verdade, meus amigos são todos da faculdade. Da infância, eu não tenho nenhum contato mais. (Grupo 1.0)

Anderson: Eu acho que sou o único que está fazendo faculdade e trabalhando. Muitos estão presos. (Grupo 1.0)

Elieser: Estão casados e com filho. A maioria está com a família formada. (Grupo 1.0)

O uso e a proximidade com algum tipo de drogas lícita ou ilícita, fizeram parte da vida de alguns jovens. Destaca-se o uso de drogas ilícitas nas falas dos jovens dos Grupos 1.1 e 0.1, bem como a relação entre a situação deles, jovens que tiveram e continuaram em conflito com a lei (Grupo 1.1), e jovens que não tiveram e passaram a ter conflito (Grupo 0.1).

A trajetória de Roberto foi marcada pelo uso de drogas ilícitas. Por várias vezes, ele precisou ser hospitalizado para tratamento, conforme foi relatado por sua mãe. No momento da atual pesquisa, ele demonstrou arrependimento e sofrimento ao lembrar essa fase da vida.

Para Diana, o uso abusivo de drogas significou perda do respeito da família, rejeição. Para Caio, deu origem à agressividade.

Roberto: Ah! Eu já usei drogas, sei como que é. Já cheguei a cheirar, já cheguei a fumar craque, já cheguei a fazer muita coisa de errado nessa vida. Eu sei o que uma pessoa sofre naquilo. (Grupo 1.1)

Os jovens Maurício e Celso (grupo que passou a ter conflito) tiveram o uso de drogas relacionado a acidentes de trânsito. No caso de Maurício, foi esse o motivo do conflito com a lei após a primeira pesquisa.

Maurício: Bebia. Hoje eu não bebo mais. Entre os 19 e 20 anos, duas vezes dei perda total no álcool. (Grupo 0.1)

Celso: Eu tenho a banda, eu toco guitarra e nós fomos fazer um show lá no Recanto Azul. Aí, na volta, nós estávamos no carro, já estávamos alterados, tínhamos bebido álcool e acabamos batendo o carro. Foi grave, chegou a derrubar um poste de concreto, para você ter noção da força. E, nesse acidente, faleceu a menina que eu gostava. (Grupo 0.1) (Esse jovem relatou também que já havia experimentado maconha).

Entre os principais fatores de riscos que influenciam diretamente nos acidentes de trânsito estão: ser jovem; velocidade excessiva e o uso abusivo de álcool. Além desses, as características de personalidade do motorista como ansiedade, dificuldade de controlar a hostilidade, egocentrismo e intolerância à tensão também são apontadas como fator de risco em potencial (ARAÚJO, 2009).

Diana: Comecei a fumar, tinha 11 anos. Quando eu usava drogas, eu era desrespeitada em casa. (Grupo 1.1)

Cleuza (mãe de Caio): Usava drogas e eu já sabia. Ele mudou o comportamento, ficou mais agressivo. (Grupo 1.1)

Ao contrário dos grupos que “continuaram ou passaram a ter conflito”, nos grupos 1.0 e 0.0, que permaneceram/e deixaram de ter conflito, foi indicado o uso de drogas lícitas, sendo que uma jovem relatou usar moderadamente e outra já havia parado de fumar. Ao contrário de Roberto, o uso de álcool pela jovem Alana não acarretou em sérias consequências. Chama atenção que foram episódios específicos e um deles teve a função de comemoração do “último ano da faculdade”. É importante lembrar que a jovem também

teve a socialização pela família e o grupo de amigos com perfil diferente do dele. Já Diany comemorou o abandono do vício em tabaco.

Alana: Eu sempre bebi uma cervejinha, passar mal foi somente em dois episódios, no último ano de faculdade em um churrasco. (Grupo 1.0)

Diany: Já fumei! Graças a Deus hoje não fumo mais. (Grupo 0.0)

O Conflito com a Lei

O descobrimento da infração trouxe intenso sofrimento para a família. Percebeu-se, na fala de Dona Rosana (Grupo 1.1 e 0.0), as aflições pelas quais passou com os filhos, tanto no momento em que polícia foi procurá-los em casa e também ao perder dois filhos assassinados, sendo um deles vítima do envolvimento com o narcotráfico e com o mundo “fora da lei”.

Rosana (mãe de Denilson): Um dia, uma época, eu estava deitada, aí chegou o outro amigozinho dele e falou que a polícia tinha pegado ele, que eles iam vir atrás de mim, que ele era de menor. Quase todo dia mulher, quase todo dia a polícia vinha na minha porta, quase todo dia, a polícia vinha buscar ele. Eu pressenti esse, o Denilson. Quando aconteceu o caso dele foi em São Paulo, só soube aqui, a mulher ligou, mas esse aqui não (mostrando foto do outro filho assassinado). Foi na porta na outra casa ali. Vi tudo! Escutei os tiros e tudo. Só que eu não sabia que era com ele. Só percebi quando o outro entrou em casa correndo, estava com ele, daí eu me apavorei de tudo. (Grupo 1.1)

O sentimento de vergonha pela situação de ter um filho preso também esteve presente na fala de Cleuza (Grupo 1.1), a qual, na época, teve dificuldade em aceitar a situação e entrou em depressão.

Cleuza (mãe de Caio): Olha! Eu não lembro, mas me deu muito trabalho, de ir ao Fórum. Abalou muito, muito mesmo. Eu cheguei até entrar em depressão, porque eu não acreditava. Pela cara das pessoas, a vergonha que eu sentia de ter acontecido aquilo comigo: Jamais eu achava que um dia eu ia ter um filho preso. Uma história triste. Não gosto nem de falar nisso (se emociona). (Grupo 1.1)

O envolvimento com a lei por parte dos filhos influenciou diretamente na dinâmica familiar, especialmente no cotidiano das mães responsáveis diretas, ou únicas pelos

cuidados com os filhos. Essa situação gera dificuldade no relacionamento entre pais e filhos, devido à questão social e histórica do conflito com a lei. O fato é que esses pais, em sua época, não vivenciaram a adolescência tal qual se preconiza contemporaneamente com suas inquietações e conflitos, por isso se veem limitados e não aceitam a situação, que muitas vezes significa para eles ter fracassado na educação dos filhos.

Para Mara, mãe de Diana (grupo 1.1), as infrações da filha, além do sentimento de tristeza, trouxeram perdas materiais e conflitos familiares. Ela não esconde a decepção com o comportamento irresponsável da filha, que contribuiu para destruir seu carro, o qual ela tinha comprado com dificuldades. A própria jovem confirma a versão da mãe, quando diz ter brigado com um menino na escola na época em que estava grávida do filho. A gravidez e a maternidade não foram um fator de transformação e mudança de comportamento para ela.

Mara (mãe de Diana): Ela bateu um carro meu, com o filho dela pequeno atrás. Pegou a chave do carro escondida. Eu tinha um Escort, ela pegou a chave e saiu com o filho de um ano e uma amiga, sem carta de motorista. Ela só tinha 15 anos, bateu o carro, deu perda total. Eu sempre sonhei ter um carro para carregar todo mundo. Eu lutei, lutei, lutei muito para comprar um, juntei dinheiro para ela pôr tudo a perder. Os irmãos ficaram de mal com ela. Até hoje eles estão de mal com ela. Outro dia ela bateu em uma menina e foi chamada na polícia. (Grupo 1.1)

Diana: Como tinha futebol de menino, se o meu time da escola perdesse, eu que tinha que ir arrumar briga com o outro time, para molecada brigar. Sempre foi assim. (Grupo 1.1)

Para Vanderleia, mãe de Roberto (grupo 1.1), a suspeita sobre a alteração do comportamento do filho só foi comprovada nas últimas consequências, quando precisou de intervenção médica e no momento em que ela estava trabalhando no hospital como enfermeira plantonista. Apesar da convivência diária, não conseguiu perceber o envolvimento dele com as drogas. Precisou assim de uma orientação especializada.

Vanderleia (mãe de Roberto): Quando ele começou a pedir muito dinheiro aqui em casa. Era dinheiro que não acabava mais, o comportamento também estava diferente, o comportamento piorou.. Teve uma vez que um amigo meu estava de plantão no pronto-socorro. Daí ele me chamou no canto e disse “Estou achando que não é só bebida”. Depois disso, eu comecei a observar ainda mais, juntar as peças do quebra-cabeça e era mesmo: estava usando drogas. (Grupo 1.1)

Ao contrário dos outros jovens, os quais ainda continuaram em conflito, Anderson, (Grupo 1.0) ao narrar o momento do conflito com a lei, demonstrou-se surpreso ao perceber as consequências de sua atitude. Esse momento foi para Anderson um momento decisivo que o fez repensar sua ação e a dimensão desta para sua vida.

Anderson: Tinha uma das meninas da classe e ela sempre entregava alguém. Não sei se ela tinha alguma coisa contra alguém do fundão. Daí o professor fazia chamada pelo número, o dela era 40, o pessoal combinou que quando chegasse o número dela todos vaiavam. Foi tanto que ela começou a se incomodar, começou a perceber que era com ela. Daí ela foi até a delegacia da mulher, só que ela pegou o nome só do pessoal do fundão, dos que começaram mesmo. Eu até lembro: eram 10 pessoas. Nossa! O dia que chegou a intimação eu fiquei assustado. (Grupo 1.0)

Atualmente esses casos de insultos, pressões psicológicas, agressões físicas repetitivas e rótulos, de acordo com alguma característica física envolvendo adolescentes no ambiente escolar são classificados como *bullying*¹⁹.

Por definição, *bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Trata-se de comportamentos agressivos que ocorrem nas escolas e que são tradicionalmente admitidos como naturais, sendo habitualmente ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pelos pais (LOPES NETO, 2005, p. 02).

O dado social e histórico perpassa esse tema, tendo em vista a contemporaneidade dos estudos, a partir da década de 90, bem como da importância dada a esses comportamentos dos adolescentes na escola. Pode-se dizer então que, se fosse atualmente, o jovem teria praticado o *bullying*.

Alana, pertencente ao grupo 1.0, disse não se lembrar de ter praticado o conflito. Já Elieser negou ter praticado algum tipo de infração e Ricardo disse não se lembrar, ambos pertencentes ao grupo 1.0 que deixaram de ter conflito entre uma pesquisa e outra. Porém, em entrevista, Letícia, mãe de Ricardo, relatou o motivo do conflito com a lei por parte do filho.

¹⁹ A adoção universal do termo *bullying* foi decorrente da dificuldade em traduzí-lo para diversas línguas. Durante a realização da Conferência Internacional Online School Bullying and Violence, de maio a junho de 2005, ficou caracterizado que o amplo conceito dado à palavra *bullying* dificulta a identificação de um termo nativo correspondente em países como Alemanha, França, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros. (LOPES NETO, 2005, p. 2).

O conflito com a lei para esses jovens podem significar situações constrangedoras que quando suscitadas trazem constrangimentos.

Ricardo: Eu não lembro!

Letícia (mãe de Ricardo): Eu não sei exatamente o que aconteceu. Eu sei que os amigos dele foram em um sítio, abateram uma vaca, fizeram um churrasco e convidaram ele...risos. Na época, ele tinha menos que 16 anos. Ele foi intimado para depor, mas depois teve que passar por acompanhamento com psicóloga e assistente social. (referindo-se ao cumprimento de medida socioeducativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente). (Grupo 1.0)

Nas entrevistas com os familiares de Alana e Elieser, permaneceu a versão dos jovens. Interessante lembrar que na primeira pesquisa também não foi relatado o motivo do conflito, por parte destes jovens, somente houve a afirmação.

Elieser: Não tive conflito. Eu não passei por essa fase (Grupo 1.0)

Chama atenção o caso de dois familiares de jovens, Arlindo, pai de Maurício, e Leonarda, madrasta de Vinícius (Grupo 0.1), cujos filhos, na primeira pesquisa, compunham o grupo sem conflito com a lei, mas que, posteriormente, passaram a ter o conflito.

Esses casos põem em questão a certeza sobre o futuro e a linearidade da vida. Diante de todas as circunstâncias, complexidade e intensificação das relações, além das constantes transformações sociais, torna-se impossível determinar como será a vida de um indivíduo no futuro.

O futuro é incerto, em certo sentido é julgado, rotulado e conhecido depois que acontece. Isso significa que a ação humana deve necessariamente ser um tanto experimental e exploratória. Os fins e os meios podem ser reformulados em trânsito porque ocorrem resultados inesperados. O entregar-se, mesmo a um meio importante de vida ou ao destino, está sujeito a uma revisão em processo pelo menos até o cometimento final do autossacrifício. Revisão e reavaliação são importantes na admissão do erro (STRAUSS, 1999, p. 55/56)

O envolvimento de Maurício com a lei iniciou-se aos 20 anos, ou seja, ele já não era mais protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com a inimputabilidade penal. Observa-se, ainda, o conflito entre pai e filho, trazido pelo episódio, que, de acordo com a fala do pai, correu o risco de gerar uma tragédia em família.

Arlindo (pai de Maurício): Teve um dia que ele se embebedou e foi tirar racha com os amigos, usando o carro que eu dei de presente a ele. Foi pego pela

polícia que prendeu o carro e a carta dele. Eu fui falar alto com ele, sabe como é, sangue espanhol, daí ele não gostou e me enfrentou. Ele me chamou para briga! Isso bastou, se eu tivesse uma arma aqui em casa eu o matava. Foi sim. Já estava com 20 anos. Eu precisei pagar cesta básica para ele não ser preso e tal. Daí em diante ele até aprontava, mas maneirou um pouco. (Grupo 0.1)

O flagrante da infração de Vinícius, além de desencadear brigas, contribuiu para sua expulsão de casa, que voltou a conviver com a mãe biológica com a qual tinha vários conflitos e que já o tinha abandonado aos cinco anos de idade. Foi quando voltou a morar com a mãe biológica que se deram suas duas prisões. Na época desta pesquisa, ele se encontrava preso e não tinha nenhum contato com a família do pai e da madrasta.

Leonarda (madrasta de Vinícius): Meu esposo ficou desconfiado porque um dia ele estava dormindo aqui na sala e percebemos que parou uma moto na frente. Ele levantou e foi lá pegar droga e meu marido levantou também. Eles começaram a brigar. Eu fiquei muito nervosa e entrei no meio. Eu não gostava que eles brigassem. Daí meu marido foi chamar a polícia para ele. Eu o mandei fugir [...] E quando fez um ano, mais ou menos, que estava lá (em Sorocaba com a mãe), ele foi preso. Ele voltou a andar com más companhias, ficou foragido da polícia por um mês e foi preso novamente. (Grupo 0.1)

4.3 Ficando adultos

Namoro, casamento e filhos

De acordo com a literatura, os relacionamentos, namoro e casamento podem ou não ser um fator de proteção.

As histórias dos jovens que compõem o grupo 1.1 (Diana/Roberto e Caio) são parecidas, porém com algumas particularidades.

Para Diana (grupo 1.1), a gravidez aos 15 anos foi motivada pela curiosidade. Disse que a gestação serviu para rever seus comportamentos, mas se contradiz posteriormente, quando narra uma situação em que se envolveu em uma briga e estava grávida. Esse filho da época da adolescência sempre foi cuidado pela mãe da jovem, a qual, inclusive, tem a guarda legal da criança. A gravidez na adolescência trouxe para a jovem um novo status, o de mãe, com novas responsabilidades. Essa situação possibilitou algumas mudanças no comportamento percebidas e avaliadas por ela.

O casamento também se deu na adolescência, sendo esse um fator de risco para Diana, tendo em vista as constantes agressões sofridas por parte do marido que era usuário de drogas. A relação, que no início era tranqüila, decaiu com o decorrer do tempo, sobretudo, após ficar grávida.

Diana: Aí engravidei do namorado. Por curiosidade, engravidei, com quinze anos. Na escola, melhorei um pouquinho, já não arrumava mais tanta briga, porque eu tinha um filho, eu também não tinha tanto tempo mais. Eu levantava todo dia cinco horas da manhã, tirava leite para deixar para ele e ia para escola. Uma vez eu briguei com um menino na escola, estava grávida, tinha quinze anos. Estava com 18 anos quando conheci meu ex-marido. Foi aquele amor. Nossa! Acabei indo morar com ele. Passados cinco anos, eu engravidei da minha filha (Grupo 1.1)

A jovem relata com detalhes toda agressão sofrida. Mesmo grávida, ela não era poupada das agressões físicas e psicológicas e, ainda assim, insistiu em continuar no relacionamento. Além de desempenhar papel de mãe, era constantemente cobrada nos papéis de mulher e dona de casa. Em pouco tempo, a jovem teve sua vida transformada, desempenhando variados papéis.

Diana: Eu levantava de manhã, quando ele chegava do serviço a casa tinha que estar super limpa, as crianças tomadas banho, dentro do banheiro tinha que estar a toalha, chinelo, roupa e cueca. Ele me chamava de gorda, de horrorosa, de acabada. Fui agredida fisicamente. Fiz um monte de boletim de ocorrência, mas continuei com ele. Aí veio a primeira agressão física, de machucar mesmo, ele quebrou duas costelas, me machucou para caramba. Fiquei toda roxa, ele me batia sempre. Eu, grávida, cada dia mais gorda, com sete meses em casa tinha uma escada, ele me jogou da escada. (Grupo 1.1)

A primeira separação durou pouco tempo. Após uma recaída, engravidou do segundo filho (dessa relação) e voltaram a morar juntos. A partir desse momento, as agressões se intensificaram a ponto de ela perder o sentido da vida. Diante da situação insustentável, a jovem optou por outra separação. Na ocasião desta entrevista, fazia dois meses que ela havia se separado dele. Ela e os dois filhos acabaram voltando a morar com a mãe, a qual já estava criando seu outro filho, da época em que engravidara na adolescência. Na ocasião dessa entrevista, ela era arrimo de família, tendo em vista que seus pais também haviam se separado havia um mês. Algum tempo após a separação, ela continuou sofrendo agressão física por

parte do ex-marido, que tentava controlar suas amizades por meio de ameaças e agressões. Dá para perceber, no relato a seguir, o sentimento de posse que ele nutria por ela.

Diana: Teve um dia, que eu estava conversando com um amigo no portão, aí ele viu e nos ameaçou. Estava com os olhos esbugalhados de tanto usar drogas. Foi embora e voltou, catou o revólver, colocou na cara do rapaz e falou “vaza, eu não quero mais você rodeando a casa da minha mulher” E a gente já tinha se separado. (Grupo 1.1)

É importante ressaltar que, nessa ocasião, a jovem estava resguardada pelas medidas protetoras, previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), a qual “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

As medidas protetoras têm como base a proibição de determinadas condutas, entre as quais podem ser citadas algumas: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequência de determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

Deu para perceber que foi muito difícil para ela conceder a entrevista, pois relembrar o passado, não tão distante, e rever sua trajetória de vida naquele momento fora um castigo e uma afirmação de quanto ela fracassou. Durante a conversa, ela chorou muito e, a todo tempo, se colocava na posição de perdedora.

A jovem saiu da condição de “liderança” em que estava no grupo de amigos sendo essa uma relação comunitária na qual ela sobressaia e passou, com o casamento, para uma posição passiva de obediência e submissão ao marido. Esse processo foi analisado constantemente como uma perda. Afirma Strauss (1999, p. 105) que “uma verdadeira conversão significa a morte de antigos desejos. Uma recaída representa um fracasso em resistir à tentação, a recaída frequente resulta num retorno ao status anterior ou numa mudança para um outro diferente”.

Quando analisadas as entrevistas de Diana e sua mãe Mara, é possível perceber que a jovem acabou reproduzindo o modelo de casamento da mãe, a qual conta com detalhes as violências físicas e psicológicas que ela e os filhos sofreram por parte do marido. Fazia um mês que o esposo de Dona Mara tinha ido embora de casa na época da entrevista da atual pesquisa. Assim como a filha, ela se mostrou muito abalada com a situação. Disse que estavam passando por problemas financeiros e emocionais. Chorou ao recordar que o marido

nunca esteve presente na educação dos filhos. Disse que ele costumava cobrá-la por tudo que acontecia com eles, além de agredi-la fisicamente e aos filhos, traía a constantemente. Apesar de toda a situação exposta por Dona Mara, ficou difícil delimitar até que ponto o sentimento significava raiva das atitudes do esposo e até que ponto era tristeza por ele ter saído de casa.

Mara: Nossa! Ele me bateu a vida inteira, olha que ele nem bebia, se fosse uma pessoa que bebesse tinha matado a família inteira. E era muito nervoso, agitado. Uma palavrinha que eu falasse ele não gostava, já cacetava. Ele vinha de murros e socos no meu olho e na minha cabeça, ele é um bicho. (Grupo 1.1)

Cleuza, mãe de Caio, acredita que o comportamento do filho piorou depois que ele foi morar com a namorada, ao ponto de ele ir preso. Sua fala dá a entender que a moça não exercia o mesmo controle que ela sobre o jovem.

Cleuza (mãe de Caio): Quando ele estava comigo, até que me obedecia. Depois que ele foi morar junto com a namorada, piorou. Depois que ele conheceu a moça e foi morar sozinho daí que as coisas se complicaram, porque agora ele foi preso por droga, estava com má companhia. Ele estava envolvido com a namorada, foi morar com essa moça e desandou. (Grupo 1.1)

O jovem Roberto e sua esposa vivem na casa da mãe dele. Segundo Roberto, a esposa foi peça fundamental para sua mudança de comportamento. Contudo, sua mãe contradisse esses dados quando contou que não se relaciona bem com a nora porque acredita que ela seja má companhia para o filho, até mesmo porque eles já foram pegos usando drogas (Diário de Campo, p. 8).

Roberto: A mulher também me ajudou nisso (referindo-se a largar a vida noturna de baladas, bebidas e drogas). (Grupo 1.1)

O casamento para Elieser (grupo 1.0) foi motivo de conflitos e problemas trazidos pela separação. Na ocasião da atual pesquisa, ele estava separado da esposa, a qual vivia com a filha de seis anos na cidade de Curitiba. Percebemos que essa situação abalou psicologicamente o jovem ao ponto de o mesmo adoecer e precisar de tratamento de saúde mental. Apesar de pertencer ao grupo que deixou de ter conflito, Elieser apresentou sérias dificuldades em trilhar seu caminho. A separação estava sendo um fator de vulnerabilidade para o jovem o qual teve que se submeter à ajuda de especialistas. Deixar o conflito não significou sair do terreno da vulnerabilidade. A mãe de Elieser declarou veementemente a

influência negativa do casamento no comportamento do filho, que deixou de ir à igreja e passou a ingerir bebida alcoólica.

Para Ricardo, o casamento foi fator de proteção. Casou-se aos 19 anos com uma mulher que já tinha um filho de outro relacionamento, o qual era tratado sem nenhuma distinção com o filho biológico.

Elieser: foi cedo, bastante cedo, eu conheci ela aqui na vila mesmo, nós namorava, daí ela engravidou, nós acabamos indo morar junto, ficamos aí 6 anos, faz pouco tempo que eu sou separado dela. (Grupo 1.0)

Lucinda (mãe de Elieser): Depois que ele envolveu com essa moça começou a beber, depois que começou a namorar sabe? Eu queria que ele fosse para igreja. Ele ia depois não quis ir mais. Daí ele começou a beber, chegar tarde em casa. Ele parece um pouco mais triste assim, parece que é uma revolta. Não sei se é porque ele se arrependeu de ter casado mais cedo. Agora ele está doente, está com depressão. Melhorou um pouco, antes ele queria se matar. Eu tinha medo de sair para trabalhar e deixar ele aí. Chegou a bater o ônibus, talvez de nervoso. (Grupo 1.0)

Ricardo – Casei com 19 anos e minha mulher estava com 21 na época. (Grupo 1.0)

Para Maurício (grupo 0.1), o relacionamento atual foi um fator de proteção. De acordo com relato de seu pai, ele está apresentando mudanças positivas no comportamento desde que começou a namorar.

O jovem Tales casou-se aos 18 anos com uma moça que frequentava a mesma igreja e que fazia parte do seu círculo de amizades. Descreve o relacionamento de maneira planejada, correlacionando-o com a independência financeira.

Arlindo (pai de Maurício): Mas, eu acredito que ele está mudando, melhorou bastante devido à moça que está namorando agora. Ela é mais velha que ele. (Grupo 0.1)

Tiago: Conversávamos direto, fazíamos parte do mesmo grupo de amigos na igreja. Daí rolou o interesse, só que eu não trabalhava. Eu falei para ela assim como falava até para meu pai que ia trabalhar primeiro para eu poder ter uma namorada. Porque para sair, comer alguma coisa, comprar presentes, essas coisas, então eu queria um namoro sério pra fazer tudo certinho, não ficar

dependendo de ninguém. Deu certo com ela, estamos juntos até hoje (Casou-se aos 18 anos fazia, fazia cinco anos de casamento). (Grupo 0.0)

Conclui-se que os relacionamentos, namoro e casamento, foram, para alguns jovens, fator de proteção e para outros fatores de risco. Em comum, eles tiveram a idade de se casar, mas a diferença está na forma com que se deu essa experiência e na interação estabelecida.

A religião

Se, para alguns jovens, a religião foi um fator de proteção, para outros não teve tanta importância assim. Os relatos demonstram que, para determinados jovens, a espiritualidade foi mais significativa do que para outros. Roberto procurou a igreja para se livrar do vício das drogas, inclusive, chegou ao grau de Pastor. Afirmou que, nesse período, conseguiu encontrar bem-estar, mas também sofreu discriminações por causa de seu estilo de vida, então decidiu experimentar outras formas de espiritualidade.

Roberto: Foi na época que eu usava drogas. Resolvi procurar uma ajuda, fui para igreja, lá eu encontrei paz espiritual, fiquei um bom tempo frequentando e resolvi virar pastor. Ah! Eu sempre quis assim procurar uma paz teve uma época. Eu ia para a igreja, só que meu estilo incomodava as pessoas, sentia discriminação. Daí teve uma época eu virei anti-Cristo, eu chegava em uma igreja com esse negócio, o pessoal não gostava de mim, achava que eu ia jogar praga, ia derrubar o templo. Daí eu fui procurando, pesquisando, até que cheguei ao ocultismo, através disso e aí abandonei a igreja. (Grupo 1.1)

Para os jovens Eliana e Tales (grupo 0.0), a religião praticada desde a infância por influência da família e de amigos teve significado de amadurecimento. Roberto, ao contrário, procurou a religião nos momentos de crise e dificuldade. Todos continuam frequentando a igreja, sendo que Tales afirma enfaticamente que não pretende deixá-la.

Eliana: Assim, foi em uma fase que eu tinha acabado de perder meu irmão (estava com leucemia e faleceu aos 17 anos). Era mais velho do que eu. Acabei amadurecendo mais. Eu acho que foi uma grande mudança na minha vida quando eu virei evangélica. (Grupo 0.0)

Tales: Olha! Já com meus nove, dez anos, eu comecei a ir para igreja, já comecei a gostar. De repente, já estava cantando no grupo de crianças e aí eu

fiz parte do grupo dos adolescentes, passei para os jovens. Hoje eu conduzo o grupo de jovens de música da igreja. Eu não pretendo largar a igreja de jeito nenhum. Eu toco. Sou baterista. Nós gravamos um CD. (Grupo 0.0)

Ressignificando o passado e planejando o futuro

Em um dado momento da pesquisa, os jovens foram indagados sobre sua história de vida e a possibilidade de voltarem ao passado e mudarem algum acontecimento. Posteriormente eles deveriam falar sobre as expectativas para o futuro.

Os jovens que compõem o Grupo 1.1 demonstraram mais dificuldade para falar sobre o passado. Algumas recordações foram para eles motivos de vergonha, pois significa reconhecer os próprios erros e os fracassos da história vivida.

Maurício: Vejo muita coisa de errado. Porque com certa idade a gente não consegue entender que uma coisa está errada. Construir uma família, casar, ter filhos. (Grupo 0.1)

Celso: Eu deixei de fumar, de me envolver com a molecada do bairro que não era das melhores... (lembrando a época em que ficava mais em casa). Não sei! Eu não faço mais tanta questão de fazer uma faculdade. Eu gostaria de estar com uma profissão estável. Ter uma moradia, talvez com mulher ou filho. Bom, ter um lugar para morar, ter uma profissão que eu goste de exercer, talvez estiver com a minha banda, ou outra, quero estar tocando. (Grupo 0.1).

Para Roberto, grupo 1.1, o sofrimento serviu como aprendizado, sendo que planeja para o futuro realizar um grande projeto, deixar uma marca pessoal.

Roberto: Eu fiquei quase dois anos aprontando e esses dois anos parece que duraram uma vida inteira. Nesse período, eu aprendi muito na vida. A gente aprende bastante, principalmente com o sofrimento. As pessoas conseguem ficar mais firmes, mais fortes. Nem sempre tudo o que a gente quer a gente consegue, eu descobri bastante. Eu não faço mais planos futuros. Eu aprendi a não fazer planos futuros, porque eu não sei o que pode acontecer comigo no próximo minuto, na próxima hora, não sei se eu vou viver mais um dia ou não. Mas eu penso em deixar uma marca conhecida, por um ato bom, não ser lembrado como um terrorista, um homem mau, e sim como um homem bom. (Grupo 1.1)

Recordar as atitudes impensadas é motivo de vergonha e frustração para a jovem Diana do grupo 1.1. Tais sentimentos a impedem de sonhar e planejar o futuro. Percebe-se, em sua narrativa, uma frustração por não ser mais a pessoa de referência para os amigos como antigamente. Apresenta dificuldades em aceitar o presente e se ressentido ao lembrar que hoje é uma pessoa “comum”, pois todos os seus amigos e irmãos conseguiram trilhar caminhos diferentes, ou seja, caminhos socialmente aceitos para alcançar os objetivos. Ela ainda se compara aos irmãos, não consegue se conformar com o sucesso deles e o insucesso dela, se declara a “ovelha negra” da casa e finaliza dizendo que não tem forças nem para sonhar.

Em certo sentido, um ato realizado nunca é terminado, a menos que seja totalmente esquecido. Evidentemente, a maioria dos atos são esquecidos, mas a própria possibilidade de rememorá-los permite a reavaliação, a qual pode ser totalmente involuntária, porque no processo de rememoração estão implícitas a seletividade e uma reconstrução do acontecimento real; alguns aspectos da ação rememorada são descartados ou negligenciados, outros são enfatizados (STRAUSS, 1999, p. 50).

Diana: Eu não tinha essa cabeça, veja meus irmãos. Eu tenho um irmão super inteligente, ele passou em segundo lugar no Barro Branco. Ele é orgulho da minha mãe. O meu irmão mais velho tem 30 anos, mora na Avenida Paulista. Têm um apartamento lá. Ele é Diretor Geral da Telefônica. Ele, com vinte e três anos, foi embora para São Paulo, sem nada, sem estudar. Hoje ele é professor de uma faculdade. Ele está fazendo doutorado, ele está superbem. Eu sempre fui a ovelha negra da casa. Meu irmão sempre estudioso, eu sempre aprontando, na escola. Misericórdia! Porque eu sempre aprontei demais, coisas que meus irmãos nunca fizeram nada. Hoje é meio difícil sonhar, eu não gosto muito de falar (Diana se emociona). Hoje eu tenho que trabalhar, limpar a minha casa (Grupo 1.1)

Embora Diana reconheça a diferença dos caminhos trilhados pelos amigos, aceitando os objetivos e os meios para alcançá-los, ela, apesar de ter incorporado o discurso da sociedade sobre os comportamentos e normas aceitáveis, ainda não se conforma com o fato de não estar em evidência, de não ser mais a pessoa admirada pelo grupo. O fato de ela ter se distanciado do grupo de amigos aos 18 anos para se casar pode ser um dos motivos pelo qual trilhou caminhos diferentes. Porém, como já foi relatado anteriormente, o casamento não foi para ela uma boa opção tendo em vista os sofrimentos vividos.

A afeição pelo grupo ao qual pertenceu na adolescência, aflorou em Diana (Grupo 1.1) o sentimento de nostalgia. Mancuso (1998, p. 29) afirma que “a morte dos amigos da mesma geração, que compartilharam de experiências e sentimentos comuns, é um pouco a morte daqueles que sobrevivem e a sensação da morte de um mundo e de um tempo”. Neste contexto, a morte significou para a jovem o afastamento do grupo.

Diana: Olha! Tem hora que penso nas conversas das meninas, daquela época, não acredito que eu passei por tudo isso. Não dá pra acreditar, porque antes, eu era a tal agora eu sou um lixo, não sou nada (chora nesse momento). Hoje o que eu ganho dá para viver, mas o custo de vida está muito caro, antes eu não tinha noção disso, antes eu queria só curtidão, mas hoje. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje há uns nove, dez anos atrás, minha vida seria totalmente diferente do que é hoje. Hoje estaria de carro, moto, uma faculdade. De tudo o que eu fiz na hora foi prazeroso, hoje não me faz bem. Hoje para mim nada me faz bem (nesse momento chora).

A jovem reconhece ainda o poder de destaque adquiridos pelos irmãos com a escolarização. A escola é o meio socialmente aceito para os jovens que querem se destacar perante a sociedade. Para Bourdieu (1983, p. 115) “a escola não é simplesmente um lugar onde se aprendem coisas, saberes, técnicas, é também uma instituição que concede títulos, isto é, direitos, e ao mesmo tempo confere aspirações”.

Outro fator importante na fala da jovem é a busca pelo estatuto de adulto, o qual é conferido pela independência socioeconômica e aquisição de bens materiais. Ainda segundo Bourdieu (1983, p. 115),

Uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar cedo é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um “homem”.

Além disso, pela autoavaliação a jovem demonstra o desenvolvimento e a ressignificação do passado, lamentando-se, sobre seu comportamento e escolhas erradas. As novas experiências lhe permitiram criticar o passado e incorporar novos conceitos que lhe foram sendo acrescentados, contrapondo assim a idade biológica da cronológica, ou seja, está vivenciando nos seus 24 anos as experiências e expectativas esperadas dela na fase dos 15 aos 20 anos.

Ao contrário do grupo que continuou em conflito (Grupo 1.1) e do que passou a ter conflito (Grupo 0.1), os jovens que deixaram de ter conflito (Grupo 1.0) e os que permaneceram sem conflito (Grupo 0.0) narraram suas recordações ressignificando seu passado. Eles fizeram uma comparação entre o pensamento e a visão de mundo no decorrer da história e atualmente. Eles avaliaram que estão mais preparados para a vida e possuem planos mais direcionados para o futuro.

Assim como no grupo 1.0, os jovens do grupo 0.0 trouxeram planos concretos para o futuro. Percebe-se, em suas falas, que, após reavaliarem o passado, eles estão investindo e construindo um novo projeto de vida, pessoal e profissional.

Os jovens Alana, Anderson (Grupo 1.0) e Diany (Grupo 0.0) tiveram a oportunidade de vivenciar outras realidades, interagiram com pessoas diferentes do círculo de amizades da infância às quais estavam acostumados. Essa possibilidade de interação com pessoas que pensam diferente pode acrescentar aos indivíduos novos conceitos, novas visões de mundo. Afirma Strauss (1999, p. 47) que

Uma vez que a pessoa está limitada a participar de um número relativamente pequeno de grupos, suas concepções de realizações ou valores são igualmente limitadas. Essa possibilidade de alterar o espectro de visão de uma pessoa aumenta com a participação estreita em grupos compostos de pessoas tão diferentes dela mesma quanto possível. Se alguém se associa apenas com seus pares tem menos chances de uma mudança conceitual radical, apesar de inevitável divisão e dissidência em subgrupos, porque é sempre possível que os concorrentes sejam realmente muito parecidos.

Diany: Terminar minha faculdade. Conseguir vencer esse obstáculo, pois tem tanta gente que acaba desistindo porque não pode pagar. Ah! E depois de formar conseguir achar um emprego na área. Isso é importante. Eu quero me empenhar o máximo, para que futuramente eu possa ser uma boa Assistente Social, se Deus quiser. Ah! Sim. Eu acho que depois que você tem filhos, você até acaba dispersando de baladas. Não que você não deixe de ir, mas acaba sendo diferente, porque você passa a ter uma responsabilidade maior. (Grupo 0.0)

Para Alana, a incorporação do planejamento de suas ações foi o diferencial. Percebe-se que, a partir do momento em que começou a planejar suas ações, sua vida se diferenciou. A família para a jovem também se destacou enquanto fator de proteção. Ficou explícita em sua narrativa o vínculo afetivo construído com a família.

Alana: Hoje sou mais sossegada, mas antes, era de sexta a domingo, assim (referindo-se às baladas que ia). Naquela época, nós saíamos e não tínhamos as intenções que temos hoje em dia. Agora é tudo planejado, quando você é mais jovem, tudo é novidade, tudo é festa. Sou feliz! A minha família é muito feliz, entendeu? Sempre tive tudo, meu pai conseguiu dar tudo para nós, conseguiu construir uma família linda. Então, sabe, não tenho o que mudar de verdade. (Grupo 1.0)

Anderson separou sua vida em duas fases: caracterizados pela não preocupação com o futuro, mas sim, com viver o presente, e o planejamento do futuro.

Anderson: Olhando para pessoas que conviveram comigo até agora, eu me vejo como um cara privilegiado. Acho que a fase ruim eu já passei. A fase do experimenta. Hoje está tudo mais consolidado, estou sempre buscando o melhor, o futuro é uma incerteza, construir uma família, mas, para ser sincero, não tenho planos, nada estipulado, trabalho eu estou buscando, estou estudando para ter uma vida melhor. É isso. Seja o que Deus quiser. (Grupo 1.0)

Tanto em sua narrativa quanto na da Alana foi possível observar a percepção e clareza sobre as transformações ocorridas.

Alana: Então, agora estou esperançosa com a entrega do apartamento, vão entregar agora em dois mil e onze, no início do ano. Daí é só montar, da forma que eu quero e, teoricamente, o casamento sai depois. Depois de um ano ter o primeiro filho, a ansiedade de ser mãe está crescendo, a cada dia que passa. Não tem nem como avaliar ou planejar muito. Você deixa acontecer. Com o passar do tempo você passa a ter um objetivo, um plano de vida. Aí muda tudo, você trabalha para isso, igual, nós estamos trabalhando juntos para ter o nosso filho. (Grupo 1.0)

Tales, em sua fala, realiza uma crítica ao modelo de família em que foi educado. Diante disso, disse que sua família será constituída de forma diferente.

Tales: Eu procuro fazer assim tudo diferente daquilo que eu vivi que presenciei com meus pais. Então é evitar brigas. Separação jamais! E o motivo de separação dos meus pais foi adultério. Isso nem passa pela minha cabeça. E com os meus filhos, pretendo tratar com amor, conversar e não impor a autoridade de uma forma agressiva. Educar bem, levar na igreja também.

Outra coisa que eu mudaria, era levar a sério os meus estudos, na época do meu ensino médio e tal, porque eu levei bonitinho só até a oitava série. Todos os meus amigos que a gente considerava CDF, os caras estão muito bem hoje. Alguns estão fazendo a segunda faculdade, um é concursado, o outro já tem casa, tem carro. (Grupo 0.0)

Por várias vezes, ele aponta a família como instituição responsável pela trajetória de vida dos filhos. A visão sobre o processo em que construiu sua história de vida individual e familiar lhe permitiu desejar uma maneira diferente de vivenciar as relações familiares.

Tales: Eu acho que o berço de tudo é a família. É onde você constrói a base que precisa para dar o pontapé inicial na sua vida, a educação, boas maneiras, o jeito de falar com as pessoas. Se é uma pessoa educada, se é uma pessoa tranquila, é estudar ou não estudar, trabalhar, tudo é a família. Eles cresceram em um lar de pais que bebia e fumava, o pessoal que foi para esse lado, tinha tudo o lar desestruturado. (Grupo 0.0)

O jovem utilizou suas experiências passadas para viver o presente e planejar o futuro. Para Strauss (1999, p.49), “Independente da maneira pela qual o vocabulário de uma dada sociedade divide e ordena o fluxo do tempo, o passado e o futuro incidem sobre a ação do presente e influenciam-na”. Ainda segundo o autor,

a experiência humana do tempo é uma experiência de processo: o presente é sempre um vir a ser, está sempre chegando, à medida que o futuro se aproxima de nós, ou está sempre indo embora à medida que a ação do presente reflui no passado (STRAUSS, 1999, p. 49).

Tales: No plano familiar, eu quero ter uma família, ter meus filhos e tal. Eu quero dar o máximo de estabilidade para minha esposa, para os filhos que vierem e tal. Eu cresci assim com muita dificuldade, porque meu pai e minha mãe não tinham dinheiro. Eu quero passar segurança para minha família, passar essa estabilidade, esse conforto, ter um carro, poder passear, poder levar em um shopping, poder viajar. (Grupo 0.0)

As transformações no modo de pensar e agir são um processo inacabado, o qual ocorre diferentemente entre os indivíduos. Ao relembrar o passado, os jovens realizaram uma avaliação deste, chamando atenção para o processo inacabado de suas trajetórias de vida, bem como as incertezas do futuro. “A reavaliação, embora intermitente, aponta para o caráter

inacabado, nunca concluído de cada vida individual; e isso suscita considerações teóricas que giram em torno da consecução e da perda de autodomínio, de compromisso com valores”. (STRAUSS, 1999, p. 47).

Contudo, a forma com que cada indivíduo ressignifica suas experiências vividas depende da noção e do significado destas para ele, portanto, a transformação do comportamento e as novas classificações também são diferentes para cada pessoa e se dão conforme as noções e conceitos prévios adquiridos anteriormente. Enfim, uma aprendizagem pode ter sido significativa para uma pessoa e para a outra não, pois esse processo depende das concepções e desenvolvimento de cada uma, ou seja, pode ser que uma esteja mais desenvolvida que a outra.

As recordações dos jovens remetem a intrínseca ligação entre memória e identidade. Observou-se que todos os jovens, sem exceção, trouxeram em suas narrativas episódios e momentos compartilhados coletivamente e que para eles foram significativos, deixando claro qual era o seu grupo de referência.

As trajetórias de vida dos jovens foram marcadas por diferentes vivências e realidades. Embora algumas fases tenham sido semelhantes, a maneira com que cada jovem as experimentou e significou foi diferente. Sendo assim, acontecimentos que podem ter sido fator de proteção para um jovem, não necessariamente foram para o outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que a princípio era para investigar e comparar as trajetórias de vida de dois grupos de jovens investigados em pesquisa anterior – um que relatou ter tido conflito com a lei e outro que não o relatou – tornou-se uma investigação sobre quatro diferentes grupos: um que havia relatado conflito e continuou a afirmá-lo; um que havia relatado conflito e o deixou de ter; um que não o havia relatado e permaneceu sem fazê-lo e um que não o havia relatado e passou a fazê-lo, demonstrando assim a dinâmica da vida e as incertezas sobre o futuro.

Do ponto de vista das relações familiares, todos os jovens apontaram uma pessoa na família com a qual possuem interação intensa e forte vínculo afetivo. O grupo de amigos também se configurou como peça fundamental na trajetória de vida dos jovens pertencentes a esses grupos. Percebeu-se, embora com pouca diferença, que os jovens que deixaram de ter conflito (grupo 1.0) e os que permaneceram sem conflito (grupo 0.0) tiveram maior tempo de convivência com os responsáveis pela socialização, ao contrário dos que continuaram em conflito (grupo 1.1) e os que passaram a tê-lo (grupo 0.1), os quais foram submetidos à descontinuidade de socialização que variou entre avós, tias, primas e irmãos.

A família se mostrou, assim, como instituição significativa na trajetória de vida de todos os jovens entrevistados. Portanto, a crise cultural que afeta significativamente os valores, em consequência das rápidas e constantes transformações sociais pelas quais vem passando a sociedade contemporânea desde a revolução industrial, repercute no cotidiano dos jovens e de seus familiares. Um exemplo da influência dessas transformações nas relações familiares é a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sendo que esse processo possibilitou às mesmas incorporar e exercer novos papéis, além do papel de mãe, tais como trabalhadora, esposa e dona de casa. Os questionamentos por parte dos jovens e de suas mães sobre o papel do pai enquanto agente de socialização também demonstra a questão social e histórica que permeia essas relações.

Observou-se também que, no mesmo ambiente familiar, a forma de socialização se deu de maneira diferente com os diferentes filhos. Conclui-se então que, assim como os jovens, os pais também vivenciam momentos diferentes com os passar dos anos. Portanto, em uma mesma família, a socialização nunca é realizada da mesma maneira para todos os filhos, pois, assim como os filhos, os pais também, com o passar do tempo, mudam de identidade e afirmam novos valores.

O grupo de amigos como referência para determinados comportamentos orientou disposições diferentes entre os jovens. Enquanto os jovens dos grupos 1.1 e 0.1 (continuaram em conflito e passaram a tê-lo) aceitaram sem críticas os amigos e suas condições para permanecer no grupo, independentemente dos rótulos e das consequências dessas escolhas, os jovens dos grupos 0.0 e 1.0 (que permaneceram sem conflito e deixaram de tê-lo), em condições semelhantes, criticaram o grupo de amigos e alteraram a trajetória de vida. A percepção diferenciada da realidade e a capacidade em discernir, entre o que é ou não, socialmente aceito fez com que, nas mesmas condições vivenciadas, uns escolhessem determinado caminho e outros não.

Os caminhos trilhados pelos jovens nesse período de oitos anos, entre uma pesquisa e outra, assim como as diferentes interações como fazer novos amigos, mudar de escola, namoro, casamento possibilitaram aos jovens ressignificar seus pensamentos, desempenhar novos status e novas identidades.

A escola também foi vista de maneira diferente entre os jovens. Para uns, a escola somente aproximou amigos, para outros, além disso, criou oportunidades de vida e de ganhos futuros. A percepção de futuro e suas relações com o presente podem ser, assim, consideradas como algo que distingue os grupos. Ao penetrar nas relações locais, a escola e o trabalho trazem influências societárias, promovem relações diferenciadas e constroem individualidades, possibilidades que podem ou não ser consideradas pelos jovens. Para os que não vivenciaram essas possibilidades, a escola se tornou o ponto de encontro de iguais na mesma disposição pela rebeldia.

Os aspectos afetivos de acolhimento e pertencimento, característicos das relações comunitárias, fizeram com que alguns jovens escolhessem práticas de baderna e rebeldia, porque assim eram aceitos e valorizados pelos grupos de referência. Na verdade, essa foi, para muitos, a condição conferida e valorizada pelo grupo na fase da adolescência. Com o passar do tempo, os jovens que não conseguiram romper com essas amarras ficaram reféns do grupo.

Entre os jovens que afirmaram terem tido conflito com a lei e que, na segunda pesquisa, afirmaram a continuidade do conflito e entre aqueles que começaram a ter o conflito após a primeira pesquisa (N=7), dois encontram-se presos e um foi assassinado. Dos restantes, dois afirmaram estar desempregados, sendo que um deles estava com depressão. Uma das pessoas, também com depressão, se lastima pela vida que tem quando a compara à vida pregressa, em que era líder de um grupo, e quando a compara com a trajetória de amigos bem sucedidos. Apenas um, que não havia afirmado conflito, passou a tê-lo, mas deixou de tê-lo –

se avalia positivamente em relação ao passado. Segundo o pai, a mudança se deve à atual namorada. Segundo o próprio jovem, a mudança se deve à religião. Assim, para a maioria dos dois grupos referidos, a negação da individualidade vai desde a morte física à sensação de fracasso quando se compara com o grupo de referência.

Dos jovens que não relataram o conflito com a lei na primeira pesquisa e permaneceram sem tê-lo na segunda, e dos que relataram o conflito na primeira pesquisa e deixaram de tê-lo (total de 8), sete estavam trabalhando e um encontrava-se afastado em auxílio doença. Dois estavam cursando o ensino superior e um já o havia concluído.

Os jovens pertencentes ao grupo que deixou de ter conflito não negaram o passado. Pelo contrário, propuseram um novo direcionamento para futuro e passaram a investir mais no presente. No caso dos jovens do grupo que permaneceu sem conflito nas duas pesquisas, a percepção sobre determinada experiência vivida, como por exemplo, a escola, a religião, a família, possibilitou a escolha pela oportunidade de trilharem caminhos diferentes, se desprenderem do grupo de referência e construir novas formas de interação e de identificação. As relações societárias que surgiram em meio à história de vida dos jovens possibilitaram aos mesmos se enxergarem como diferentes, com capacidade de crítica e de escolha e de se desenvolverem individualmente, sempre com o apoio positivo da família e de amigos, grupos comunitários. Haveria, portanto, um equilíbrio entre a comunidade que acolhe e protege e a sociedade que amplia os horizontes, cria possibilidades de escolha e leva os integrantes para afirmação da individualidade. Portanto, os jovens que conseguiram ir além das relações comunitárias locais, família, grupos e amigos, independentemente da forma do contato afetivo, positivo ou negativo, evoluíram para as relações societárias, mais racionais e críticas.

A adolescência, com o maior tempo de permanência fora de casa e a possibilidade de interação com o grupo de pares na escola, foi, para os jovens, um divisor de águas, sendo o ponto extremo de vulnerabilidade indicado tanto pelos jovens, quanto por seus familiares. Entretanto, é importante diferenciar a “adolescência” enquanto fase socialmente construída da idade cronológica. A “adolescência”, conforme a perspectiva histórica e social, passou a ser um fator de vulnerabilidade para os indivíduos, pois permite vivências, experiências e oportunidades que as gerações anteriores não tiveram.

A faixa etária entre os 12 e 13 anos foi a que, para muitos jovens, culminou em escolhas diferentes do aceito socialmente e ao início de práticas infracionais. Contudo, conforme a trajetória de vida, percebeu-se que essa fase e a entrada na escola foram cruciais para a concretização das ações para aqueles que já vinham tendo comportamentos agressivos

de acordo com relatos dos pais. Em geral, esses jovens não conviveram o tempo necessário com seus familiares para a construção de valores éticos e morais que possibilitassem escolhas diferentes no futuro.

O que se configurou como fator de proteção na trajetória de alguns jovens, para outros foi de vulnerabilidade, tais como casamento; namoro; religião e a escola. O que determinou um ou outro foram as escolhas dos jovens e a forma com que para cada um significou esses momentos. A interação foi, nesse sentido, a mola propulsora da construção e transformações das identidades dos jovens. Os que tiveram mais possibilidade de interagir com grupos diferentes puderam transformar e constituir novas identidades.

O presente trabalho trouxe para o cenário a questão social e histórica que permeia a temática de juventude, conflito com a lei e o contexto familiar, além de problematizar as interações entre indivíduo e sociedade e a mútua transformação resultante de tal processo.

Do ponto de vista social e histórico, observou-se que as rápidas transformações socioculturais influenciaram diretamente na socialização dos filhos. Antes as famílias socializavam e responsabilizavam os filhos como pequenos adultos e a passagem da infância para a vida adulta se dava por meio do trabalho. Nas sociedades modernas, além deles passarem a ser sujeitos de direitos, foi lhes retirado grande parte das responsabilidades antes impostas.

Deve ser destacado que, dado o caráter qualitativo da pesquisa realizada, não se pode generalizar as observações realizadas, e não se pode, também, transferir o observado para outros grupos de jovens. O que se buscou foram processos sociais em curso que pudessem explicar porque, nesse caso particular, a vida se passou como passou.

Entretanto, alguns fatores importantes permanecem para reflexão: primeiro, a não linearidade da vida, caracterizada pelas mudanças de percurso em tão pouco tempo (no caso estudado, o tempo que vai da primeira pesquisa, 2002, à segunda pesquisa, em 2009); segundo, a importância de atrelar as trajetórias de vida ao contexto histórico e social e terceiro, a relevância das interações e as influências que a sociedade produz no indivíduo e vice versa, ou seja, a dinâmica desse processo e as transformações mútuas.

6 REFERÊNCIAS

ABECHE, R.C.; RODRIGUES, A.A. Família contemporânea, reflexo de um individualismo exacerbado. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DOS ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE, 4., 2005, São Paulo. Disponível em :< http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Alexandra_Rodrigues_e_Regina_Abeche.php>. Acesso em: 30 jul. 2010.

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.5-6, p.25-36, 1997.

ALMEIDA, M.A.S. **Treze meninas e suas histórias**: um estudo sobre mães adolescentes. 2001. 202p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

ARAÚJO, M.M.; MALLOY-DINIZ, L.F.; ROCHA, F.L. Impulsividade e acidentes de trânsito. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v.36, p.60-68, 2009.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 279p.

ASSIS, S.G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. 236p.

ASSIS, S.G.; PESCE, R.P.; CARVALHAES, R.O. Resiliência: ênfase nos fatores positivos. In: LIMA, C.A. (Coord.). **Violência faz mal a saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p.257-266. (Série B Textos Básicos de Saúde).

ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, p.131-144, 1999.

AUGUSTO, M.H.O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.17, n.2, p.11-33, 2005.

AYRES, J.R.C.M. **O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser**: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. Botucatu, 1998. p.15-24 (Apostila).

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Como se conceitua? Em a violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995. p.31-63.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. 281p.

BARSTED, L.L. De igualdades e diferenças: falando sobre mulheres. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO.A.C.T. **Família em processos contemporâneos**: Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p.151-162.

BERCOVICH, A.M.; MADEIRA, F.R.; TORRES, H.G. Descontinuidades demográficas. In: ____. **20 anos no ano 2000**: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista. São Paulo: SEADE, 1998. p. 2-13.

BILAC, E.D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO.A.C.T. **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p.43-64.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, p.68-80, 2005.

BORBA, D.M.; CORREIA, I.C.M. O ser família brasileira. **Intermas**, v.2, n.2, p.1-7, 2006.

BOTUCATU. Secretaria Municipal de Saúde. **Botucatu em dados**: 2008. Botucatu: FMB/UNESP, 2009. 50p.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. 208p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Saúde da Família**. Brasília: O Ministério, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. 46p.

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Brasília: Casa Civil, 2006.

BRASIL. Projeto de lei livra crianças de palmadas e beliscões. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2010a. Disponível: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/07/projeto-de-lei-livra-criancas-de-palmadas-e-beliscos.html>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

CABRAL, C.S. Gravidez na adolescência e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002. p.48.

CHIESI, A.; MARTINELLI, A. O Trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.5-6, p.5-14, 1997.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W.(Orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p.58-75.

DAY, V.P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria Rio Grande do Sul**, v.25, supl.1, p.9-21, 2003.

DUARTE, L.F.D.D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da Família. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO, A.C.T. **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p.27-42.

DURKHEIN, E. **Sociologia e Filosofia**. Rio, Forense. 1970. 99p.

DURKHEIN, E. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005. 430p.

ESTEVES, L.C.G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS, 6., Lisboa, 2008. **Anais...** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008. p.1-14.

FEIJÓ, M.C.; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas Famílias. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, p.157-166, 2004.

FERREIRA, V.M.; SOUSA FILHO, E.A. Maconha e contexto familiar: um estudo psicossocial entre universitários do Rio de Janeiro. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.1, p.52-60, 2007.

FLANDRIN, J.L. **Famílias**: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO.A.C.T. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 69-90.

FORACCHI, M.M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

GONÇALVES, H.S.G. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.17, n.2, p. 207-219, 2005.

GRILLO, S.V.C. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. **Revista da ANPOLL**, v.19, p.151 - 184, 2005.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de La mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952. 296p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

LANG, A.B.S.G. Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU**, v.2, n.11, p.123-125, 2000.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v.17, n.2, p. 35-57, 2005.

LOPES NETO, A.A. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v.81, supl. 5, p.S164-S172, 2005.

MACHADO, D.F. **A experiência com a violência urbana entre adolescentes de Botucatu-SP**. 2005. 91p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2005.

MADEIRA, F.; BERCOVICH, A. A “onda jovem” e seu impacto na população

economicamente ativa de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.1, p.1-27, 1992.

MADEIRA, F.R. Recado dos jovens: mais qualificação. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p.427-496.

MALDONADO, D.P.A.; WILLIAMS, L.C.A. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. **Psicologia em Estudo**, v.10, n.3, p.353-362, 2005.

MANCUSO, M.I.R. **A cidade na memória de seus velhos. Estudos sobre São Carlos, Itirapina e arredores**. 1998. 241p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973. 208p.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: _____. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p.67-95.

MEIRELLES, Z.V.; GÓMEZ, C.M. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.5, p.1797-1805, 2009.

MELLUCCI, A. Juventude tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v.5-6, p.5-14, 1997.

MELO, Z.M. et al. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Psicologia em Estudo**, v.10, n.2, p.201-208, 2005.

MENEGHEL, S.N. et al. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. **Caderno de Saúde Pública**, v.14, n.2, p.327-335, 1998.

MERTON, R.K. Continuidades na teoria da estrutura social e da anomia. In: _____. **Sociologia teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre JOU, 1968a. p.235-270.

MERTON, R.K. Estrutura burocrática e personalidade. In: _____. **Sociologia teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre JOU, 1968b. p.271-364.

MERTON, R.K. Estrutura social e anomia. In: _____. **Sociologia teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre JOU, 1968c. p.203-234.

MERTON, R.K. Continuidades na teoria dos grupos de referência e estrutura social. In: _____. **Sociologia teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre JOURNAL, 1968d. p.365-478.

MILANI, F.M. Adolescentes: de vítimas da violência a protagonistas da paz. In: LIMA, C.A. et al. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2003.

MUXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**, v.5-6, p.151-166, 1997.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **La salud del adolescente y el joven en las Américas**. Washington, 1985. (Publicación Científica, 489).

PAIS, J.M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: _____. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-21.

PAIS, J.M. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.37, p.7-21, 2007.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v.5-6, p.15-24, 1997.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v.28, n.100, p.763-785, 2007.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POLLOCK, G. Contingent identities: updating the transitional discourse. **Young**, v.10, n.1, p.59-72, 2002.

PONCIANO, E.L.T.; FERES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v.8, n.16, p.57-80, 2003.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indivizível” ao “divizível”. In: LUCENA, C.T. **Pesquisa**

em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Humanitas, 2008a. p. 35-77. (Textos CERU - Série 2 - nº 10).

QUEIROZ, M.I.P. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: LUCENA, C.T. **Pesquisa em Ciências Sociais:** olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Humanitas, 2008b. p. 79-98. (Textos CERU - Série 2 - nº 10).

RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO, A.C.T. Família em processos contemporâneos: uma introdução. In: _____. **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p.13-22.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, v.7, n.2, p.305-322, 2005.

ROMANELLI, G. Autoridades e poder na família. In: CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. p.73-88.

ROSEMBERG, F. A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO, A.C.T. **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 167-190.

ROSEMBERG, M. **A lógica da análise do levantamento de dados**. São Paulo: Cultrix, 1968.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação. Sistema Estadual de Análises de Dados - SEADE. **Perfil municipal**. São Paulo, 2010a Disponível em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação. Sistema Estadual de Análises de Dados - SEADE. **O estado dos municípios: Índice Paulista de Responsabilidade Social**. São Paulo, 2010b. Disponível em:<<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SARTI, C.A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995a. p.39-50.

SARTI, C.A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; DUARTE, L.F.D.; RIBEIRO, A.C.T. **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995b. p.131-150.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma

revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p.299-306, 2003.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.3, p.707-717, 2005.

SCHOEMAKER, D.J. *Theories of Delinquency. And examination of Explanations of Delinquency of Behavior.* Oxford University Press, New York, 1996.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHORTER, E. **O nascimento da família moderna.** Lisboa: Terramar, 1995.

SILVA, C.R.; LOPES, R.E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e Políticas Públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v.17, n.2, p 87-106, 2009.

SPERGEL, I.A.; CURY, G.D. Strategies and perceived agency effectiveness in dealing with gang problems. In: HUFF, C.R. (Ed.). **Gangs in America.** Thousand Oaks: Sage Publications, 1990. p.288-309.

STRAUSS, A.L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 184p.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995. p. 23-28.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004. 304p.

VASCONCELOS, E.M. A priorização da família nas políticas de saúde. **Saúde em Debate**, v.23, n.53, p.6-19, 1999.

VITALE, M.A.F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). **A Família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1995. p. 89-96.

VON SIMSON, O.R.M. (Org.). **Educação não formal**: cenários de criação. Campinas: São Paulo: Ed. da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

ANEXO I

■ BLOCO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	MUN	QUEST	TF
Pós-graduação em Sociologia. “Trajetórias de jovens em conflito com a lei: passado e presente” Doutoranda: Dinair Ferreira Machado Orientadora: Profª Drª Maria Inês Rauter Mancuso	_ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _	número de pessoas número de adultos filhos adolescentes filhos crianças mulheres adultas sempre morou no município

1. Identificação do local do domicílio

Endereço (Rua/ Avenida)	Nº	Bairro	Município
-------------------------	----	--------	-----------

2. Característica do domicílio (observação do pesquisador)

1) Tipo de localidade	2) Na rua do domicílio existe:	3) Características construtivas	4) Tipo de edificação
<input type="checkbox"/> 1 urbana <input type="checkbox"/> 2 rural	1 Sim 2 Não (para cada alternativa)	<input type="checkbox"/> 1 toda de alvenaria <input type="checkbox"/> 2 parte de alvenaria parte material reaproveitado <input type="checkbox"/> 3 toda de material pré-fabricada <input type="checkbox"/> 4 toda de material reaproveitado <input type="checkbox"/> 5 outro material. Qual? _____	<input type="checkbox"/> 1 casa <input type="checkbox"/> 2 cortiço <input type="checkbox"/> 4 barraco <input type="checkbox"/> 5 outro tipo, qual? _____
5) Número de cômodos no domicílio _ _ _ _	6) Quintal <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não 1. criação: não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Qual: _____ 2. plantas: não <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Qual: _____	7) Roça em outro terreno? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> O que planta? _____ _____ Com fonte de água? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	8) Tipo de abastecimento de água <input type="checkbox"/> 1. Rede pública <input type="checkbox"/> 2. Poço/nascente <input type="checkbox"/> 3. Carro pipa <input type="checkbox"/> 4. Outro. Qual?

09) tratamento de água no uso doméstico	10) Tipo de iluminação	11) Escoamento Sanitário (*)	12) Destino do lixo do domicílio
<input type="checkbox"/> 1 Filtração <input type="checkbox"/> 2 Fervura <input type="checkbox"/> 3 Cloração <input type="checkbox"/> 4 Sem tratamento	<input type="checkbox"/> 1 Relógio Próprio <input type="checkbox"/> 2 Sem Relógio <input type="checkbox"/> 3 Relógio Comunitário <input type="checkbox"/> 4 Lampião <input type="checkbox"/> 5 Vela <input type="checkbox"/> 6 Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/> 1 Rede pública <input type="checkbox"/> 2 Fossa Rudimentar <input type="checkbox"/> 3 Fossa Séptica <input type="checkbox"/> 4 Vala <input type="checkbox"/> 5 Céu Aberto <input type="checkbox"/> 6 Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/> 1 Coletado <input type="checkbox"/> 2 Queimado <input type="checkbox"/> 3 Enterrado <input type="checkbox"/> 4 Céu Aberto <input type="checkbox"/> 5 Outro. Qual? _____
13) Dados de controle (condição da entrevista)	14) Total de moradores do domicílio	15) Total de rendimento familiar	
<input type="checkbox"/> 1 realizada <input type="checkbox"/> 2 recusa <input type="checkbox"/> 3 incompleto <input type="checkbox"/> 4 domicílio fechado <input type="checkbox"/> 5 domicílio vago	_____ (*)permite duas respostas, se forem diferentes o escoamento para água servida e o para dejetos fecais.	R\$ _____	

_____/_____/_____
 Data da entrevista

 Entrevistador

 Conferência

 Digitador

ANEXO II

■ BLOCO II

Caracterização dos Moradores e Famílias

Quest | __ | __ | __ |

1	2	3	4	5		6	7	8	11
Prenome dos Moradores / apelido	Idade	Sexo	Posição na família (em relação ao responsável)	Cor	Cor	Situação conjugal	Local de nascimento	Tempo de residência na cidade	Filiação religiosa
	Anos completos	1. M 2. F	01. Responsável 02. Cônjuge 03. Filho 04. Enteado 05. Neto 06. Pai/sogro 07. Mãe/sogra 08. Genro/nora 09. Out. Parente 09. Agregado 10. Pensionista 11. Empregado doméstico 12. Parente empregado 13. Outra	Resposta literal do entrevistado	1. Branca 2. preta 3. parda 4. indígena 5. amarela 6. não sabe	1. Solteiro 2. Casado no civil 3. União consensual 4. Viúvo 5. Separado não judicialmente 6. Desquitado 7. Divorciado	00. Na própria cidade 01. Na cidade mais próxima 03. em outra cidade	Anos completos 00. sempre morou	
01	□□	□	□□			□	□□	□□	□□
02	□□	□	□□			□	□□	□□	□□
03	□□	□	□□			□	□□	□□	□□
04	□□	□	□□			□	□□	□□	
05	□□	□	□□			□	□□	□□	
06	□□	□	□□			□	□□	□□	
07	□□	□	□□			□	□□	□□	
08	□□	□	□□			□	□□	□□	
09	□□	□	□□			□	□□	□□	
10	□□	□	□□			□	□□	□□	

ANEXO III

■ BLOCO III

Escolaridade dos Moradores

Quest | ___ | ___ | ___ |

1	2	3	4	5	
Prenome dos Moradores/ Apelido	Necessidades Especiais	Sabe ler e escrever	Frequênta Escola	Para quem tem 6 anos ou mais	
				Última Série Completa	
				Série	Grau
	1 - Visão 2 - Fala 3 - Audição 4 - Mental 5 - Física 6 - Outra 7 - Nenhuma	1 - Sim 2 - Não 0 - Tem menos de 6 anos	1 - Sim, regular 2 - Sim, supletivo 3 - Sim, educação infantil 4 - Sim, educação especial 5 - Sim, curso de alfabetização 6 - Não frequênta 7 - Nunca frequêntou	1 - Primeira 2 - Segunda 3 - Terceira 4 - Quarta 5 - Quinta 6 - Sexta 7 - Sétima 8 - Oitava 9 - Não tem série completa 0 - Tem menos de 7 anos	1 - Ens. Fundamental 2 - Ens. Médio 3 - Ens. Superior 4 - Supletivo EF 5 - Supletivo EM 6 - Educação especial 7 - Educação infantil 8 - Curso de alfabetização 9 - Não frequênta ou nunca frequêntou 0 - Tem menos de 7 anos
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

ANEXO IV

Roteiro de Entrevista

■ Jovens:

1. Fale sobre sua infância, a partir da sua primeira lembrança. (primeira pessoa, você ficava em casa quem cuidava de você, era arteiro, tomava bronca). (convivência familiar, relacionamento com os familiares, vínculos)
2. Fale sobre a brincadeira que você mais gostava, sobre os seus primeiros amigos, como eles eram, como foi a entrada na escola, dificuldades e problemas encontrados. (convivência familiar, relacionamento com os familiares, vínculos)
3. Fale sobre sua adolescência (os amigos, a primeira festa (balada), primeiro emprego, sonho, dificuldades e problemas encontrados. (convivência familiar, relacionamento com os familiares, vínculos).
4. Fale sobre a juventude como está sendo, expectativas para o futuro. (convivência familiar)

ANEXO V

Roteiro de Entrevista

■ Pai/Mãe:

1. Fale como foi a chegada do (jovem) para a família (foi esperada), após o nascimento dele, qual a primeira lembrança que vem a cabeça? Comente como foi a infância dele, convivência familiar, vínculos, quem ficava mais tempo com ele, brincadeiras, etc. (dificuldades familiares)
2. Como foi a infância dele a partir da entrada na escola? (os primeiros amigos, a relação dele com a família, o lazer, relação com os irmãos, entre outros, dificuldades dele para com a família, na escola).
3. Comente sobre a adolescência dele. (o que ele mais gostava de fazer, com que ele se relacionava mais (pai/mãe), a escola, os amigos, os conflitos, os problemas, etc). Ele era diferente dos irmãos? Comente.
4. Como é a relação entre você e seu filho, qual é a sua expectativa para ele.